

60 mil alunos do secundário na rua

Estudantes falam mais alto



Os alunos do ensino secundário fizeram greve às aulas e saíram à rua em grandiosas manifestações de protesto, na quinta-feira. Associações de estudantes de todo o País estão unidas em torno de quatro reivindicações fundamentais: a suspensão da revisão curricular, a alteração do acesso ao ensino superior, a implementação da educação sexual e a melhoria das condições das escolas. **Págs. 5, 6 e 7**

Rui Godinho em entrevista

Vinte anos ao serviço de Lisboa

• Henrique Custódio

Centrais



Trabalhadores

Firmes na luta

Trabalhadores da Administração Local, dos Transportes e de outros sectores insistem na exigência de melhores salários. A CGTP acusa o Governo de teimosia, mentira e incoerência.

Págs. 11 a 13

Marcha em Washington

Contra as armas

750 mil pessoas exigiram no domingo, em Washington, «medidas de senso comum» para o controlo da posse de armas. Os republicanos bloqueiam há um ano essas medidas, «preferindo» o agravamento das punições.

Pág. 20

Reforma curricular

Combater insucesso e exclusão

Enquanto milhares de alunos do secundário se manifestavam no País contra a reforma curricular em curso, o PCP acusava o Governo de não resolver nenhum dos grandes problemas do sistema educativo.

Pág. 8

Avante!
Proletários de todos os países
UNI-VOS!

PROPRIEDADE
Partido Comunista Português
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO
Editorial «Avante!», SA
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa.
Capital social:
15 000 000\$00.
CRC matriculada: 47058.
NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDACÇÃO
R. Soeiro Pereira Gomes, 3
1600 - 196 Lisboa
Tel. 21 781 71 90/91
Fax: 21 781 71 93
E-mail:
avante.pcp@mail.telepac.pt
Web:
http://www.pcp.pt

Director
José Casanova

Chefe de Redacção
Leandro Martins

Chefe Adjunto
Anabela Fino

Redactores
Carlos Nabais
Domingos Mealha
Henrique Custódio
Isabel Araújo Branco
João Chasqueira
Lúcia Calapez
Manuel Jorge Veloso
Margarida Folque

Grafismo
José Araújo

Fotografia
Jorge Caria
Sérgio Morais

Secretaria da Redacção
Ivone Dias Lourenço
Noémia Presúncia

DISTRIBUIÇÃO
DISTRIBUIÇÃO ADE's
Editorial Avante!
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A, - 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

Alterações de remessa
Até às 17 horas
de cada sexta-feira:
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL
DELTAPRESS
Delegação Lisboa:
Tapada Nova - Capa Rota
Linhó - 2710 Sintra
Tel. 21 924 04 47
Delegação Norte:
Zona Industrial da Maia
Sector IX
Rua B Lt. 227 - 4470 Maia
Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS
Av. Almirante Reis, 90,
7.ª-A 1169-161 Lisboa
Tel. 21 815 34 87
21 815 35 11
Fax: 21 815 34 95

TABELA DE ASSINATURAS*
(IVA e portes incluídos)

PORTUGAL
(Continente e Regiões
Autónomas)
50 números: 8 100\$00
25 números: 4 200\$00

EUROPA
50 números: 21 850\$00

EXTRA-EUROPA
50 números: 30 600\$00

GUINÉ-BISSAU,
S. TOMÉ E PRÍNCIPE
e MACAU
50 números: 23 000\$00

*Enviar para
Editorial «Avante!»
nome, morada
com código Postal
e telefone
a acompanhar cheque
ou vale de correio.

Composição e impressão
Heska Portuguesa, SA
Campo Raso
2710 - 139 Sintra
Depósito legal n.º 205/85



Carvalhas com a Direcção Nacional da JCP

Resumo

10 Quarta-feira

O PCP apresenta na Assembleia da República um voto de saudação aos trabalhadores da Função Pública, salientando mais uma vez a necessidade da reabertura do processo de negociação das actualizações salariais ● A EDP anuncia que vai abrir um inquérito para apurar as causas da falha de energia eléctrica que deixou meio país às escuras ● O presidente tunisino, Ben Ali, visita a AR, onde se vê confrontado com acusações de não respeitar os Direitos do Homem ● O MDC, partido da oposição ao governo do Zimbabwe, ameaça boicotar as eleições e faz um apelo à comunidade internacional para implementar medidas mais severas face à anarquia e desrespeito que se vive naquele país.

11 Quinta-feira

Milhares de estudantes do ensino secundário manifestam-se por todo o país contra a reforma curricular apresentada pelo Ministério da Educação ● O PS e PSD oficializam a escolha de Nascimento Rodrigues para candidato a provedor de Justiça ● Na Serra Leoa, a guerrilha da Frente Revolucionária Unida lança um ataque contra as forças da ONU (MINUSIL), não se registando baixas ● O Conselho da Europa decide não aplicar as sanções aprovadas contra a Rússia em Abril passado ● Uma «queimada», ateadada nos Estados Unidos pelos serviços do Parque Nacional do Grand Canyon, gera um gigantesco incêndio que ameaça uma fábrica nuclear.

12 Sexta-feira

O Papa chega a Fátima para a beatificação dos «pastorinhos» Francisco e Jacinta ● 400 estudantes universitários timorenses reúnem-se em Díli protestando contra o CNRT e contra a ONU, que acusam de falta de transparência em relação ao processo de reconstrução ● José Eduardo dos Santos, presidente angolano, afirma-se contra a eleição do presidente do Togo para a direcção da Organização de Unidade Africana, acusando-o de apoiar o movimento de Jonas Savimbi.

13 Sábado

Palma Inácio, combatente antifascista e ex-membro da LUAR, é condecorado com a grã-cruz da Ordem da Liberdade ● Com a presença do Presidente da República, o Papa procede em Fátima à beatificação dos «pastorinhos» e revela o «terceiro segredo» ● Kofi Annan defende a criação de um tribunal interna-

cional penal para julgar Foday Sankoh, líder da guerrilha serra-leonense RUF ● A Organização de Estados Americanos (OEA) defende um adiamento da segunda volta das eleições no Peru alertando para o perigo de se repetirem «os vícios da votação de 9 de Abril».

14 Domingo

Carlos Carvalhas participa em Lisboa numa reunião da Direcção Nacional da JCP para discutir a reforma para o ensino secundário anunciada pelo Governo ● Ao fim de dezoito anos, o Sporting Clube de Portugal consagra-se campeão nacional de futebol ● O bastonário da Ordem dos Advogados defende a elaboração de uma resolução do Conselho de Ministros que impeça a criação de novas faculdades de Direito, apoiando assim o relatório elaborado por José Miguel Júdice ● O Partido Social-Democrata alemão (SPD) vence as eleições regionais na Renânia do Norte-Vestefália, região mais populosa deste país ● Uma explosão de uma fábrica de fogo de artifício em Enschede, na Holanda, provoca 20 mortos e cerca de 500 feridos.

15 Segunda-feira

A Comissão do Mercado de Valores Mobiliários da Bolsa portuguesa detecta 63 sites ilegais na Internet, numa acção conjunta com a Organização Internacional das Comissões de Valores ● Sérgio Sousa Pinto, em comunicado divulgado ontem, cessa todas as suas actividades como secretário-geral da JS e acusa a Comissão Organizadora do XII Congresso desta organização de «irresponsabilidade política» ● Inicia-se no Porto uma reunião ministerial dos quinze sobre política de segurança para a Europa ● A RUF (guerrilha serra-leonense) liberta 139 capacetes azuis das centenas que ainda mantém cativos.

16 Terça-feira

Rui Godinho, membro do PCP e vereador da Câmara Municipal de Lisboa, anuncia publicamente a sua demissão do cargo ● Realiza-se na Assembleia da República uma audição sobre a Parque Expo, cuja administração é acusada pelo Tribunal de Contas de irregularidades financeiras ● Termina no Porto a reunião ministerial da UEO (União da Europa Ocidental) ● Na Cisjordânia jovens palestinos e soldados israelitas envolvem-se em confrontos pelo quinto dia consecutivo ● Robert Mugabe, presidente do Zimbabwe, convoca eleições para dias 24 e 25 de Junho ● Pela primeira vez em quarenta anos, o Congresso norte-americano coloca a hipótese de pôr fim ao embargo económico a Cuba.

Aconteceu

A visita do Papa

Pela terceira vez, o Papa João Paulo II visitou Portugal. Uma visita de «peregrino», a Fátima, no passado sábado, dia 13 de Maio, onde procedeu à beatificação dos «pastorinhos» Jacinta e Francisco, numa cerimónia a que assistiram centenas de milhares de pessoas, às quais se juntou o Presidente da República, Jorge Sampaio. Recebido como chefe de Estado no aeroporto de Figo Maduro, João Pau-

lo II teve a aguar-dá-lo muitas personalidades da vida política portuguesa. Nesta recepção participou também o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, que se absteve de ir a Fátima, por se tratar de cerimónia de carácter «estritamente religioso». No final da liturgia, foi divulgado o chamado «terceiro segredo» de Fátima, cujo conteúdo deixou algo perplexos não apenas os comentadores do evento mas o pró-



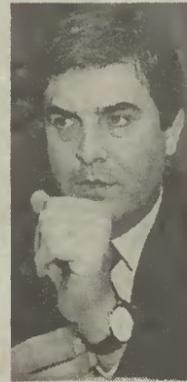
prio público. O «segredo» corresponderia, afinal, à «profecia» de um atentado a este Papa, verificado

aliás, há 19 anos, do qual o pontífice escapou com vida. As «investigações» do atentado visaram, então, com-

prometer as autoridades de um país socialista, a Bulgária, lançando achas na fogueira do anti-comunismo.

Estado perde receitas

Uma projecção realizada sobre a cobrança fiscal do mês de Abril, divulgada pelo jornal «Público», avança com a conclusão de que, «a manter-se este ano o padrão de arrecadação de impostos verificado desde 1994, as receitas fiscais ficarão abaixo do previsto pelo Orçamento do Estado». A quebra será de 100 milhões de contos, prediz aquele diário, prevendo ainda que o Estado se prepara para efectuar cortes nas despesas públicas a fim de compensar o «buraco» orçamental. Segundo o mesmo jornal, as Finanças «desdramatizam» a situa-



Saltos de derrapagens na inflação

A subida de preços no mês de Abril deste ano foi a maior desde Janeiro de 1995. Divulgados na passada segunda-feira os números relativos à inflação, pelo Instituto Nacional de Estatística, ficou a saber-se que houve um crescimento de 1,1 por cento em Abril, comparados com os preços do mês anterior, e de 2,1 por cento em comparação com Abril do ano passado. Apesar do afã com que o Governo procura «assegurar» que não haverá derrapagem, multiplicando-se as intervenções do secretário de Estado junto da Comunicação Social, os trabalhadores e as suas organizações sindicais mostram as suas preocupações. Os aumentos registados no preço dos combustíveis, operados pelo Governo após as negociações salariais, não se reflectiram ainda, em toda a sua extensão, nos preços em geral, e os sindicatos mostram-se determinados a prosseguir a luta por aumentos salariais dignos.



Sporting campeão

No final de um período de 18 anos em que esteve afastado do título, o Sporting Clube de Portugal volta a ser campeão da 1.ª Liga de Clubes de Futebol. O título esteve em jogo até final do campeonato, com o Futebol Clube do Porto a disputar o primeiro lugar, mas os «leões» acabaram por confirmar a sua supremacia. O Porto, entretanto, perdia com o Gil Vicente, e a vitória do Sporting, por quatro bolas a zero, não deixaria dúvidas sobre o desenlace. A festa alastrou entre os adeptos spor-

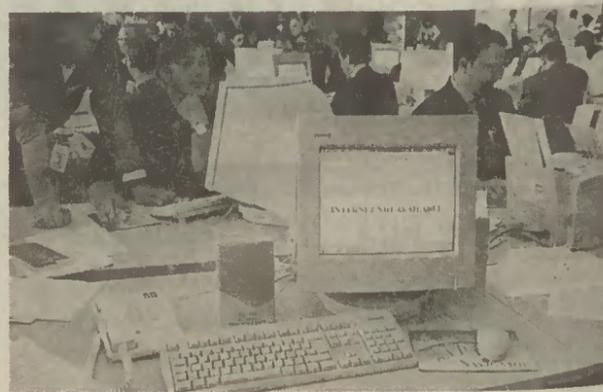
tinguistas, que a fizeram no Porto, em Lisboa e por todo o País. Na capital, um cachecol verde e branco foi enrolado ao pescoço do Marquês de Pombal. Apesar das especulações anteriores ao desafio conclusivo do campeonato, que decorreu correctamente, não se registaram quaisquer alterações à ordem pública, e ambos os clubes que disputaram o primeiro lugar do campeonato prepararam-se para se defrontar, no próximo domingo, na final da Taça de Portugal, no Estádio do Jamor.

Fraude à portuguesa na Internet

Uma Comissão do Mercado de Valores Imobiliários, actuando no âmbito de um projecto da Organização Internacional das Comissões de Valores, detectou 63 casos «pouco claros», numa operação de vigilância efectuada sobre 280 sites portugueses ou direc-

cionados para o investimento nacional, na Internet. Estas actividades, «fraudulentas ou abusivas», foram divulgadas pelo «Diário de Notícias» e foram ontem tornadas públicas em Sydney, na Austrália. Resultado de apenas 65 horas de pesquisa, a descoberta de 63

casos, entre os quais se contariam vendas de produtos inexistentes e desaparecimento de montantes investidos, fazem supor que uma investigação mais apurada e aprofundada não deixaria de detectar mais casos de fraude no sistema de comércio electrónico.



Crónica Internacional

• Domingos Lopes

O terrorismo

Existe um problema sério no país basco que afecta profundamente a Espanha. Trata-se de uma questão nacional, pois os bascos são um povo com uma língua própria e uma cultura singular, concentrados numa área geográfica ao norte de Espanha e no sul de França.

A repressão franquista atingiu brutalmente ao longo de décadas todas as forças democráticas de Espanha. A ditadura de Franco oprimiu os povos e nacionalidades de Espanha. Franco fez abater sobre o povo basco uma repressão feroz e a causa nacional basca ganhou uma grande simpatia no contexto da luta pela liberdade e pela democracia em Espanha.

A conquista da liberdade em Espanha, no quadro de complexas e difíceis negociações, atribuiu às diversas nacionalidades autonomias alargadas que têm sido a marca da nova Espanha. Não foi possível naquele quadro que os povos de Espanha, que o desejassem, se pudessem pronunciar quanto ao seu futuro dentro ou fora de Espanha.

Os diversos assassinatos, as bombas nas ruas e em supermercados, são formas de luta condenáveis

Subsiste, pois, o problema basco. Os diversos nacionalistas bascos não encaram do mesmo modo a actual autonomia do país basco. Ao longo deste período, a ETA tem actuado de modo violento, e sem fazer distinção entre os diversos protagonistas políticos em Espanha e no país basco. Aparentemente para a ETA tudo o que é espanhol é inimigo. Ora, tal facto é redutor e despreza elementos de análise fundamentais como o das forças políticas e

os seus interesses sociais e económicos.

Os diversos assassinatos, as bombas nas ruas e em supermercados, são formas de luta condenáveis e que, em última instância, favorecem o poder político que dizem combater.

Aliás, estes processos de actuação desencadearam um outro processo terrorista diabólico no tempo do governo do PSOE, com a criação dos GAL, o que levou figuras proeminentes do governo de Felipe Gonzalez à condenação nos tribunais espanhóis. Assim, a Declaração de Lizarra, na sequência da declaração unilateral da ETA de parar com os atentados, suscitou uma grande esperança na procura de uma solução para o país basco.

Na verdade, só através do exercício do direito à autodeterminação por parte do povo basco se poderá encontrar uma solução duradoura e estável. O Partido Comunista de Espanha e a Esquerda Unida, entre outras forças, defenderam exactamente esse ponto de vista. Entretanto, urgia pôr termo a situações que agravam a situação no país basco, como o da deportação dos presos bascos para prisões nas Canárias e noutras ilhas, permitindo-lhes cumprir as penas em prisões do país basco.

O fim da trégua da ETA e o início de uma nova vaga de atentados em plena campanha eleitoral só veio favorecer a postura autoritária de Aznar e separar forças que defendem uma solução democrática para o problema basco. Um tiro pela culatra difícil de entender, tão óbvio seria.

Atentado contra o jornalista basco, homem ligado a um passado de resistência ao fascismo e progressista, mostra uma vez mais que o nacionalismo cego não faz distinções políticas. Em Espanha e no país basco o uso da violência terrorista não ajuda a encontrar uma solução capaz de permitir ao povo do país basco pronunciar-se e fazer a opção consentânea com o que quer para o seu futuro. O mais difícil é unir os patriotas democratas do país basco e de Espanha na busca de uma solução. Esse é o caminho que assegurará a todos os povos de Espanha um futuro de progresso social.



Editorial

A LUTA ESTÁ NA RUA

Quem tenha vindo a acompanhar, ainda que apenas a partir de audição e leitura não aprofundadas, os comportamentos e práticas do Governo nos últimos meses, há-de ter-se surpreendido com o sentido da evolução verificada. Não no que respeita ao conteúdo da política que o Executivo do PS continua a executar, obviamente. Nessa matéria não há lugar para surpresas: o Governo prossegue fiel e subservientemente a sua cruzada em defesa dos interesses do grande capital, e fá-lo como se esperava, isto é, de forma a merecer os elogios e louvores dos principais beneficiários da política de direita. É na reacção do Governo à contestação dessa política por parte de amplos segmentos das massas trabalhadoras que se nos deparam todos os dias e em crescendo atitudes e posturas que reflectem um descontrolo e um desnorte porventura já incontrolláveis e marcados por um ridículo e uma desfaçatez que surpreendem pela dimensão e pelo grau atingidos.

Vimos como o Governo «interpretou» as fortíssimas greves do passado dia 9: confessando que o que o preocupava não era saber se a ade-

ginada e divulgada e que bem pode ficar para a história como «a pista da cegonha».

Na realidade, o «apagão» foi uma consequência directa do processo de privatização da EDP. Assim o explicaram, em cima da hora e bem, os trabalhadores da empresa e as suas estruturas representativas, ao sublinharem que «a prestação de serviço público a que a EDP está obrigada» tem vindo a ficar submersa pela «lógica privada», daí resultando uma «forte redução dos investimentos em equipamento e material e o recurso a serviços exteriores à empresa para a manutenção, assistência e reparação da rede eléctrica». Neste caso concreto, ficaram claras as consequências do facto de a EDP, por efeito da sua busca de maximização dos lucros, não dispor de grupos termoeléctricos suficientes a funcionar com cargas reduzidas e com margem para responder rapidamente perante situações de sobrecarga súbita. Simples, como se vê – e confirmando que o rasto dos graves problemas existentes tem sempre a sua origem na política de direita.

Essa fuga do Governo a assumir a realidade que é o País por ele des governado, tenderá a empurrá-lo cada vez mais para o recurso a medidas artificiais com as quais procurará escamotear a verdade. Atente-se, por exemplo, nesta outra situação: o mesmo membro do Governo que, publicamente e com inaudita desfaçatez, expôs o plano de difusão da imagem de greves fracassadas, fez referência igualmente a uma outra «linha de defesa», mais recuada, espécie de bóia de salvação *in-extremis*. Para resolver os problemas que estão na origem da vaga de descontentamento social, o Governo conta com «as férias», visto que, nessa altura, diz, haverá «tréguas na contestação, tréguas que serão ditas pelo Verão» e que remeterão «a questão para Setembro»... Estas referências e citações valem apenas como elementos confirmadores da evidência que é a política de avestruz a que o Governo se vem remetendo. Preparemo-nos: a previsível acalmia social do período de férias vai ser divulgada pelo Governo como o fim definitivo dos conflitos sociais.

Entretanto – contra a vontade e os desejos do Executivo PS mas por efeito da sua política – a luta continua, amplia-se e reforça-se. Centenas de milhar de trabalhadores de importantes sectores de actividade – como o Material Eléctrico, a Construção Civil, a Hotelaria e Turismo, as Comunicações e Telecomunicações, os Professores, o Comércio, a Administração Local – e de um elevado número de empresas – nomeadamente o Metropolitano, a Carris, a CP, a Transportadora do Sul do Tejo, as Minas da Panasqueira, a EPAL, os Estaleiros do Mondego, a Tomé Féteira – têm vindo e (ou) propõem-se a levar por diante, através de diversificadas formas, importantes lutas pela melhoria das suas condições salariais e de trabalho.

E a impressionante adesão de estudantes do ensino secundário à greve e às manifestações da passada semana, traduzida na participação de 60 mil jovens, introduz nas lutas em curso um dado relevante e significativo.

O «apagão» que atinge o Governo isola-o da realidade. Mas a luta está na rua. Viva, forte e às claras.

“O rasto dos graves problemas existentes tem sempre a sua origem na política de direita”

são fora grande ou pequena mas sim que imagem da adesão chegaria ao País, o Governo exibiu publicamente um desatino ofensivo da inteligência dos portugueses, instalou-se no reino da realidade virtual e elegeu o faz-de-conta como coordenada essencial da sua intervenção nessa matéria.

Assim, falhada a tentativa de fazer passar a mentira que organizara com o objectivo de minorizar a adesão às greves, ao Governo não restava outra «saída» que não fosse a de, ridiculamente, se quedar na sua, sozinho e patético.

Nessa postura o apanhou o «apagão» que, de súbito, pôs metade do País às escuras. E mais uma vez foi como se nada se tivesse passado. Não tendo tido o desprate de decretar que o «apagão» fora produto de uma alucinação colectiva (o que, pelo andar das coisas, não é de excluir em semelhante situação futura), o Governo do engenheiro Guterres optou por um silêncio que lhe desse tempo para congeminar «a explicação» que calaria todos os «agitadores sociais» que não param de lhe denegrir a imagem. A «explicação» veio tarde. Tão tarde que dir-se-ia que o «apagão» se repercutiu também na imaginação dos que a deviam produzir, deixando-os às escuras de ideias durante várias horas – hipótese mais do que provável se pensarmos na «explicação» ima-

Actual O elogio do sofrimento

• José Casanova

Fátima, os pastorinhos, o Papa, a senhora Maria Emília, os milagres, os segredos, os apelos foram o pão-nosso-de-cada-dia na primeira metade do último fim-de-semana - até que, chegado o domingo, o Futebol voltou a ser Rei e Senhor, invadiu as televisões e pôs milhões de portugueses a sonhar milagres vários e, evidentemente, de sentidos opostos.

Sexta e sábado as têtes estiveram todas a tempo inteiro em (e com) Fátima. E há que reconhecer que cumpriram o papel obscurantista que lhes estava destinado. Tratou-se de uma operação global cuja preocupação maior parecia ser a de ofender a inteligência de todos - dos que têm fé e dos que a não têm. A RTP, graças a uma emissão dominada pelo ridículo e pela ignorância, bateu todas as suas rivais no despautério - e teve ainda a



seu favor a «Praça da Alegria», onde o apresentador de serviço foi uma maré negra de insolência e de imbecilidade alvar tentando, em vão, submergir o humanismo, a lucidez, a coragem do padre Mário de Oliveira.

«Fátima é a perversão da fé cristã», disse este - e é, como se viu.

Esperava-se a revelação, enfim, da «terceira parte do segredo de Fátima», que se dizia ser anunciadora de terríveis males para o Mundo. Felizmente que assim não era. Aliás, dificilmente poderia

ser na medida em que não há segredo capaz de imaginar anúncio pior do que esta concreta nova ordem imperialista feita de brutais e desumanas desigualdades e injustiças, geradora das mais cruéis barbaridades e sofri-

mentos, que faz com que todos os dias morram de fome 60 mil pessoas, que rouba direitos fundamentais a milhares de milhões de seres humanos. Revelado o «segredo»... ficámos a saber que, tal como há 19 anos nos fora dito, o Papa se salvara, por milagre mariano, do atentado de que foi alvo.

O Papa falou e, ouvindo-o, estou em crer que a sua santificação é, já hoje, um dado adquirido. O discurso de João Paulo II em Fátima, nomeadamente quando se dirigiu às crianças, constituiu um sombrio e inquietante apelo sacrificialista, um desapiedado elogio do sofrimento. Sobrepondo ao direito à felicidade - que é um direito humano fundamental - o dever do sofrimento, o Papa atentou, precisamente, contra o direito que todos temos de ser felizes e de lutar pela felicidade. Direito de que não abdicamos, nós, os que, aquém ou além da fé, acreditamos na libertação do Homem de todas as formas de alienação, opressão e exploração.

Charada de surdos

• Jorge Cordeiro

Na sequência daquele princípio de «quem pode o mais pode o menos», vários dirigentes do PS têm diligentemente dado andamento aos disparatados argumentos que Guterres lançou, em jeito de graça mal contada, no congresso da Associação Nacional de Municípios em favor da alteração do sistema eleitoral para as autarquias.

Lendo o que alguns vêm escrevendo, o que se pode concluir é que ou falam do que não sabem ou falam do que lhe mandam.

Só assim é possível compreender que Francisco Assis argumente em favor da alteração da legislação que «há autarcas que uma vez eleitos se julgam com legitimidade para interpretar todos os interesses do município, esquecendo-se das oposições, o que não é democrático». A menos que Assis tenha entrado no domínio das charadas, não se percebe como é que alguém com um mínimo de responsabilidade e vergonha pelo que diz venha usar como argumento uma questão, apresentada como negativa, e que a proposta de alteração que o PS defende vem justamente agravar até aos limites. Ou seja, se Assis considera que já hoje alguns eleitos pretendem assumir-se como intérpretes plenos dos interesses do município numa situação em que partilham com outros da chamada oposição o mesmo órgão autárquico, o que dizer numa situação em que representando esses eleitos apenas uma parcela da vontade dos eleitores passassem a deter o monopólio da representação na câmara municipal. Como só assim será possível conseguir ler até ao fim e com infinita paciência

o que Alberto Martins alega em defesa daquilo que considera uma reforma equilibrada para o aprofundamento da democracia na base do argumento que «é preciso dar mais condições de estabilidade aos executivos e garantir a transparência». Passemos por cima daquilo que pela enésima vez já demonstrámos pelos factos quanto à estabilidade, pela simples evidência que resulta de 90% das Câmaras serem hoje governadas em situação de maioria absoluta e de na estabilidade dos órgãos residir uma das características mais expressivas de 25 anos de poder local. E retenhamos a falta de seriedade que este demonstra ao invocar a garantia de transparência como objectivo quando justamente sabe estar a defender um sistema que pelo afastamento completo das minorias do executivo municipal e pela atribuição absoluta de lugares e poderes à maioria, está a ferir irremediavelmente as possibilidades de fiscalização e controlo democráticos.

E por fim deixar como registo que se torna difícil ou mesmo impossível debater seriamente um problema com quem, por mera obstinação partidária em atingir determinados objectivos, se recusa surdamente a ouvir argumentos contrários às suas teses e a rebater séria e documentadamente cada um deles, limitando-se a repetir até à exaustão os mesmos falsos e estafados clichés.



Um big muito small

• Anabela Fino

A que estão dispostas a sujeitar-se certas pessoas para ganhar «uma quantia choruda», digamos, por exemplo, 20 mil contos? A avaliar pela experiência de países como a Alemanha, Espanha, Inglaterra ou Holanda, a quase tudo.

Lançadas numa frenética guerra de audiências, que o mesmo é dizer na maximização dos lucros, as televisões de todo o mundo têm vindo, gradualmente, a ultrapassar todos os limites, numa busca incessante de emoções capazes de prender os telespectadores ao écran. É neste contexto que chega agora a Portugal, pela mão da TVI, a nova coqueluche televisiva que está a dar brado na Europa dita civilizada e dá pelo nome de *Big Brother* (grande irmão).

Inspirado numa criação de Orwell, que premonitoriamente imaginou uma civilização permanentemente vigiada, o programa consiste em encerrar numa casa isolada do mundo exterior

- sem janelas, sem jornais, sem rádio, sem telefone, sem televisão -, durante um determinado número de meses, um conjunto de pessoas sem qualquer relação anterior, cuja vida durante esse período estará 24 horas sobre 24 horas sob a observação de câmaras e microfones ocultos. Toda a actividade dos concorrentes é filmada e gravada para ser difundida, em directo ou em diferido, sempre que o canal televisivo o entender. Ganhará o prémio final apenas um dos elementos, seleccionado através de um processo em que intervêm os restantes membros do grupo e o próprio público.

Trata-se, numa palavra, de explorar a intimidade de seres humanos a troco de uma compensação económica, servindo-a como um produto ao voyeurismo público.

Ao contrário do que sucede com os estudos científicos sobre o comportamento humano em situações adversas,

como o isolamento, destinados a habilitar a humanidade com os meios de as ultrapassar, esta mercantilização da intimidade é mais um passo na degradação do serviço televisivo e um retrocesso em termos civilizacionais. Na verdade, do que se trata aqui é de explorar o que de mais abjecto e primário existe no ser humano, manipulando instintos e necessidades, banalizando-os e transformando-os num espectáculo de que se espera obter chorudos lucros.

Quando se perdem valores inerentes à condição humana, transformando pessoas em objectos que se compram e se vendem, e estimulando a curiosidade mórbida dos seus semelhantes, já nem é a imoralidade do projecto que choca, é a sua total amoralidade.

O que está subjacente a programas destes não tem nada de big. É tudo do mais small que se possa imaginar.

Frases

“O que se passa com os bilhetes do Salgueiros-Sporting é, não tenhamos medo das palavras, um caso de candonga oficializada.”

(Duarte Moral - «Diário de Notícias», 10.05.00)

“O Munitions Effectiveness Assessment Team [da NATO] palmilhou o Kosovo de um lado ao outro, fez o levantamento de quantas crateras e impactes encontrou e produziu um relatório verdadeiramente explosivo: os tanques [sérvios] destruídos haviam sido 14, os transportes blindados 18 e as peças de artilharia não ultrapassavam as duas dezenas!”

(Ruben de Carvalho - «Diário de Notícias», 12.05.00)

“O bom senso que costuma faltar aos dirigentes dos clubes parece contagiar o ministro do Futebol... perdão, do Desporto.”

(Henrique Monteiro - «Expresso», 13.05.00)

“Confiante na estrelinha que lhe dera o poder no momento em que a crise económica tinha chegado ao fim, o novo primeiro-ministro limitou-se a substituir a alegada arrogância do antecessor por um dialogante sorriso. Mas defraudou as expectativas dos que esperavam uma real mudança de políticas.”

(Manuel Villaverde Cabral - «Diário de Notícias», 12.05.00)

“O Governo sabe que a subida dos juros atinge brutalmente o triângulo da maior base eleitoral do engenheiro Guterres: casa nova, telemóvel e carro novo. Tudo, como é óbvio, financiado a crédito.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 11.05.00)

“O Governo é ótimo, o país é que é mau e os pobres são péssimos.”

(Joaquim Aguiar - «Expresso», 13.05.00)

“Portugal tem um primeiro-ministro sombra. Embora raramente por aqui assente o corpo, pelo menos o próprio garante que nunca nos abandona em espírito.”

(Sérgio Figueiredo - «Diário Económico», 12.05.00)

“A EDP está numa estratégia de optimização de resultados à custa de passar encargos para os consumidores.”

(Armando Vara, ministro da tutela - «Expresso», 13.05.00)

“Perante uma greve como a da terça-feira, o que importa não é entrar no habitual duelo de números, mas saber ler os seus “sinais” de legítima insatisfação e dar-lhes a devida resposta.”

(José Carlos Vasconcelos - «Visão», 11.05.00)

“Fátima e futebol não chegaram para diluir o impacto da jornada de protesto sindical que ontem visou o Governo de Guterres.”

(Mário Bettencourt Resendes - «Diário de Notícias», 10.05.00)

“É intenso o cheiro a sacristia.”

(Alfredo Barroso - «Expresso»)

Estudantes do secundário na rua contra revisão curricular



• Isabel Araújo Branco
Texto

• João Aboim
Fotos

«Ainda muito há-de vir»

Em todo o País, os estudantes do secundário fizeram greve às aulas e saíram à rua, numa vasta jornada de luta contra a política educativa do Governo. Com pais e professores do seu lado, os estudantes entregam hoje abaixo-assinados na Assembleia da República e reúnem com os grupos parlamentares.

Cerca de 60 mil estudantes do ensino secundário participaram na grande acção de luta de quinta-feira passada contra a política educativa do Governo. Os protestos visam a suspensão da revisão curricular, a alteração ao regime de acesso ao ensino superior, a implementação da lei de educação sexual e o investi-

mento material e humano nas escolas (ver caixa).

Organizada pela Delegação Nacional saída da Reunião das Associações de Estudantes do Ensino Secundário realizada no dia 29 de Abril, esta jornada mobilizou alunos de todo o País. Em Lisboa, 10 mil estudantes de todo o distrito manifestaram-se em frente à

Assembleia da República. No Porto foram mais de quatro mil e em Coimbra dois mil.

Houve associações de estudantes que decidiram não participar na jornada, mas foram completamente ultrapassadas pelos alunos da escola, que aderiram à greve e participaram nas manifestações. Foi o que aconteceu, por exemplo, no concelho de Aveiro.

Pais e professores

Em declarações ao *Avante!*, Ana Pato, membro da Delegação Nacional das Associações de Estudantes

do Ensino Secundário, afirmou que a acção de luta «foi, sem dúvida, muito marcante e que os estudantes deixaram claro que estão contra a revisão curricular».

«Em termos de números, foi uma jornada bastante significativa. Saíram à rua milhares e milhares de estudantes em todo o País, em acções de grande projecção e unidade. Em Ílhavo, por exemplo, os alunos andaram dez quilómetros para chegar a Aveiro. Isto mostra a sua determinação em suspender imediatamente a revisão.»

Por isso, Ana Pato não hesita em afirmar: «Pela força e determinação dos

estudantes, ainda muito há-de vir.» «Isto é, sem dúvida, uma coisa com muita força. Até porque não se resume apenas a um dia. Antes foram feitas outras manifestações, debates, RGAs, reuniões de delegados de turma e com professores e sindicatos que envolveram os estudantes e que os puseram a discutir a revisão curricular e as outras questões do secundário», diz.

Os estudantes têm do seu lado elementos de peso: professores e pais. O Secretariado Nacional da Fenprof e o Sindicato dos Professores da Região Centro já manifestaram solidariedade com as associações de estudantes. «Os próprios professores não foram ouvidos e conhecem a realidade de perto», adianta a dirigente associativa, acrescentando que os pais partilham a sua posição porque vêem que há coisas na revisão curricular que não fazem sentido.

Falta de diálogo

O ministro da Educação, Oliveira Martins, considerou «desnecessárias» as manifestações, enquanto o primeiro-ministro, António Guterres, afirmou que os protestos não têm fundamento e que é necessário haver mais informação.

Ana Pato diz que estas declarações são «apenas uma manobra política para não deixar transparecer a projec-

ção que esta iniciativa teve na sociedade». Contudo, o Governo já retrocedeu um pouco nas suas posições. No

dia seguinte, o próprio Ministério da Educação admitiu a possibilidade de algo estar mal no ensino secundário e reconheceu haver atrasos na implementação da lei de educação sexual.

«Só falam na informação que

chega aos estudantes e não na discussão com os alunos. Nós temos de ter um papel activo na definição das políticas educativas que vão ser implementadas, nós queremos tomar parte activa na definição do ensino», sustenta a dirigente associativa.

Entretanto, não conseguindo fugir aos acontecimentos, o ministro anunciou a criação de um grupo de acompanhamento da revisão curricular. A Delegação Nacional já se manifestou contra, argumentando que esta proposta não corresponde às reivindicações, pois este novo grupo não vem alterar nada.

Ana Pato diz que, nas reuniões que a Delegação Nacional manteve com o Ministério, nada se adiantou. «Diálogo? De forma alguma. E sentimos desconforto por parte deles. Procuram subestimar, dizendo que os estudantes protestam porque não conhecem a revisão.»



Em Lisboa, junto ao Parlamento, os estudantes aplaudiram a deputada comunista Odete Santos, que os exortou a continuar a luta



Estudantes do secundário na rua contra revisão curricular

As reivindicações

Suspensão da revisão curricular - O primeiro problema apontado pelos estudantes é o facto de não terem sido ouvidos no processo. Mas, o mais grave são as medidas que a revisão pretende aplicar. Para Ana Pato, «não se trata de uma revisão, mas sim de uma reforma profunda que vai instalar o caos».

Os estudantes consideram que aulas com duração de 90 minutos são totalmente desadequadas da realidade. Por outro lado, o 13.º ano é visto como mais uma forma de reter os alunos no ensino secundário e de os pôr a «marcar passo» no ingresso no superior.

Outra queixa é o elevado número de cursos. «Escolher entre 21 cursos no 9.º ano sem acompanhamento pedagógico, não é brincadeira», diz Ana Pato, que lembra que no ensino secundário, a formação tem de ser a mais

comum e abrangente possível. Além disso, um estudante que entre para um curso tecnológico tem mais dificuldade em ingressar no superior por haver incompatibilidade nas provas de acesso.

Outra questão é a área-projecto, cuja avaliação entra na média dos alunos. «Se os currículos são demasiado extensos, a carga horária é grande e há falta de condições materiais e humanas, como é que se pode implementar a área-projecto?», interroga a dirigente associativa.

«Em termos de objectivos esta medida é boa, mas não se sabe como é que se vai aplicar», diz Ana, recordando que as diferenças nas condições das escolas impedem os alunos de estarem em pé de igualdade.

Alteração do regime de acesso ao ensino superior - Os alunos exigem a eliminação progressiva

dos *numerus clausus* e a criação de um novo sistema de acesso, que harmonize as necessidades do País e as opções dos candidatos. Neste sistema, a avaliação contínua seria valorizada e as provas de carácter eliminatório desapareceriam.

Outra questão contestada é a possibilidade levantada pelo Ministério de os alunos terem de fazer uma prova de ingresso para cada faculdade, com critérios definidos pela própria instituição.

Implementação da educação sexual - À espera de regulamentação do Governo, a lei que prevê a introdução da educação sexual, a criação de gabinetes de apoio e a colocação de máquinas de preservativos nas escolas foi aprovada pelo Parlamento no ano passado por proposta do PCP. Após a jornada de luta dos estudantes, o Ministério da Educação

reconheceu o atraso na implementação.

Ana Pato considera que esta situação prova que há falta de vontade política, pois não há formação de professores, não estão previstas verbas no orçamento para a colocação das máquinas e não foram feitas alterações nos currículos para integrarem a educação sexual. Ana sublinha que as declarações do Ministério constituem uma grande vitória dos estudantes.

Investimento material e humano nas escolas -

As escolas estão degradadas, muitas são provisórias há dezenas de anos e há falta de bibliotecas, cantinas, pavilhões gimnodesportivos, laboratórios, salas de estudo e material informático e audiovisual. Ao mesmo tempo, há falta de pessoal auxiliar e de professores, o que implica a sobrelotação das turmas e impede um bom acompanhamento dos alunos.

JCP solidária com protestos

Partilhando todas as reivindicações dos estudantes, a JCP manifestou a sua total solidariedade com a jornada de luta. Mário Rui Peixoto, membro da Direcção Nacional da JCP, critica o facto de os alunos não terem sido ouvidos e defende que uma revisão tão profunda não poderia ter sido feita nas costas dos alunos. «É uma falta de democracia extrema», afirma.

Mário Rui Peixoto destaca a crescente elitização do ensino, agravada pela revisão curricular. «Os cursos aumentam e tornam-se muito mais específicos, canalizando logo à partida os estudantes ou para trabalhar ou para ingressar no ensino superior.»

«O Ministério diz que as acções de protesto não têm fundamento e que há equívocos. Isto só demonstra paternalismo por parte do Governo e a tentativa de minimizar os acontecimentos. Mas não se pode minimizar 60 mil estudantes na rua, até porque esta jornada foi fruto de um crescendo de mobilização e de discussão. Há toda uma base social de apoio que não pode ser ignorada», considera.

Recorde-se que o PCP apresentou projectos de lei na Assembleia da República no sentido de eliminar progressivamente o *numerus clausus* na entrada ao ensino superior e de não ser implementado o regime de provas de acesso feitas pelas próprias universidades.

De Norte a Sul

Aveiro - 800 estudantes em frente ao Governo Civil de Aveiro, 500 em Oliveira de Azeméis e 300 em Ílhavo. Manifestação em Ovar.

Beja - Greve às aulas e manifestação em Beja com 3 mil estudantes. Greve e manifestação em Castro Verde e em Odemira.

Braga - Manifestação com 5 mil estudantes. Escolas encerradas em Guimarães.

Bragança - Manifestação com 2 mil alunos.

Castelo Branco - Greve numa escola do concelho da Covilhã, cidade onde se realizou uma manifestação com 400 estudantes na sexta-feira.

Coimbra - Greve e manifestação em Coimbra com a participação de 2 mil estudantes. Greve com adesão de cem por cento em Águeda. Na Figueira da Foz, manifestação com mil estudantes. Greves e manifestações nos concelhos de Condeixa, Arganil, Lousã, Oliveira do Hospital, Mira, Soure, Mealhada e Penacova.

Évora - Greve e manifestação com 2 mil estudantes em Évora. Em Estremoz, mil estudantes saíram à rua.

Faro - Greve e manifestação em Faro com 3 mil alunos.

Greves e manifestações nos concelhos de Olhão, Silves, Lagos, Tavira, Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António.

Guarda - Manifestação com 600 estudantes.

Leiria - Greves e manifestações nos concelhos de Leiria, Marinha Grande, Alcobaca, Bombarral, Porto de Mós e Caldas da Rainha.

Lisboa - Greve e manifestação até à Assembleia da República com 10 mil estudantes de todo o distrito.

Portalegre - Manifestação com 300 estudantes.

Porto - 4 mil alunos em frente à Direcção Regional de Educação do Norte. Greve em Trofa, S. Pedro da Cova e Póvoa de Varzim.

Região Autónoma dos Açores - Greve e manifestação com 2 mil alunos em São Miguel.

Greve e manifestação na Ilha Terceira.

Santarém - Greve e manifestação em frente ao Governo Civil de Santarém com 2 mil alunos. Mil estudantes em Tomar e 800 em Torres Novas. Em Almeirim, saíram à rua 700 estudantes, no Cartaxo 600, o mesmo número em Rio Maior e 200 na Chamusca.

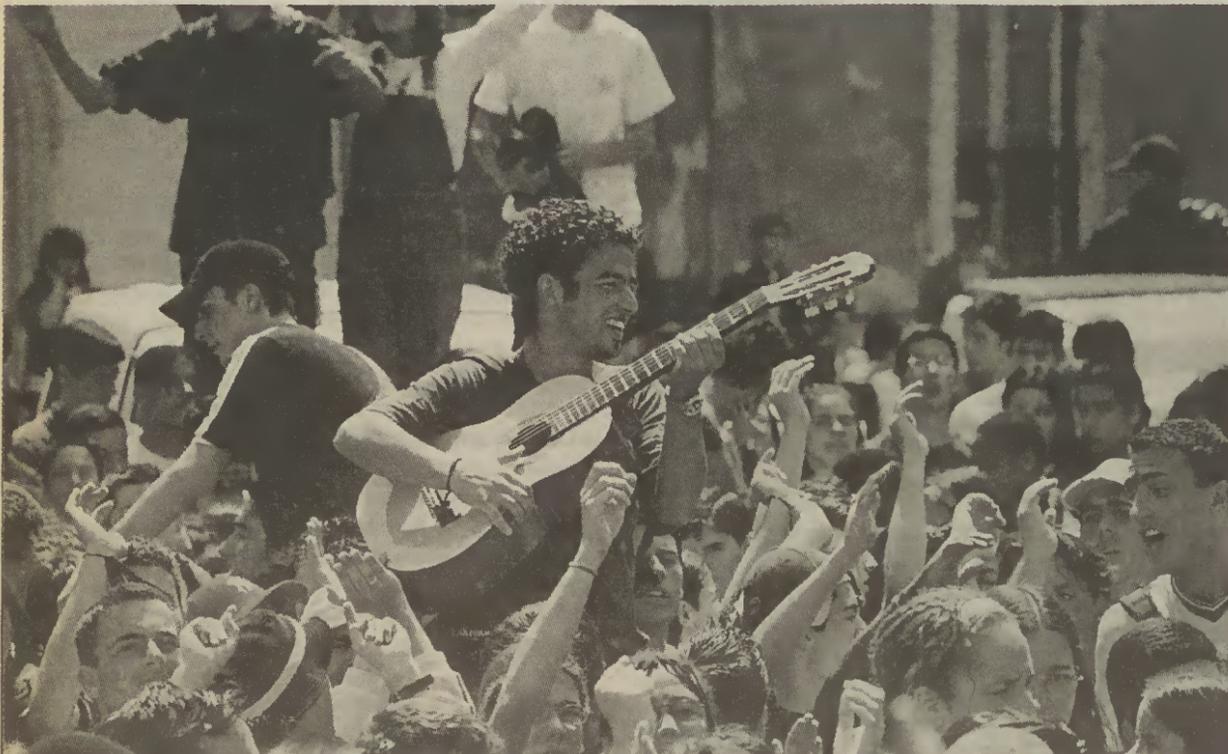
Setúbal - Greve e manifestações com 5 mil estudantes em Almada, 2 mil no Barreiro, 2 mil no Seixal e 2 mil em Setúbal. Greves nas escolas do Montijo, Sesimbra, Moita, Quinta do Conde e Alcochete. Manifestação dos alunos de Santiago do Cacém e Santo André com 400 manifestantes. Greve às aulas em Sines, Alcácer do Sal e Grândola.

Viana do Castelo -

Manifestação junto ao Governo Civil com 300 estudantes.

Vila Real - Greves e protestos na cidade.

Viscu - Manifestação em frente ao Governo Civil com 500 estudantes.



O PCP apresentou projectos no Parlamento para acabar com os *numerus clausus*



O PCP propõe manuais escolares gratuitos e de direitos para os menores de 16 anos, nomeadamente nos transportes públicos e na saúde

Direcção Nacional da JCP

Governo sacrifica jovens

Protestos no ensino secundário e no superior, emprego precário e direitos laborais ameaçados. Este é o cenário com que os jovens se confrontam e que a Direcção Nacional da JCP, reunida no fim-de-semana, analisou.

Não há uma boa política de juventude no seio de uma política geral contrária aos interesses dos trabalhadores e da população em geral. Esta é a análise feita pela Direcção Nacional da JCP, reunida no fim-de-semana, que acusa o Governo de agravar a actual situação através das políticas implementadas.

«Num momento em que largos sectores da população portuguesa expressam nas ruas o seu descontentamento, também a juventude é confrontada no seu dia-a-dia com as consequências das políticas do PS, que agravam situações já conhecidas e recuam na aplicação de direitos há muito conquistados», lê-se na nota de imprensa.

«Todas as políticas sectoriais influem e interferem na vida dos jovens. Não há uma orientação política especial para a juventude, apenas existe o reflexo da orientação política geral nos problemas dos jovens, esses sim, muitas vezes específicos», considera a JCP.

«Ao ataque aos direitos, o movimento juvenil responde com uma intensificação da luta, nalguns sectores sem paralelo nos últimos anos. A grande e activa participação dos jovens nas comemorações populares do 25 de Abril e do 1.º de Maio mostra como são

actuais, justos e profundamente jovens os ideais da revolução portuguesa e da luta dos trabalhadores», afirmam os jovens comunistas.

UE e Parlamento

A Direcção Nacional da JCP abordou a política de juventude dos Quinze, referindo a anunciada intenção do Governo de auscultar o movimento juvenil acerca do «Livro Branco da União Europeia».

Ao ataque aos direitos, os jovens respondem com a intensificação da luta

«Mais uma vez, a Secretaria de Estado da Juventude prepara uma actividade-espectáculo que muito dificilmente será o espaço de discussão necessário, sendo que hoje não se conhece qualquer reflexão política do próprio Governo relativamente ao conteúdo deste documento», defende.

A JCP considera fundamental que esta discussão parta da análise dos problemas concretos dos jovens e que o Governo promova toda a informação necessária sobre a intervenção da UE nesta matéria.

Os jovens comunistas referem ainda outras propostas apresentadas recentemente pelo PCP no Parlamento, especialmente ligadas à juventude: a gratuitidade dos manuais escolares na escolaridade obrigatória; a simplificação do processo de constituição das associações juvenis; e um conjunto de direitos para os menores de 16 anos, nomeadamente nos transportes públicos, na saúde e no acesso à cultura. Este projecto foi já discutido e posteriormente chumbado pelo PS.

Carlos Carvalhas Que paixão?

Na conferência de imprensa que se seguiu à reunião, Carlos Carvalhas referiu que os resultados da «paixão» pela educação do Governo estão visíveis «no insucesso escolar, no afunilamento social em relação ao acesso a graus superiores do ensino, nas saídas profissionais, na inadequação de formandos às necessidades da vida real, na desvalorização da escola pública».

Para o líder comunista, esta é «uma paixão que se traduz também no mal-estar e nos protestos de alunos, pais, professores e responsáveis académicos».

«A reforma curricular não pode ser imposta de cima para baixo, baseada numa falsa consulta e diálogo, pondo de lado os alunos e as suas estruturas representativas», afirmou Carlos Carvalhas, que classificou a não regulamentação da lei sobre educação sexual como inaceitável.

«O senhor ministro diz agora que a lei é para cumprir, que a lei está quase regulamentada. Mas a verdade é que só depois dos protestos dos alunos do ensino básico e secundário é que o Ministro se apressou a dizer que agora é que vai...»

«Sabendo-se dos resultados da paixão pela educação e pela saúde, o melhor para o povo português é o engenheiro Guterres não ter declarado mais nenhuma», concluiu Carvalhas.

Estabilidade laboral em risco

A situação laboral dos jovens - com a crescente precarização, flexibilização e a contenção salarial que enfrentam neste momento - é um bom exemplo de como a necessária estabilidade do início da vida é diariamente posta em causa.

A JCP sublinha que a consciência social e política da juventude trabalhadora está a aumentar, o que ficou bem patente na grande parti-

cipação da manifestação de 23 de Março, no 1.º de Maio e nas lutas sectoriais em que os jovens têm assumido responsabilidades de direcção e dinamização do movimento.

Quanto aos trabalhadores-estudantes, os jovens comunistas referem a continuação do encerramento de escolas e o incumprimento do seu estatuto. E, apesar do Governo apregoar apoiar o ensino profissional, está previsto o

encerramento de várias escolas públicas.

Com vista à melhoria da situação social da juventude trabalhadora, os comunistas têm desenvolvido sua intervenção na luta de massas e no plano institucional, com a apresentação de projectos de lei sobre a redução do horário de trabalho e os contratos a prazo e uma interpelação ao Governo sobre a qualidade do emprego.

O dedo do ministro

• Luísa Araújo

A expressão e a dimensão da luta dos estudantes do Ensino Secundário confirma mais uma vez a capacidade dos jovens de defender causas que sentem como suas e que decidem lutar por elas.

Entre os meses de Março e Maio por todo o País, em vários momentos e de várias formas, os estudantes do Ensino Secundário têm exposto as suas opiniões, a sua contestação, as suas reivindicações. Mais uma vez confirmam que os jovens constituem uma grande força social, com intervenção, com papel importante e cuja dinâmica é indispensável na sociedade. A sua luta faz parte e reforça a ampla luta social contra a política de direita do Governo PS.

Os membros da JCP estudantes do Ensino Secundário têm tido um papel destacado nesta luta. Em estreita ligação com os estudantes e como parte integrante do movimento associativo, têm estado empenhados na discussão e na unidade dos estudantes em torno das suas reivindicações. As reivindicações agora feitas têm grande alcance em aspectos essenciais na vida da maioria da juventude portuguesa: a suspensão da revisão curricular no Ensino Secundário, a abolição progressiva dos *numerus clausus*, a regulamentação da lei de educação sexual e a melhoria da qualidade do ensino. Reivindicações, algumas delas há muito que vêm sendo colocadas, que estão interligadas e que a decisão autista, soberba e autoritária do Governo relativamente à Revisão Curricular fez despoletar este imenso movimento de jovens que, ao contrário do que diz o ministro da Educação, têm o essencial da informação para afirmar o que não querem que seja o futuro do Ensino Secundário em Portugal.

O Governo PS continua numa linha de elitização do ensino. Entre outros aspectos, insiste em manter o princípio do *numerus clausus*, que constitui uma limitação ao acesso ao Ensino Superior, com todas as consequências no desenvolvimento e concretização de aspirações de muitos milhares de jovens e mantém dois subsistemas de ensino superior, o Universitário e o Politécnico, o que reduz custos do Estado relativamente ao ensino de milhares de estudantes e não cria as condições de qualidade na frequência do Ensino Politécnico. Independentemente de questões pedagógicas e técnicas de grande importância e que têm sido alvo de

críticas e têm a objecção de professores e alunos, ponhamos os objectivos da Revisão Curricular, tal como está elaborada, no seu devido lugar: mais uma medida de discriminação social entre jovens, mais um exemplo da política de classe do Governo PS contrária ao aprofundamento da democratização do ensino. Criando dois caminhos diferenciados para os alunos através de cursos gerais e cursos tecnológicos, esta medida impõe a diferença nas oportunidades, na formação, no nível de conhecimentos e desenvolvimento de aptidões entre jovens. Coloca-se a um jovem de 15 anos a opção do rumo a seguir relativamente à sua profissão? Consideraríamos inconsciente e irresponsável tal exigência se não fosse muito mais grave do que isto estar a impor-se, através duma medida aparentemente pedagógica, que uma parte dos jovens abandonem a perspectiva de acesso ao ensino superior e pretendem fazer das Escolas Secundárias locais de especialização técnico-profissional a qual deverá realizar-se após o 12.º ano e em cursos de especialização profissional.

O objectivo do Ministério da Educação não é com certeza resolver os problemas da qualidade do ensino e da escola pública, de reduzir o insucesso escolar, de desenvolver as capacidades criativas dos jovens, de ligar a escola à realidade, de formar os jovens como cidadãos participantes em igualdade.

O ministro da Educação e o Governo conhecem desde há muito as opiniões de amplos sectores de docentes, de organizações sindicais de professores, do Conselho Nacional de Educação, entre outros, sobre esta Revisão Curricular. Foi avançando não tendo em conta as críticas sobre a falta de discussão e os desacordos com o conteúdo apresentado.

Os estudantes, depois de discutir entre si, de procurar esclarecimentos junto de professores, vieram para a rua e exigiram ser ouvidos. Afinal, fazem parte da comunidade escolar. Afinal, são parte importante desta Revisão. Seria para eles que ela deveria ter sido feita e por isso dizem que só aceitam uma Revisão que conte com a sua opinião e o seu contributo, sem desprezo pelo seu saber e pela sua responsabilidade.

O desacordo com esta Revisão Curricular é muito amplo e profundo. É caso para colocar: quem estiver de acordo com ela ponha o dedo no ar.



ESPOSENDE Desprezo do PS

Os deputados do PS revelaram «total desprezo» pelo concelho de Esposende, ao votarem contra as propostas que, no âmbito da discussão do Orçamento do Estado, o Grupo Parlamentar do PCP apresentou para a valorização e recuperação dos Moinhos e Azenhas da Abelheira - Marinhas, a ampliação do Palácio de Justiça de Esposende e a construção da extensão do Centro de Saúde de Fão. A acusação é feita pela Concelhia de Esposende do PCP que, em nota à imprensa, insiste em que a Abelheira, pela sua «beleza paisagística e patrimonial», não pode continuar votada ao abandono, devendo a Câmara Municipal de Esposende e o Governo aproveitar o III Quadro Comunitário de Apoio para concretizar a recuperação da zona.

VISEU Repetições...

Numa avaliação aos programas «Polis» e «Provisar Milénio», o Executivo Concelhio de Viseu do PCP considera que contemplam importantes obras cuja concretização introduziria «significativas melhorias na qualidade de vida dos viseenses».

Relativamente ao «Provisar Milénio», alerta, contudo, para a necessidade de prever a instalação prévia do saneamento básico e água canalizada onde não exista, e, no que respeita ao «Polis», chama a atenção para o facto de todas as obras agora incluídas terem já sido apresentadas publicamente, estando-se a assistir a uma «repetição», em que o Governo procura ganhar protagonismo.

O PCP alerta, ainda, para a grande centralização nos processos de definição, gestão e implementação do «Polis» e reclama da Câmara Municipal de Viseu que estude a candidatura da requalificação dos Bairros 1.º de Maio e Municipal de Viseu a este programa.

COIMBRA Câmara «mostra serviço»

Para «mostrarem serviço» o Governo e a Câmara Municipal de Coimbra estão a prejudicar a visão de conjunto das prioridades da cidade e do Concelho, denuncia a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP, referindo o anúncio do concurso para construção do troço da circular externa Tovim-Coselhas, sem que esteja sequer calendarizada a construção dos restantes troços que permitiriam fechar essa importante malha de comunicações.

Afirmado que isso significa o congestionamento entre a futura saída da Ponte Europa, na Margem Direita, e o futuro nó do Tovim, o PCP exige que o Governo divulgue rapidamente a calendarização das obras na Avenida da Boavista; na ligação da Portela ao nó do Tovim e do nó do Brejo ao IP3 em Souselas; na nova Ponte da Portela e no troço do IC 2 para Sul, entre Almegue e a Cruz de Morouços.

PORTIMÃO Não ao referendo

A Comissão Concelhia de Portimão está contra a demolição do mercado, sem que primeiro se realize um concurso que permita avaliar a melhor solução para o mercado e zona envolvente, e acha «grave» que a Câmara, para além de não ter construído as infra-estruturas alternativas para as iniciativas culturais que aí se têm realizado, procure criar uma situação de facto, adjudicando a construção de um parque subterrâneo que implica essa demolição. O PCP manifesta-se contra o referendo que a Câmara quer efectuar sobre o mercado e lembra que não lhe foi necessário consultar a população para derrubar o cinema e o viveiro, decidir não expropriar nem utilizar o direito de opção na compra do Convento de S. Francisco ou construir a Marina e edifícios dentro do rio Arade. Assim, o Executivo que assumia as responsabilidades na decisão sobre o futuro do mercado e «não passe a batata quente» para as mãos dos portimonenses.

BEJA PCP apoia mineiros

Em comunicado, a Direcção da Organização Regional de Beja do PCP saúda os trabalhadores do distrito que participaram na greve nacional da administração pública, realizada na semana passada, e repudia a tentativa «pidescas» do Governo de os obrigar a assumir em declaração a sua condição de grevistas.

A DORBE aproveita, ainda, para reafirmar a sua solidariedade para com a greve que os mineiros e trabalhadores das Pirites Alentejanas vão realizar em 7 de Junho por melhores salários, pela rápida retoma da extracção de minério e pela definição do papel do Estado no futuro da mina.

Reforma curricular agrava insuficiências do sistema educativo

Combater insucesso e exclusão escolares

No mesmo dia em que milhares de alunos do ensino secundário se manifestavam por todo o País contra a reforma curricular em curso no ensino básico e secundário, Edgar Correia, membro da Comissão Política do PCP, acusava o Governo do PS não ter resolvido «nenhum dos grandes problemas do nosso sistema educativo».

Em conferência de imprensa, o dirigente comunista, depois de referir as crescentes manifestações de descontentamento e protesto, nos vários graus de ensino, por parte de estudantes, professores, responsáveis académicos e movimento associativo de pais, deu nota da avaliação negativa que a Comissão para as Questões da Educação e do Ensino do PCP faz relativamente à «reforma» curricular, criticou as propostas do Governo para o ensino superior e enunciou as principais medidas do projecto de lei apresentado pelo PCP para este sector.

No que respeita concretamente à «reforma» curricular, Edgar Correia destacou, entre outras medidas negativas, «a rigidificação de duas vias no ensino secundário com percursos de primeira categoria e percursos de segunda categoria» e a inexistência de «articulação» entre as diversas modalidades de realização do ensino secundário e entre este e os ensinos básico e superior.

Por outro lado, enquanto para combater o insucesso que se manifesta no 10.º ano o Ministério da Educação apenas preconiza «um esforço de recuperação e de reorientação dos alunos durante um período de duas ou três semanas, no que respeita ao ensino básico avança com a

generalização a todas as escolas do processo da chamada «gestão flexível de currículos» — experiência «que não foi rigorosamente avaliada» — e impõe uma nova

Reforma do secundário cria percursos de primeira e segunda categorias

«decisões políticas da maior relevância» e deve caracterizar-se «por uma profunda democraticidade», ou seja, deve ser «concebida e concretizada no quadro de um largo envolvimento de todos os intervenientes», o que não está a acontecer. A verdade é que, ao mesmo tempo que as

instituições se pronunciavam (em geral com reservas, críticas e dúvidas), «já equipas designadas pelo Ministério da Educação haviam iniciado os reajusta-

e problemas do sistema educativo», impondo-se «conceber e concretizar uma reforma democrática do ensino» que dê resposta às necessidades da sociedade e dos jovens; «prepare mais adequadamente os estudantes para a vida»; «assuma como grande objectivo elevar a qualidade da escola pública; dê resposta ao ensino e à formação de nível secundário; esteja «articulada com acções a desenvolver noutros níveis» e, simultaneamente, valorize a educação e o ensino nos primeiros anos, «desde a rede pública de edu-



Edgar Correia chama a atenção para o aumento dos protestos contra a política do Governo na área da Educação

padronização que perverte o próprio conceito de flexibilidade, não apresentando qualquer programa concreto que vise preparar as escolas para suportar as mudanças adoptadas, seja em relação aos recursos ou à formação inicial e contínua dos professores.

Discussão inquinada

Para o PCP, uma reforma do sistema educativo implica

mentos, a revisão de alguns programas e a elaboração de programas novos». Mas o processo atinge aspectos de «farsa» quando, no dia 26 de Abril, foi iniciada a «discussão» dos programas, via internet, rotativamente e por períodos de quinze dias.

Assim, as medidas do Governo, em vez de suprir, «vão agravar as insuficiências

cação pré-escolar ao ensino básico».

É, igualmente, «indispensável», diminuir o insucesso e a exclusão escolares, aumentar a escolarização e alargar para doze anos a escolaridade obrigatória e, ainda, pôr fim «às barreiras que, de forma injusta e socialmente discriminatória, dificultam e impedem o acesso ao ensino superior».

Ensino superior

Sistema público tem papel central

Na proposta de lei do Governo sobre «organização e ordenamento do ensino superior», o PCP critica a tentativa de criação de «um dispositivo de violação» da Lei da Autonomia das Universidades e da Lei do Estatuto e Autonomia dos Estabelecimentos de Ensino Superior Politécnico e a consagração «da possibilidade do ensino privado ser substitutivo do ensino público» e do Estado poder financiar as escolas privadas.

Outras críticas do PCP a esta proposta de «inspiração neoliberal», dizem respeito à «compartimentação rígida do ensino superior em dois subsistemas — o universitário e o politécnico —; ao conceito de rede pública «burocrática, centralista e governamentalizada» e à transferência da responsabilidade do Estado para um pretenso «organismo de regulação independente».

Em alternativa, o projecto de lei quadro do ensino superior do PCP perspectiva uma

nova política democrática, que mantém o «papel central» do sistema público e prevê a integração dos actuais subsistemas (universitário e politécnico) num único sistema de ensino superior, pela necessidade urgente de dar resposta a uma multiplicidade de carências e de procurar «a coerência da oferta de formações e a abrangência da cobertura territorial pelo ensino superior.

Deverá, ainda, ser consagrado um único grau de formação inicial de nível superior — a licenciatura — e respeitada a gratuitidade da formação inicial a nível superior e o princípio de uma fórmula para o cálculo do orçamento de funcionamento.

Eliminar numerus clausus

O Orçamento do Estado deverá, por outro lado, assegurar integralmente o orça-

mento de funcionamento dos estabelecimentos públicos de ensino superior, tendo em conta determinados parâmetros, como números de alunos ingressados, diplomados e inscritos; números de docentes e investigadores vinculados; domínios científicos dos cursos oferecidos e níveis dos graus e diplomas atribuídos; captações de despesas com pessoal docente, de investigação e outros funcionários e captações de despesas de ensino de qualidade por estudante a níveis de licenciatura e de pós-graduação.

O PCP defende que os regimes de acesso e ingresso no ensino superior público, particular e cooperativo ou outro, sejam de aplicação universal — com eliminação do numerus clausus — e que o Estado crie, através da Acção Social Escolar, as condições que garantam «a todos os cidadãos que satisfaçam as condições de acesso», a possibilidade de frequentar o ensino superior

independentemente da respectiva área de residência e do nível de rendimento pessoal ou familiar, devendo a ASE abranger toda a população escolar em formação inicial e estudantes em níveis de formação pós-graduada.

Por fim, cada estabelecimento de ensino disporá de quadros próprios de docentes, investigadores e outro funcionários, objectivamente dimensionado; o regime de prestação de serviço de docentes e de investigadores compreenderá o cumprimento de funções docente, de investigação e de gestão, em proporções complementares e o exercício de funções de um docente ou investigador vinculado ao quadro de um estabelecimento de ensino será incompatível com o exercício de funções noutra instituição, sem prejuízo da participação em projectos ou em equipas de ensino ou de investigação formalmente acordadas entre instituições.

LOURES PCP exige desculpas públicas

Um mês depois de publicitado o resultado do inquérito movido ao ex-Presidente da Câmara Municipal de Loures, Demétrio Alves, por alegadas irregularidades na utilização de um cartão de crédito, «nenhum dos protagonistas da acção que visava desacreditar o então Presidente da Câmara e candidato da CDU tomou qualquer atitude de retractação e apresentação de desculpas públicas», estranha a Direcção Concelhia de Loures do PCP, em nota divulgada, na segunda-feira, à comunicação social sobre a 9.ª Assembleia de Organização que vai realizar no próximo sábado. Satisfeita com a decisão (que já esperava) do Ministério Público – que considerou não ter havido actuação dolosa do autarca comunista –, a Concelhia de Loures lamenta, entretanto, que «a humildade democrática, o respeito pela verdade e a dignidade» não sejam «valores de conduta» de muitos dos protagonistas da «nossa praça».

LISBOA PCP debate saúde...

«Saúde e defesa da cidadania» é o lema do Encontro Nacional que o PCP realiza no próximo sábado, em Lisboa, com o objectivo de analisar a situação na área da saúde e avaliar a actuação do Governo do PS neste domínio. No decurso dos trabalhos, que serão encerrados por Edgar Correia, membro da Comissão Política, proceder-se-á, ainda, à troca de opiniões entre utentes, médicos, enfermeiros e outros profissionais do sector sobre os problemas e carências do Serviço Nacional de Saúde e à perspectivação de algumas linhas de trabalho com vista à dinamização da intervenção em defesa do SNS.

O Encontro, que terá a participação do secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, é aberto a diversas personalidades do sector, independentemente «do seu posicionamento político e ideológico» face aos problemas constantes da agenda de trabalhos.

BARREIRO ... e associativismo

Em preparação está também, nas diferentes organizações do Partido, um Encontro Nacional de Quadros sobre o Movimento Associativo. Previsto para o próximo dia 27 de Maio, na Biblioteca Municipal do Barreiro, o encontro – que terá a participação de eleitos e técnicos das autarquias e de comunistas ligados às estruturas associativas e às diferentes áreas de actividade das associações –, vai analisar a situação política associativa e a evolução recente do Movimento Associativo, fazer o ponto da situação da acção do Partido nesta área de actividade e apontar linhas de orientação para o aprofundamento da influência dos comunistas na vida associativa.

ALMADA Assembleia reúne

Culminando um amplo e profundo debate, reúne no próximo sábado, a 8.ª Assembleia de Organização Concelhia de Almada para analisar a actividade desenvolvida nos últimos quatro anos, definir as linhas de actuação do PCP para o futuro e eleger a nova Concelhia. Neste importante evento para os comunistas de Almada, cujos trabalhos serão encerrados pelo secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, participarão cerca de 400 delegados e 200 convidados, muitos dos quais em representação de instituições.

Longe e perto da política

Os leitores desculparão qualquer coisinha, mas vamos passar ao lado da célebre cegonha (que se arrisca a ficar à frente em todas as próximas sondagens sobre notoriedade), embora não resistamos a registar uma afirmação do ministro Armando Vara no «Expresso» de 13 de Maio.

É que o ministro declarou que «a EDP está numa estratégia de otimizar resultados à custa de passar encargos para os consumidores», e nós só temos pena que ele, nem que fosse de passagem, não tivesse explicado como é que, apesar de estar no Governo há cinco anos, só agora descobriu tamanha maldade da EDP,

apesar das atempadas advertências e insistentes denúncias do PCP.

Também vamos passar ao lado de Fátima, embora não resistamos «pró-memória» a duas anotações deliberadamente laterais. Com a primeira, queremos exprimir um indignadíssimo protesto por o serviço público de televisão ter voltado

a transmitir, no sábado e na RTP/2, o filme norte-americano «Milagre de Fátima» de um tal John Brahm, feito em 1952 (em pleno maccarthismo), e que constitui um produto de indescritível primarismo e falta de qualidade, onde nem sequer falta a espantosa contrafacção histórica de sinalizar que, à época das «aparições»

de Fátima, Portugal vivia debaixo de uma tenebrosa «revolução socialista» implantada em 1910! Com uma segunda anotação, só queremos evocar a grande falta de inocência e de escrúpulos que fez regressar em estado puro esse monumento à arte da desinformação que foi montado em torno do atentado ao Papa em 1982 e da chamada «pista búlgara». E, a esse respeito, revisitação por revisitação, só nos resta desafiar os que em Portugal andaram a ressuscitar o tema a que, aproveitando as novas tecnologias da informação, revisitem ao menos, no género curto, o artigo de Gilles Perrault, intitulado «A grotesca e lastimosa fábula da pista búlgara» (no «Le Monde Diplomatique» de Maio de 1987); ou, no género extenso e devastador, o livro de Edward S. Herman e Frank Brodhead intitulado «Ascensão e Queda da Conexão Búlgara» (edição em língua inglesa da Sheridan Square Pnbs, 1986).

Também vamos passar ao lado, mas só por hoje, da pressa anunciada pelo ministro Alberto Martins em fazer entrar um proposta de nova lei eleitoral para a AR, embora não resistamos a fazer desde já um forte sublinhado da importância decisiva do combate que vai ser necessário travar para derrotar um projecto que, debaixo da inefável e cínica cantilena da «aproximação dos eleitos aos eleitores», pretende distorcer o processo

de formação das opções eleitorais dos cidadãos através da tenaz asfixiante de duas «bipolarizações»: uma que se fará por cima através da chamada «campanha para a eleição do Primeiro-Ministro», e outra, que se fará por baixo, ao nível dos concelhos agregados, através da criação de círculos uninominais em que só um lugar está em disputa. (Mais informações, designadamente a intervenção de Luís Sá no debate feito na AR em 98 sobre a mesma matéria, podem ser utilmente consultadas em www.pcp.pt/act-pol/temas/revisao/a0904231.html)

Opiniões e... opiniões

Despachados estes telegramas, do que queríamos mesmo falar é da superficialidade e precipitação que por aí vão na imprensa por causa de uma sondagem do «Público» ter revelado que 78,4% dos inquiridos tinha declarado ter «pouco» ou «nenhum interesse pela política» (40,2 pouco e 38,2% nenhum), enquanto só 20,1% declaravam ter «bastante» ou «muito» (14,7 «bastante» e 5,4% «muito»). Ora, sem nos passar pela cabeça ignorar que a questão do «desinteresse» ou distância dos cidadãos face à «política» não é um congeminção de espíritos desempregados, a verdade é que quase ninguém parece ter reparado que, apesar daqueles 78,4% de pouco ou nada interessados na «política», naquela mesma sondagem, em média, só cerca de 20% é que se recusavam a dar notas aos líderes partidários, numa sondagem do «DN» sobre «o pior do Governo» só 31,2% nada opinava, numa sondagem da «Visão» sobre a comparação entre este e o anterior Governo do PS só 2% não tinham opinião (e 63% achava que era pior), noutra sobre se há razões para as greves só 6% não tinha opinião, e noutra ainda sobre se o Governo devia ou não reabrir as negociações salariais só 3% não tinha opinião (e 74% achava que devia reabrir).

E é assim que, sem querermos esgotar a questão, talvez convenha registar que, afinal, a grande maioria dos inquiridos nas sondagens têm opiniões que se faram sobre problemas e questões que tem que ver com a política (e que, para nós, são a carne e o sangue da política). E talvez convenha reflectir mais aprofundadamente sobre de que falamos, uns e outros, quando falamos de política, e de que «política» (ou de que imagem ou práticas da «política») tantos portugueses se dizem ou sentem longe.



Vítor Dias
Membro da Comissão Política

/// De que falamos, uns e outros, quando falamos de «política»? ///





Um livro de Lénine

A Editorial «Avante!» lançou, na passada quinta-feira, no Centro de Trabalho Vitória, a obra de Vladimir Ilitch Lénine «O Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo».

O lançamento desta obra, que ocorre no ano em que se comemora o 130.º aniversário do nascimento de Lénine, foi acompanhado de um interessante e vivo debate introduzido por Carlos Aboim Inglês, membro da Comissão Central de Controlo.

Augusto Lobo homenageado

A festa comemorativa do 25 de Abril, que se realizou em Guidões/Trofa, teve este ano um sabor especial pois, como o convite anunciava, tratava-se também de homenagear o destacado militante comunista Augusto Lobo.

Com o apoio de muitos amigos, duas organizações do Partido - St.º Tirso e Trofa - promoveram um jantar com cerca de duas centenas de participantes onde aconteceu música ao vivo, interpretada por José Morais, poesia declamada por José Lima e um diaporama com imagens de acções locais, não faltando sequer o estrear de foguetes ao som da «Grândola» cantada por todos os presentes.

Agostinho Lopes, da Comissão Política, conterrâneo e amigo de Augusto Lobo, traçou o perfil humano, o percurso político de um homem que soube fazer amigos, ligar-se numa terra que não era a sua, às forças mais vivas e, num tempo em que a associação de pessoas e os actos de cultura equivaliam a subversão, ajudar crianças e jovens a aprender, criar um grupo de teatro, lançar sementes de luta e de resistência contra o fascismo. Sublinhado foi, ainda, o papel de Augusto Lobo enquanto membro do PCP antes do 25 de Abril, revelando-se, nos tempos que se seguiram à revolução, uma pedra essencial da organização do PCP no concelho de Santo Tirso.

Augusto Lobo agradeceu comovido as inúmeras provas de amizade e camaradagem com palavras de poetas. Lembrou os valores que sempre nortearam a sua vida ao lado dos explorados e ofendidos, seguro que, mesmo nos tempos conturbados que se vivem, o capitalismo não é o fim da história, valendo a pena lutar por uma sociedade onde a democracia será política, económica, social e cultural.

Discriminação na saúde

O deputado comunista Agostinho Lopes pediu, na passada sexta-feira, que o Ministério da Saúde esclareça a população de Braga sobre a sua posição face ao pagamento extraordinário que os utentes do Serviço Nacional de Saúde estão a fazer nas unidades hospitalares das Misericórdias do distrito, nas horas em que os Centros de Saúde estão encerrados e ao seu projecto («quase clandestino») de reestruturação dos Centros e Extensões de Saúde.

Em conferência de imprensa, Agostinho Lopes afirmou que, se o Governo não escolhesse a pergunta que ia colocar, avançaria com a proposta de uma audição da ministra da Saúde na Comissão Parlamentar.

▼ CAMARADAS FALECIDOS

Lucinda Mendes Saboga

Com 81 anos de idade, faleceu no passado dia 2 de Maio, na Figueira da Foz, Lucinda Mendes Saboga, viúva do destacado democrata e militante comunista Agostinho Saboga. Até ao fim, a camarada soube manter e defender de forma lúcida os ideais de uma vida em prol de uma sociedade mais justa, sendo pela sua coragem, modéstia e humanismo merecedora de admiração e estima que ultrapassou as fronteiras partidárias.

Manuel Vieira

Faleceu, no passado dia 13, com 75 anos de idade, o camarada Manuel Vieira, metalúrgico reformado. Na célula da empresa Aníbal Abrantes (Marinha Grande) onde trabalhou, o camarada desempenhou importantes tarefas na cobrança de quotas, venda do «Avante!» e distribuição do boletim de célula. Ultimamente, no âmbito da CGTP, fez parte da Inter-Reformados.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

4.ª Assembleia de Vila Real debate evolução do distrito

Problemas sociais agravam-se

Recuperar os eleitos perdidos em 1997 e conquistar novos lugares nas Assembleias Municipais nas eleições autárquicas de 2001 foram algumas das metas estabelecidas na 4.ª Assembleia da Organização Distrital de Vila Real do PCP, realizada no sábado.

A Assembleia de Vila Real, que teve a participação dos dirigentes nacionais do PCP António

Lopes, Henrique de Sousa e Manuela Bernardino, decorre da decisão tomada na 2.ª Assembleia da Organização Regional de Trás-os-Montes, da criação das Comissões Distritais de Vila Real e Bragança com vista ao reforço das respectivas organizações.

No decurso dos trabalhos, os 74 delegados eleitos à Assembleia, fizeram o balanço da actividade desenvolvida nos três anos que decorreram desde a 3.ª Assembleia e, com base no diagnóstico feito à situação política e social do distrito, apontaram as principais linhas de orientação para a

acção futura dos comunistas. A Resolução Política, aprovada por unanimidade, começa por

A acção dos deputados do PS e do PSD tem sido prejudicial ao distrito

constatar o agravamento das condições de vida e de trabalho no distrito e por referir as lutas desenvolvidas pelas várias camadas sociais contra a política do Governo PS, no decurso das quais se reforçou o prestígio do PCP.

A Assembleia fez, ainda, o balanço das perdas e ganhos da CDU nas eleições de 1997, realçando a valiosa intervenção dos seus eleitos nas Assembleias Municipais, quer no plano da apresentação de propostas para a resolução dos principais problemas da população quer da correcção de propostas apresentadas pelos executivos. E, com vista às

eleições autárquicas de 2001, apontou a necessidade de a CDU reforçar as actuais posições, recuperar os eleitos perdidos em 1997 e avançar para a conquista de novos lugares nas Assembleias Municipais.

Reforçar o PCP

Depois de lembrar que o PS e o PSD detêm todo o poder político no distrito, a Resolução Política considera que esse poder foi prejudicial à população, já que os deputados do PS e do PSD, ao votarem contra as propostas no valor de vários milhões de contos apresentadas pelo PCP ao PIDDAC, adiaram a resolução dos problemas, atrasaram o desenvolvimento e contribuíram para o aumento da desertificação.

Para incrementar o desenvolvimento regional, o PCP defende, entre outras medidas, a criação de um organismo distrital ou regional para gerir e aplicar as verbas do III Quadro Comunitário de Apoio e do PIDDAC/OGE; a elaboração de um Plano Estratégico

de Desenvolvimento Distrital/Regional e a candidatura da Região Demarcada do Douro a Património Mundial.

Os delegados consideraram, ainda, que, para aumentar a intervenção e influência do Partido, é necessário dar maior atenção à criação de novos organismos colectivos, à responsabilização de mais quadros, ao estreitamento da ligação aos militantes, ao reforço do trabalho junto da juventude e das organizações de massas e ao recrutamento.

Por fim, a Assembleia elegeu, com uma abstenção, a nova Comissão Distrital, composta por 21 membros, cinco dos quais mulheres.

Na intervenção de encerramento dos trabalhos, Henrique de Sousa, entre outras questões, focou as consequências negativas para o distrito do trabalho dos eleitos do PS e do PSD e alertou para os perigos que resultariam para as autarquias da aprovação das alterações que o PS quer introduzir ao sistema eleitoral, traduzidas nomeadamente pela criação de executivos «monocolors».

Joaquim Matias visita Bigorne

Apelo ao bom senso

«Crime em Bigorne...» é como um jornal local classificou o prosseguimento das obras de instalação do Aterro Sanitário da Associação de Municípios do Vale do Douro Sul, em Bigorne-Lamego, quando da visita, há dias, do deputado comunista Joaquim Matias.

Obras que continuam num local classificado como Sítio da Rede Natura 2000 e que porão em situação de risco a água potável que ali tem as suas nascentes e que abastece as populações das freguesias de

Lazarim, Lalim, Britiande, Várzea e Ferreirim, no concelho de Lamego, de Tarouca, Dalvares, Ucanha e Salzedas, no concelho de Tarouca, e da própria Bacia Hidrográfica do Douro de que é afluente.

Na conferência de imprensa realizada no local previsto para o aterro, como nas reuniões efectuadas com as populações nas Vilas de Lazarim e Lalim e nas povoações de Mazes e Bigorne, Joaquim Matias manifestou a solidariedade «a esta gente que, ao

defender os seus direitos, está a prestar um inestimável serviço ao país, porque isto é património de Portugal» e deu conta das diligências levadas a cabo pelo Grupo Parlamentar do PCP.

Foi denunciada a falta de critério na apresentação deste local como o único sítio no Douro Sul onde se possa construir um aterro - já que aqui existem outras alternativas que não põem em causa a água potável e o ambiente - assim como a demora do ministro do

Ambiente em agendar a sua presença na Comissão de Ordenamento do Território e Ambiente da Assembleia da República, pedida em 28 de Março com carácter de urgência.

É injustificável também que o Instituto da Água, o Conselho da Bacia Hidrográfica do Douro e a Direcção Regional do Ambiente do Norte, dentro das suas atribuições e competências, ainda nada tenham feito, apesar das Juntas de Freguesia lhes terem apresentado as suas preocupações e pedido uma urgente intervenção e apreciação da situação actual.

Nesta visita de Joaquim Matias foi recíproco o reconhecimento da importância das várias vertentes da luta que está a ser travada e a vontade manifestada pelas populações e pelo PCP de continuarem a lutar para que o bom senso prevaleça e «a razão venha ao de cima como veio a água aqui em Bigorne», exigindo ainda que o Governo assuma as suas responsabilidades.



O aterro em Bigorne põe em risco a água potável que abastece as populações

Arsenal do Alfeite reúne 6.ª Assembleia

Com a presença de Blanqui Teixeira, do Comité Central, e do deputado Vicente Merendas, realizou-se no sábado, na Quinta da Atalaia, a 6.ª Assembleia da Organização da Célula do PCP no Arsenal do Alfeite.

Depois de analisarem a situação no Arsenal, os presentes defenderam a definição urgente de um enquadramento

legal coerente para a empresa e seus trabalhadores (com a criação do estatuto de pessoal), assim como de um Estatuto de empresa que salvaguarde a sua ligação à Marinha.

A Assembleia valorizou o papel da célula nos últimos anos, que levou ao reforço do Partido, do movimento sindical e da comissão de trabalhadores no Arsenal.

Em termos partidários, a Assembleia discutiu questões ligadas à organização e decidiu planificar e organizar, com os seus 140 militantes, acções para maior divulgação e venda do «Avante!» e do «Militante». Viu, ainda, encerrar medidas para a melhoria do trabalho ideológico, assumindo e defendendo a

natureza de classe do Partido - Partido da classe operária e de todos os trabalhadores.

Por fim, os delegados elegeram a nova direcção da célula e apontaram medidas para o reforço da organização e do recrutamento. Aliás, no próprio dia da Assembleia, inscreveram-se no Partido dois jovens operários.

TST

Param dia 24 os trabalhadores da Transportes Sul do Tejo, em greve, pela quarta vez este ano, por uma revisão salarial justa, pela manutenção de um subsídio especial e contra o abuso de contratos a prazo. Convocada pelo Sindicato dos Trabalhadores dos Transportes Rodoviários do Sul, a paralisação prolonga-se por 12 horas, a partir das três da tarde de quarta-feira. Eduardo Travassos, dirigente do sindicato e da CGTP, admitiu à Lusa a realização de uma quinta greve, por 24 horas, se a administração continuar a não satisfazer as reivindicações dos trabalhadores, designadamente: aumentos salariais da ordem dos 6 por cento – garantindo, no mínimo, mais 5 mil escudos por trabalhador; anulação dos contratos a prazo de duzentos motoristas; e manutenção do subsídio de 1210 escudos, atribuído sempre que são ultrapassadas 12 horas diárias de serviço, e que a empresa pretende substituir pela opção de descanso. O sindicato salienta que este é um direito adquirido há 21 anos e, a ser suprimido, implicaria um corte de 15 a 20 contos mensais nos vencimentos dos trabalhadores.

CP

Existe total sintonia entre as propostas do Governo e da administração da CP, no que toca às propostas da empresa na negociação com o Sindicato dos Maquinistas, disse à Lusa o porta-voz da empresa, depois de ter terminado sem acordo a reunião de segunda-feira. Esta foi a quarta vez que o SMAQ e a administração da CP se reuniram desde que, a 3 de Maio, o Governo decretou a requisição civil dos maquinistas. Nova ronda negocial ficou agendada para amanhã, afirmando o sindicato que deverá ser a última antes de reclamar a mediação dos ministérios do Trabalho e Solidariedade e do secretário de Estado dos Transportes.

Manuel Lopes

Uma romagem ao cemitério do Alto de São João, por iniciativa da Comissão Executiva da CGTP-IN e do Sindicato dos Trabalhadores Têxteis, Lanifícios e Vestuário do Sul, assinalou na segunda-feira de manhã a passagem do primeiro aniversário do falecimento de Manuel Lopes, que durante muitos anos foi um dirigente activo e prestigiado da central e do sindicato.

O conflito na Carris e no Metropolitano só se mantém porque orientações superiores mantêm as administrações presas aos três por cento na actualização salarial.

O secretário-geral da CGTP endereçou ao Governo, ao mais alto nível, a responsabilidade pela continuação das greves na Carris e no Metro. Acompanhado de Amável Alves e Deolinda Machado, da Comissão Executiva da central, e por dirigentes sindicais das empresas, Carvalho da Silva considerou, perante os jornalistas, que o executivo demonstra «teimosia absoluta» e «prepotência», impondo aumentos salariais «com base numa mentira, que é a inflação de dois por cento».

Em conferência de imprensa dada segunda-feira, na véspera de mais um dia marcado pelas greves na Carris (de tarde) e no Metro (de manhã), os sindicalistas afirmaram que os custos com a contratação de transportes alternativos são muito superiores aos encargos que representaria a aceitação das reivindicações dos trabalhadores.

Em qualquer das empresas, salientou Carvalho da Silva, trata-se já de «uma luta pela dignidade dos trabalhadores», que são «os grandes prejudicados» pelas greves, pois vêem os dias de paralisação descontados nos salários. O problema é que, «se cederem, o ataque vai ser muito pior», disse, recordando que, também na luta pelas 40 horas, que se prolongou, em sectores como os têxteis e vestuário, durante mais de 3 anos, também foi «uma questão de dignidade».

Incoerência

Os dirigentes sindicais denunciaram a incoerência e súbita alteração de posições que marcou as negociações com as empresas.

Na Carris, onde se chegou à fase da conciliação, o mediador – do Ministério do Trabalho – sugeriu, a 3 de Maio, uma «base de trabalho futuro» que previa a aplicação dos 3 por cento, decididos pela administração, até ao final de Junho; a partir de 1 de Julho a actualização passaria para 4 por cento, na tabela salarial e uma lista de cláusulas de expressão pecuniária, de onde eram excluídos

alguns subsídios e prémios. Na reunião seguinte, uma semana depois, a Festru e demais organizações sindicais declararam que aceitavam aquela proposta, como «um bom ponto de partida para a negociação». Os representantes da administração, no entanto, continuaram a afirmar que a Carris «não tem qualquer margem» para subir os salários um por cento na última metade do ano.

Também no Metro, revelaram os representantes dos trabalhadores, a administração veio aplicar aumentos de 3 por cento, por acto de gestão, depois de uma reunião de negociações onde declarou que aquele valor não seria a sua última palavra.

Para a CGTP, é óbvio que foram impostas orientações superiores, contrariando o Ministério do Trabalho e a administração do Metro. Tal como é evidente que teve de



Anteontem a Carris parou pela décima vez e o Metro pela nona

Nova CIL tomou posse

Tomaram ontem posse os novos elementos da Comissão Coordenadora das Comissões de Trabalhadores

da Região de Lisboa, eleitos a 18 de Abril.

A nova CIL é constituída por 20 elementos efectivos e

suplentes, três dos quais são mulheres, oriundos de diversas CTs do sector público e privado e que, de acordo

com a Comissão Eleitoral, representam um universo de mais de 30 mil trabalhadores. No acto eleitoral, refere o comunicado da CE, participaram 201 membros de comissões de trabalhadores, verificando-se 198 votos na lista unitária, um voto branco e dois nulos.

Nas suas linhas programáticas, a Coordenadora agora empossada considera essencial reforçar a cooperação com o movimento sindical unitário, designadamente com as suas estruturas intermédias e com os sindicatos sediados no distrito de Lisboa, a par da cooperação com as comissões coordenadoras de CTs das diversas regiões e sectores.

Defendendo que as comissões de trabalhadores continuam a constituir «um precioso instrumento democrático nas mãos dos trabalhadores para a defesa dos

seus interesses e direitos, para o reforço da sua unidade e elevação da sua consciência de classe», a CIL define como prioridades da sua acção a luta pelo emprego com direitos, por melhores salários e horários mais dignificados. No comunicado da Comissão Eleitoral reafirma-se que «a melhor forma de defender os direitos constitucionais e legalmente consagrados é pela via do seu exercício».

No ano em que vai comemorar o seu 25.º aniversário, a CIL realça a grande importância da sua «acção de coordenação de um movimento que, no último ano, tem vindo a afirmar-se, face ao aumento do número de comissões de trabalhadores registadas no Boletim do Trabalho e do Emprego, para além das CTs existentes na Administração Central e Local».



Há mais CTs registadas no último ano (foto de arquivo)

Teimosia, mentira e incoerência

CGTP acusa Governo

Faltas ilegais

A administração do Metro ameaçou e cumpriu: marcou faltas injustificadas «a todos os que fizeram greve» na terça-feira, disse um administrador à Lusa. A punição foi aplicada por a empresa defender que o pré-aviso de greve deveria ser entregue com dez dias de antecedência.

Amável Alves, dirigente da CGTP e da Festru, reafirmou que os sindicatos cumpriram os prazos legais de entrega do pré-aviso e anunciou que os sindicatos vão reagir em defesa dos trabalhadores sancionados e acionar a administração do Metro por violação da lei da greve.

Para os sindicatos, a posição do Metropolitano foi uma tentativa de «desincentivar» a luta. Na conferência de imprensa de segunda-feira foi ainda revelado que, contra o estipulado na lei, a administração já tinha contabilizado as horas de greve para não pagar o subsídio de assiduidade. Ao mesmo tempo, a manobra das faltas procurou «distrain a opinião pública» dos verdadeiros motivos do conflito.

haver uma intervenção do primeiro-ministro ou de alguém muito próximo de Guterres, com peso suficiente para fazer

vencer a falta de coerência entre diferentes responsáveis do Governo e de administrações por ele nomeadas.

EPAL

A conciliação foi requerida pelos sindicatos representativos dos trabalhadores da EPAL, após uma reunião que teve lugar dia 12 e onde a administração anunciou que dava por encerradas as negociações do Acordo de Empresa para este ano, informou a Lusa. No dia 11, teve lugar na Empresa Portuguesa de Águas Livres mais um dia de greve, como forma de luta por aumentos salariais, regulamento de carreiras e defesa de direitos. A posição «negativa» da EPAL, que actualiza unilateralmente os salários, por «acto de gestão», levou a comissão intersindical a acionar a mediação do Governo.

Coimbra

Plenários de trabalhadores dos Estaleiros Navais do Mondego, na Figueira da Foz, e da Rodoviária da Beira Litoral e das Cerâmicas Estaco, em Coimbra, tiveram lugar quinta-feira, dia 11, com a participação de Manuel Carvalho da Silva. O secretário-geral da CGTP reuniu também com pescadores da majoeira na Tocha (Cantanhede). «Há atitudes autoritárias nestas empresas, falta de consideração pelos trabalhadores e falta de concretização do diálogo propagandeado», acusou. O coordenador da União dos Sindicatos de Coimbra, também citado pela Lusa, informou que nos Estaleiros Navais do Mondego os trabalhadores estão a fazer greves parciais até dia 30 de Maio, reclamando aumentos salariais e do subsídio de refeição e a redução do horário de trabalho. Na Estaco, pretendem um compromisso sério para o pagamento atempado dos salários, enquanto na Rodoviária da Beira Litoral protestam contra o atraso nos ordenados.

Caramulo

O pessoal dos lares do Sameiro e Monteiro de Carvalho, no Caramulo, entrar novamente em greve ontem, por um período de 24 horas, exigindo a aplicação do Contrato Colectivo de Trabalho. Este novo período de greve, agendado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Hoteleira, Turismo, Restaurantes e Similares do Centro, surge no seguimento de uma greve realizada no dia 17 de Abril pelas mesmas razões. O sindicato justifica a decisão com a continuação do não respeito pelos direitos dos trabalhadores, apesar do Ministério do Trabalho, em Viseu, já por diversas vezes ter informado as administrações dos lares de que o Contrato Colectivo da hotelaria se aplica na íntegra a estes estabelecimentos. Os representantes sindicais referiram à Lusa que a Inspeção de Trabalho já aplicou coimas às empresas por terem infringido a lei.

Apelo à «desobediência total e absoluta»
de soprar no balão

Frete na construção

As estruturas da UGT aceitaram aumentos médios de 73 escudos por dia e a imposição do controlo da alcoolemia nas obras, sem garantias de independência nem de salvaguarda da dignidade dos trabalhadores.

As estruturas da CGTP-IN no sector repudiaram o acordo e convocaram para dia 27 de Maio, em Lisboa, um encontro nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais. «O

patronato cometeu o mesmo erro que há dez anos, quando tentou impor a flexibilização, também então cedida pelos seus afilhados, e nove anos depois foram obrigados a abdi-

car, se quiseram um contrato assinado com a CGTP», lembra a federação de sindicatos do sector, sublinhando que os sindicatos «não vão admitir» o sopro no balão, pois o acordo da UGT não se aplica aos trabalhadores associados das estruturas da Intersindical.

O sindicato do Sul, em comunicado aos trabalhadores distribuído na semana passada, apelou mesmo à «desobediência

total e absoluta» no que respeita ao controlo da alcoolemia nos termos pretendidos pelo patronato e aceites por «pseudo-sindicatos», num «acto de pura vassalagem e traição» àqueles que lutavam, apesar das grandes dificuldades, «por melhores salários, contra a humilhação».

No comunicado são descritos os aumentos salariais que, com o aval da UGT, o patronato se prepara para aplicar de forma administrativa, com efeitos ao primeiro dia do ano. Com um aumento médio de 2200 escudos por mês, os seis níveis inferiores da tabela ficariam apenas com o salário mínimo nacional, enquanto a retribuição mais elevada seria de 132,5 contos. O subsídio de almoço subiu 25 escudos (de 680 para 705).

A federação e os sindicatos filiados não aceitam aqueles valores e vão mobilizar os trabalhadores para que sejam apresentados cadernos reivindicativos ao nível das empresas.

Tanta riqueza!

«O sector da construção civil e obras públicas nunca produziu tanta riqueza como hoje», afirma-se no memorando que a estrutura sectorial da CGTP entregou recentemente às associações patronais e nas várias delegações do Ministério do Trabalho.

O «bom estado económico» do sector, reflectido em diversos dados estatísticos citados no

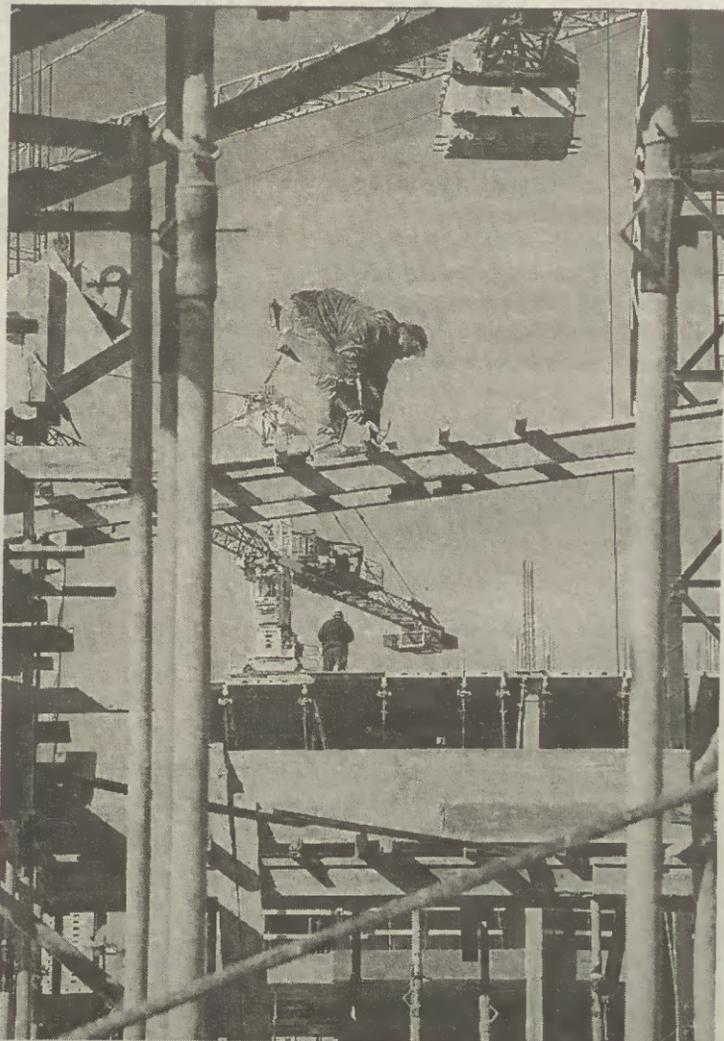
documento e em declarações de responsáveis do Governo e associações patronais, levam a federação a reafirmar que foi justa a sua reivindicação para 2000: aumentos salariais de 8 contos por trabalhador, um subsídio de refeição de 950 escudos, a redução do horário para 39 horas semanais (como forma de progressivamente chegar às 35 horas), e tolerância de ponto na véspera de Ano

O descontentamento pode atrasar a conclusão de grandes obras

Novo.

Para a federação, «atendendo à conjuntura económica do sector, não é possível compreender a recusa da comissão negociadora patronal a aceitar ou aproximar-se das propostas apresentadas pelos sindicatos da CGTP-IN, provocando uma ruptura negocial e não deixando outro caminho aos sindicatos, a não ser o da luta».

A resposta dos trabalhadores à postura patronal poderá comprometer os prazos de execução de algumas grandes obras, adverte a Federação da Construção, Madeiras, Mármore e Materiais de Construção, sublinhando que os trabalhadores, «nas várias lutas que já realizaram, exigem que as associações patronais retomem de imediato as negociações, com propostas que, pelo menos, se aproximem das apresentadas pelos sindicatos da CGTP-IN, bem como concordando que o controlo do álcool, quando estiverem reunidas as condições para ser feito, deve ser efectuado por entidades credenciadas para tal e independentes».



A boa situação do sector deve beneficiar quem trabalha e cria riqueza (foto de arquivo)

Resultados dia 25 ou protestos nos hipermercados

De hoje a oito dias vai realizar-se uma reunião de conciliação, no Ministério do Trabalho, com a associação patronal dos super e hipermercados. Mas os delegados sindicais previnem que, se a APED não avançar propostas positivas nesse dia, vão convocar as concentrações frente às sedes dos grupos Jerónimo Martins (Pingo Doce e Feira Nova) e Sonae (Modelo e Continente), que ocupam a

presidência e a vice-presidência da associação patronal.

A decisão foi tomada anteontem, em plenário que teve lugar na sede do CESP/CGTP. Na resolução divulgada pelo sindicato reafirma-se a exigência de que passem a efectivos todos os «milhares e milhares» de trabalhadores com vínculos precários que, nas diversas empresas, ocupam

postos de trabalho permanentes.

Os delegados sindicais reclamam da APED, através da empresa-presidente (Pingo Doce/Feira Nova), que condene os casos de violação do contrato colectivo e exija que as empresas respeitem os direitos dos trabalhadores nele consagrados. Na resolução protesta-se contra a insistência das empresas em desvalorizar os já muito baixos salários que se

praticam na grande distribuição comercial e denuncia-se, mais uma vez, as situações de desrespeito da lei e da contratação, designadamente no que toca a horários, descanso semanal, férias, direitos da maternidade e paternidade, dos trabalhadores-estudantes, não pagamento de trabalho suplementar e no dia de descanso obrigatório.

É colocada especial ênfase na precariedade do emprego,

que atinge cerca de metade dos trabalhadores, e onde o trabalho a tempo parcial tem um muito grande peso (35 por cento do pessoal, segundo o sindicato).

A resolução refere ainda que «algumas grandes empresas» aceitaram propostas dos trabalhadores, mas tal facto não demoveu a APED da sua intenção de «reduzir o contrato colectivo ao mínimo».

Actualizar em Maio nas empresas FMEE

Os delegados sindicais das empresas fabricantes de material eléctrico e electrónico decidiram, em Coimbra, na semana passada, desencadear a apresentação de cadernos reivindicativos às administrações, exigindo uma resposta até à próxima segunda-feira, de modo a que seja possível pagar os salários de Maio com o aumento mínimo de 5 contos por trabalhador.

No comunicado que a FSTIEP/CGTP divulgou após o plenário nacional, salienta-se que «depois dos aumentos dos combustíveis e das taxas de juro, que arrastaram consigo os aumentos dos transportes, da habitação e da alimentação, mais necessário se torna um real crescimento dos salários». A actualização salarial de três por cento, decidida pela associação

patronal «depois do negócio que fez com os seus aliados da UGT», reduz-se a valores que «já não significam qualquer ganho e muitos trabalhadores estão já a perder novamente poder de compra».

O processo de apresentação dos cadernos foi acompanhado de reuniões e plenário de trabalhadores, bem como de abaixo-assinados, «de

forma a desencadear uma dinâmica de unidade e luta, que permita alcançar aquele objectivo»: completar, com efeitos a 1 de Maio, a diferença entre o aumento já efectuado e os 5 contos exigidos. Um quadro que acompanha o comunicado mostra que, para a «esmagadora maioria dos trabalhadores» do sector FMEE, «a actualização salarial de três por cento, previs-

ta no negócio que a ANIMEE fechou com os seus parceiros da UGT», significa aumentos entre 75 e 113 escudos por dia (2275 e 3415 escudos por mês).

A comissão negociadora sindical ficou mandatada pelos delegados para, caso as empresas não respondam à reivindicação dos trabalhadores até dia 22 de Maio, «definir um dia de luta no sector».



Protestos à porta do MAI durante quatro dias

STAL promove semana de luta

Decida, sr. ministro!

Sindicalistas da Administração Local exigem, no Terreiro do Paço, que Fernando Gomes assumas as suas «responsabilidades acrescidas» e responda às reivindicações dos trabalhadores.

Com a participação de delegados e dirigentes do Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local, vindos de vários distritos, as acções iniciaram-se terça-feira e decorrem até amanhã, junto do Ministério da Administração Interna. Para cada dia foi escolhido um tema, de acordo com as principais exigências colocadas ao Governo: aumentos salariais justos e carreiras dignas; defesa do emprego e do vínculo público, regulamentação do suplemento de insalubridade, penosidade e risco, e implementação de serviços para a higiene, saúde e segurança no trabalho; resolução dos problemas dos trabalhadores da administração local.

A decisão de avançar com esta série de concentrações foi tomada pela Direcção Nacional do STAL «após a forte adesão dos trabalhadores das autarquias à greve do passado dia 9, que teve como particularidade o aumento de adesão significativa em autarquias menos habituais, o

Salários, carreiras e emprego não são assunto arrumado

encerramento de inúmeros serviços e uma adesão global de 85 por cento». Na nota de imprensa em que anunciou a semana de luta, o sindicato acusa o Governo de ter uma postura «patética», tanto «pelo autoritarismo demonstrado na imposição dos 2,5 por cento de aumentos salariais, como pela tentativa desesperada de manipular os dados reais de adesão à greve».

O órgão dirigente do STAL «lamenta» que tenha havido «diversas tentativas preparadas pelo Governo e autarcas do Partido Socialista, no sentido de desmobilizarem os trabalhadores», referindo «pressão directa» junto dos funcionários, a «publicação apresada do diploma que introduz os aumentos salariais» e a «intoxicação da opinião pública, nomeadamente pretendendo conotar a legítima contestação dos trabalhadores com manipulações políticas».

Para responder «à inequívoca vontade que os trabalhadores têm vindo a demonstrar ao longo do processo de luta»,

o Governo deve «mudar efectivamente de política», cabendo ao MAI, Fernando Gomes, «responsabilidades acrescidas», que o sindicato exige que sejam assumidas «de uma vez por todas», «o que até agora não tem feito, atitude ilustrada pela falta de disponibilidade para receber os trabalhadores que tem marcado o seu mandato».

Lisboa

Na terça-feira à tarde, também se concentraram frente ao MAI trabalhadores do município de Lisboa e sindicalistas do STML, reclamando a integração das carreiras de torneiro mecânico, serralheiro civil e serralheiro mecânico na categoria de operário altamente qualificado.

Em luta pela valorização das carreiras profissionais, os trabalhadores começarão por realizar um plenário geral na Casa do Alentejo, deslocando-se depois aos Paços do Concelho e ao MAI. Em comunicado citado pela Lusa, o Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa considera inaceitável a posição do Governo, que recusa a integração das carreiras na categoria de operário altamente qualificado, aspiração já com 18 anos.

Acordo «positivo» no Vestuário e Confecção

Foi anteontem depositado no Ministério do Trabalho, para publicação e entrada em vigor, o acordo de revisão dos contratos colectivos do sector do Vestuário e Confecção, assinado no dia anterior pela Fesete/CGTP-IN e pelas associações patronais (APIV e Anivec).

O conteúdo do acordo é considerado positivo pela federação sindical do sector, designadamente no que respeita a salários, horário de trabalho, subsídio de alimentação e aumento mínimo. A Fesete salienta, na nota que distribuiu à comunicação social, que **não eram assinados acordos, na**

zona Norte, há 13 anos e, na zona Sul, há 9 anos.

O período normal de trabalho foi fixado em 40 horas, respeitando o direito dos trabalhadores a uma ou duas pausas diárias de 10 minutos. Ficou aberta a possibilidade de virem a ser fixados outros intervalos, em negociação futura.

Todos os trabalhadores terão, pelo menos, um aumento salarial de 2500 escudos sobre os valores praticados no último dia de 1999. A partir do corrente mês, os salários têm um aumento de 6,5 por cento.

O subsídio de alimentação foi fixado em 450 escudos.

A Fesete realça que «finalmente foi ultrapassado o conflito da aplicação do horário de trabalho no sector do vestuário», passando a vigorar o conceito defendido pela federação desde 1996, mantendo as pausas para cerca de 150 mil trabalhadores. Os salários continuam «magros», mas afastam-se do mínimo nacional, o que contraria a prática patronal dos últimos anos (o salário mínimo era aplicado à maioria dos trabalhadores), nota a federação.

O acordo teve a participação do secretário de Estado do Emprego, Paulo Pedrosa, e do vice-presidente da CIP, Nogueira Simões.

Interesse público?

● Francisco Braz

A privatização das mais diversas esferas da vida social e económica, entre as quais os serviços de gestão municipal, como a água e os resíduos sólidos urbanos, tem conduzido a uma visão deturpada da democracia e constitui uma ameaça clara aos princípios fundamentais do serviço público: solidariedade, continuidade, acessibilidade, igualdade de tratamento.

A primeira coisa que acontece quando se privatiza um serviço público é que a empresa reduz a sua atenção para com os mais desfavorecidos. O objectivo do lucro, perseguido pela empresa, não se compadece com a obrigatoriedade de servir todos os cidadãos, tal como é missão do serviço público.

Ainda que alguns políticos e outros interessados procurem jogar com as palavras, tentando iludir a opinião pública e inventando diferenças entre termos, do tipo privatização ou

procurando esclarecer, sensibilizar e mobilizar a comunidade para a necessidade de defender e melhorar o serviço público, contra a privatização. Em Sintra, e como é sabido, a presidente do município procura alargar a privatização a mais duas freguesias, por sinal, das mais populosas e, consequentemente, com maior produção de lixo, ou seja, as mais apetecidas pelas empresas. Esta decisão é tanto mais insustentável quanto se sabe que a autarquia não investe no sector há quatro anos, não evidencia um esforço sequer para recrutar trabalhadores e, com a privatização, irá gastar mais 200 mil contos do que se optar por investir no serviço municipal (mesmo adquirindo mais viaturas e recrutando trabalhadores).

Quais os verdadeiros objectivos desta política? A que se deve tanto empenho, quando se sabe que os serviços da empresa na área concessionada são fonte de descontentamento das



concessão, na verdade, do que efectivamente se trata, é da entrega de empresas e serviços públicos a interesses privados.

É por isso que várias pessoas – mesmo das mais insuspeitas, em virtude da sua preferência declarada pela gestão privada – perguntam, tal como nós: afinal, que vantagens resultam da privatização da água, da gestão dos lixos ou dos jardins?

Menos transparência

A menor transparência da vida pública e do seu controlo democrático, resultante da privatização, é preocupante. Quando uma empresa ganha os concursos de privatização da água no Norte e outra empresa ganha no Sul, das duas uma: ou fizeram um acordo de divisão do País ou então as condições de adjudicação estão claramente viciadas. O mesmo se passa no sector do lixo, existindo hoje, em várias autarquias, relações preferenciais com uma determinada empresa privada, o que indicia a presença de factores estranhos que nada têm que ver com objectivos de melhor servir as pessoas.

Aquilo que começa a existir entre nós, de menor transparência da acção política municipal, de ligações perigosas, é semelhante ao que foi denunciado num relatório do Tribunal de Contas francês, cujas conclusões consideraram a privatização da água e lixos como a causa responsável pelo aumento exponencial da corrupção. Em vários municípios, como Setúbal, Amadora, Covilhã e, mais recentemente, Sintra, o STAL tem travado, com os trabalhadores e as populações, importantes batalhas,

populações? Como se explica que a empresa vá atrair trabalhadores e a autarquia o não consiga, quando se sabe que os salários pagos pelas empresas privadas são bem menores do que os praticados pela administração, atingindo diferenças que podem atingir uma dezena de contos, e quando se sabe da precariedade e desumanização das condições de trabalho existentes? Como pode a autarquia garantir que os postos de trabalho não estão ameaçados, sabendo nós que é precisamente disso que se trata, mais tarde ou mais cedo?

E, finalmente, que dizer das tentativas de desmobilizar e dividir os trabalhadores, de os atemorizar, recorrendo mesmo sem qualquer pudor aos serviços de uma empresa privada durante o exercício legítimo do direito à greve e de, simultaneamente, chamar as forças policiais para proteger a empresa e violentar os trabalhadores? Defesa da saúde pública ou de interesses pouco claros?

Tais comportamentos e atitudes mais parece vindos de alguém que, tendo assumido compromissos, não certamente em nome da população ou dos trabalhadores, procura agora, sem olhar a meios, atingir os fins a que se propôs.

Numa prolongada luta, com todos os sacrifícios, os trabalhadores demonstraram uma vontade enorme pela defesa do seu posto de trabalho, por mais direitos e por um serviço público com mais qualidade. O fim da privatização é o único caminho possível, permitindo dar lugar a uma política de investimentos e de valorização do sector, garantindo os direitos dos trabalhadores e dos municípios.

Mudar para pior

A Assembleia da República aprovou há poucos dias uma nova lei sobre sondagens com votos favoráveis do PSD, PSD e PP. Esta oportunidade de revisão da lei poderia ter sido aproveitada para procurar limitar, tanto quanto possível, a total impunidade reinante em matéria de publicação e difusão de sondagens destinadas e/ou utilizadas, não como elementos sérios de informação sobre tendências da opinião pública, mas como instrumentos de manipulação e armas de arremesso político. O que resulta deste processo é precisamente o contrário. Aproveitou-se a oportunidade para mudar para pior, permitindo que as sondagens passem a poder ser publicadas ou difundidas até ao último dia de campanha eleitoral, isto é, até a um momento em que os partidos ou candidatos que sejam lesados por uma eventual sondagem manipulatória não tenham qualquer possibilidade prática de reagir e de repor a verdade dos factos.

A lei agora aprovada, correspondendo à fusão de uma Proposta de Lei do Governo e de um Projecto de Lei do PSD, vai resultar numa contradição flagrante entre os invocados propósitos dos seus autores e as consequências

por parte da Alta Autoridade para a Comunicação Social. Mas se ao contrário do que hoje sucede, a lei passa a permitir a divulgação de sondagens até ao último dia da campanha eleitoral, deixa evidentemente de ser possível qualquer rectificação em tempo útil. E, portanto, os melhoramentos legais que entraram pela porta saltam todos pela janela no último dia de campanha.

Admitamos que no último dia de uma campanha eleitoral, uma sexta-feira, um semanário decide publicar a última sondagem antes da eleição e que, em vez de se pautar pelos critérios de rigor e isenção exigidos por lei, decide, dolosa ou negligentemente, divulgar uma previsão de resultado da eleição que configura objectivamente uma operação de manipulação. Acontece que, pura e simplesmente, não há reacção capaz de repor a legalidade num caso como este e de impedir que sejam completamente consumados os efeitos decorrentes da violação da lei. Os partidos políticos ou os candidatos que se sintam lesados não podem reagir porque a campanha eleitoral acabou, e no dia em que as pessoas se sentam nas esplanadas a ler o dito semanário, é suposto que os eleitores se dediquem à reflexão pessoal, livre de tentativas de

influência do sentido do seu voto. Mesmo que a Alta Autoridade para a Comunicação Social considere ter havido uma violação da lei merecedora de rectificação na edição seguinte do jornal, isso de nada adianta, porquanto a referida edição só será publicada quase uma semana depois das eleições. Mas ainda que a Alta Autoridade entenda que a situação é tão grave que justifica a sua tomada de posição mesmo no dia de reflexão, não pode fazer mais do que dizer que a sondagem não foi feita na observância da lei, o que na verdade pouco adianta quanto aos efeitos manipulatórios. A Alta Autoridade não pode obviamente dizer quais seriam os resultados se a sondagem não fosse manipulada. É uma evidência que a actual lei das sondagens não isenta os eleitores, enquanto leitores, ouvintes

e telespectadores, de comer gato por lebre em matéria de sondagens. Perante uma manchete que prevê um determinado resultado eleitoral em função de uma sondagem, pouquíssimos serão os cidadãos em condições de a confrontar com os dados da amostra em que se baseou e de discernir entre os resultados brutos da sondagem e a extrapolação abusiva normalmente designada por distribuição dos indecisos. Mas em todo o caso, mantendo um período de defeso entre a divulgação de sondagens e a realização de eleições, sempre haverá possibilidade de reagir em tempo útil perante eventuais operações de intoxicação feitas com recurso a pseudo-sondagens. É essa possibilidade que deixa de existir. Entre eventuais benefícios e malefícios quase certos, o balanço da alteração da lei afigura-se claramente negativo.

que vão decorrer da sua aprovação. O PS e o PSD vão invocar a seu favor o facto de introduzirem algumas exigências adicionais quanto às regras a observar na realização, divulgação ou interpretação de sondagens ou de aumentarem os elementos que devem constar obrigatoriamente da ficha técnica, ou ainda de agravarem o regime sancionatório previsto para a violação da lei. Não custa nada admitir que esse reforço de exigência é real. Porém, o grande problema é que os mecanismos destinados a fazer valer essas regras valem muito pouco quando confrontados com as consequências práticas do seu incumprimento. Se a lei fosse cumprida, a realização e divulgação de sondagens e a interpretação dos seus dados, deveriam obedecer a critérios de rigor. Se tal não acontecesse, deveriam ser accionados mecanismos de rectificação e de sanção

• António Filipe

Apoio aos pais e encarregados de educação em projecto de lei do PCP

Efectivar o direito de participação

É hoje submetido a votação, após debate na semana transacta, o projecto de lei do PCP que garante aos pais e encarregados de educação melhores condições de participação na vida escolar dos seus educandos.

Veremos se é desta que o PS, depois de várias recusas, passa das palavras aos actos e dá o seu acordo a legislação que concretize não apenas direitos consagrados no nosso ordenamento jurídico como também a regulamentação do exercício de deveres.

Isto porque, ao Governo do PS, no plano do discurso, ninguém o bate. Não se cansa, como observou no debate a deputada comunista Luísa Mesquita, de reconhecer aos pais e encarregados de educação e suas organizações

representativas a necessidade da sua participação na vida escolar e no acompanhamento dos filhos e educandos. E chega a aprovar instrumentos legislativos que os obrigam a estar presentes nos diversos órgãos da escola. Só que, depois, quando se trata de produzir legislação que materialize esses di-

reitos, nada faz.

Esta é, pois, uma boa oportunidade de a bancada socialista emendar a mão e conjugar os seus votos com os do PCP no

sentido de garantir, como sublinhou Luísa Mesquita, «que um pai, uma mãe ou um encarregado de educação possa, por comprovada necessidade de acompanhamento do percurso escolar do seu filho ou do seu educando, ter justificada a falta ao trabalho ainda que essa ausência implique a perda da retribuição correspondente».

Garantir ainda que os direitos e deveres impostos pela lei no que se refere à participação em órgãos de direcção, administração ou gestão escolares possam ser efectivamente assegurados e não restringidos por ulteriores penalizações laborais. É por esse motivo, aliás, que o PCP propõe que sejam consideradas justificadas as faltas ao trabalho dadas por motivos inadiáveis relacionados com as actividades das associações de pais e respectivas estruturas federativas.

Há que garantir condições aos encarregados de educação para acompanharem o percurso escolar dos seus educandos



Os pais têm uma palavra a dizer na melhoria do sistema educativo

Hoje, em debate

Lei-Quadro do Ensino Superior

Recentemente entregue, estará hoje em debate, em simultâneo com uma proposta do Governo, o projecto de lei do PCP que define a Lei-Quadro do Ensino Superior. Não obstante ser o resultado de uma ampla auscultação e de um aprofundado debate, o projecto comunista assume-se como um texto aberto capaz de promover a reflexão e, nessa medida, receptivo a recomendações e a propostas de alteração.

Entendendo que não é mais possível «enfrentar a gravidade dos problemas e das contradi-

ções» que atravessam o ensino superior por força de medidas avulsas, os deputados comunistas preconizam uma nova política que «controle e supere os factores de crise que estão acumulados».

Erigindo-a como «propósito fundamental» do seu diploma, para a conterizar, o PCP defende que o «sistema público de ensino superior deve continuar a desempenhar um papel central no sector do ensino superior», o que é indispensável, do seu ponto de vista, para a «concretização do desígnio de democratização do acesso e da

fruição de níveis superiores de instrução e cultura», bem como para «garantia de liberdade de ensino e de aprendizagem».

De acordo com o articulado do diploma, a gratuidade da formação inicial a nível superior deve ser assegurada, do mesmo modo que ao Estado incumbe garantir a eliminação do *numerus clausus*, criando condições para que os cursos satisfaçam as aspirações e necessidades da população e a elevação do seu nível educativo, cultural e científico.

Cuidados primários de saúde

PCP pede audição parlamentar

O PCP requereu a realização de uma «audição parlamentar urgente» com a ministra da Saúde. Em requerimento enviado à Comissão Parlamentar de Saúde e Toxicoddependência, subscrito pelos deputados Natália Filipe e Bernardino Soares, a bancada comunista questiona a «legitimidade de cobrança feita aos utentes do SNS de taxas indevidas quan-

do recorrem aos serviços protocolados pela Administração Regional de Saúde do Norte». Apontados, em particular, são os casos das Misericórdias de Vila Verde, Esposende, Fão e Riba de Ave, relativamente aos quais os serviços regionais de saúde nada fizeram no sentido de pôr cobro à situação.

Salientada pelos deputados comunistas é também a «enor-

me perplexidade, dúvidas e contestação» que está a suscitar no distrito de Braga, tal como em outros, um projecto de reestruturação dos serviços de cuidados primários de saúde do SNS para a criação dos chamados centros de saúde de terceira geração, com a aparente abertura de novas unidades e o encerramento de outras.

PCP acusa Governo de autismo

As razões do protesto popular

O primeiro-ministro sofre de autismo. Associado à falta de vontade política, é isso que explica a sua insistência em prosseguir erradas políticas económicas e sociais que não dão resposta aos problemas dos trabalhadores e do País.

O diagnóstico, em declaração política proferida numa das sessões plenárias da semana transacta, é do líder parlamentar comunista. Numa crítica cerrada ao executivo do PS, Octávio Teixeira trouxe à colação a recente entrevista do primeiro-ministro à RTP e as movimentações sociais e greves que mobilizaram milhares de trabalhadores, em particular na Administração Pública e nos transportes.

Com esses temas em pano de fundo, começou por lamentar que António Guterres, em vez de querer ver as «razões substantivas» que suscitaram a enorme onda de protesto social, tenha retomado «vícios antigos», que se julgavam «mortos e enterados», ao procurar circunscrever os protestos sociais a uma manipulação política do PCP.

«Confesso que nos sentimentos tentados a agradecer o elogio implícito ao PCP pela sua consequente ligação aos trabalhadores e às suas aspirações, mas sobrepassamos aqui a condenação do autismo profundo que lhe subjaz», declarou, com ironia, o

presidente da formação comunista. Na resposta, o deputado do PS Barros Moura tentou dar outra interpretação à palavras do primeiro-ministro, esclarecendo que «não houve manipulação política no lançamento dos movimentos grevistas», mas sim, ulteriormente, por parte de forças políticas da oposição.

Ripostando, Octávio Teixeira observou que «o Grupo Parlamentar do PS parece estar a tirar o tapete ao primeiro-ministro, em relação àquilo que ele disse na entrevista à RTP», num desempenho em que ficou patente, acusou, a «sua incapacidade prática para coordenar um Governo em que os seus ministros se digladiam na praça pública».

A ideia de que o desencanto popular tem por base um qualquer «défice de comunicação», como procurou fazer passar Guterres, foi igualmente contestada pelo líder parlamentar do PCP. A verdadeira razão do mal-estar, sustentou, reside na «compreensão pelos cidadãos do enorme fosso que o Governo cavou entre as suas promessas e a sua prática



Ao Governo falta vontade política para responder aos problemas e anseios dos trabalhadores

política», bem como no «desfasamento radical entre as políticas económicas e sociais e as aspirações e interesses legítimos dos trabalhadores».

Acusando o Governo de «dar permanente satisfação às associações patronais e acrescidas benesses aos grandes grupos económicos», Octávio Teixeira lembrou por fim que a vaga de greves em curso resulta ainda da «insensibilidade social do Governo», apostado como está numa política de «dois pesos e duas medidas», ainda bem recentemente testemunhada no aumento dos preços dos combustíveis, ao negar qualquer compensação aos trabalhadores e aos reformados, ao mesmo tempo que se apressou a satisfazer as reivindicações dos industriais dos transportes.

Saudação aos trabalhadores

Um voto de saudação aos trabalhadores da Administração Pública, subscrito pelo PCP, foi chumbado pelo PS, PSD e CDS/PP. Nele se propunha a reabertura do processo de diálogo entre o Governo e os sindicatos com vista à definição de actualizações salariais que permitam repor o poder de compra e promovam a melhoria das condições de vida dos trabalhadores.

Depois de assinalar a «importância das acções laborais desenvolvidas pelos trabalhadores da Função Pública e de outros sectores» no passado dia 9, o texto enfatiza a «legitimidade» das paralisações verificadas, saudando, simultaneamente, a realização desses protestos como «expressão legítima dos interesses dos trabalhadores que nelas participaram».

Os autores do voto consideram ainda que os órgãos do Estado, em particular o Governo, «têm o dever democrático de tomar em linha de conta as posições assumidas nessa jornada», bem como «os objectivos que mobilizaram os que nela participaram».

Iniciativa legislativa popular

O Parlamento deverá votar hoje, favoravelmente, na generalidade, os cinco projectos de lei que consagram a possibilidade da iniciativa legislativa popular. Trata-se de um direito pelo qual desde há muito o PCP se vem batendo. Mas no decorrer do debate, realizado faz hoje oito dias, foram

visíveis algumas diferenças de concepção.

Nos seus objectivos, em síntese, os diplomas visam permitir que a grupos de cidadãos seja conferido o direito de apresentarem directamente projectos de lei à Assembleia da República, uma prerrogativa até à data da exclusiva competência dos deputados.

Para António Filipe, que interveio em nome da bancada comunista, este será «um passo de grande significado na efectivação de um importante mecanismo de participação dos cidadãos na vida política».

Importa, todavia, que este direito não esbarre em obstáculos que na prática o

impeçam. Nesse sentido se pronunciou António Filipe ao alertar para a necessidade de ponderar bem «os mecanismos que se venham a estabelecer» por forma a que estes «não acabem por inviabilizar ou dificultar de forma injustificada esse exercício, acabando por frustrar os cidadãos que o pretendam utilizar».

Referia-se o parlamentar do PCP – e esta é uma das diferenças de fundo que separa os vários diplomas – ao número de subscritores (por grupo de cidadãos) necessários à apresentação de uma iniciativa legislativa no Parlamento.

Para a bancada comunista, esse número não poderá ser elevado, do mesmo modo que não deverão ocorrer «formalismos desnecessários», isto é, não faz sentido que as iniciativas legislativas possam ser recusadas com fundamentos burocráticos ou formais por parte da Assembleia da República.

Daf que, na perspectiva do PCP, o número de subscritores mínimo de uma iniciativa legislativa se situe nos cinco mil, enquanto o PSD eleva esse patamar para 25 mil e o PS para 0,3 por cento do total de cidadãos recenseados, o que dá qualquer coisa como cerca de 26.700.

Soluções estas que, na opinião de António Filipe são «inaceitáveis», por constituírem uma «exigência manifestamente excessiva e desencorajadora» do direito de iniciativa legislativa popular.

O deputado comunista sustentou ainda que o Parlamento se terá de vincular à apreciação destes diplomas em prazos previamente fixados, que os autores das iniciativas legislativas populares venham a ser atempadamente informados sobre o andamento do processo e que as matérias que possam ser passíveis de apresentação não sejam circunscritas a questões menores.

PS recusa benefícios a jovens

A bancada socialista, isolada, rejeitou um projecto de lei do PCP que visava a criação de um regime especial para os jovens no acesso a serviços de transporte, saúde e cultura. Foi mais um exemplo da «sensibilidade social» do Governo a funcionar...

O diploma pretendia estender até aos 16 anos o regime de protecção especial já hoje concedido a menores de 12 anos. Desta forma, como assinalou no debate o deputado Bernardino Soares, era abrangida toda a escolaridade obrigatória e o período abaixo da idade mínima para trabalhar.

No fundo, para a bancada comunista, trata-se de concretizar o princípio da discriminação positiva para uma faixa etária que merece uma especial protecção pela sociedade.

Daf que, do seu ponto de vista, tenha pleno sentido, entre as diversas medidas preconizadas, reduzir o preço dos passes e outros títulos de transporte para os jovens, isentá-los das taxas moderadoras nas urgências, consultas externas e meios complementares de diagnóstico, bem como garantir regimes de gratuitidade ou de preço reduzido no acesso a iniciativas de carácter cultural.

Património subaquático

Os bens móveis e imóveis, independentemente de serem encontrados nas águas territoriais das regiões autónomas e de ser conhecido ou não o proprietário, são pertença nacional? O regime de licenciamento da actividade arqueológica subaquática é uma competência própria dos órgãos de soberania? Atribuindo-lhes grande relevância, estas são duas das questões que a bancada comunista quer ver esclarecidas. Definindo a posição do PCP – estava-se no debate de um diploma sobre «património cultural subaquático» –, e depois de citar dois acordos do Tribunal Constitucional sobre a matéria, a deputada Luísa Mesquita referiu que as responsabilidades estão reservadas ao Governo da República e que a propriedade dos objectos é do domínio público.

Sector energético

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, a constituição de uma Comissão de Inquérito destinada a apreciar os «actos do Governo referentes à participação da ENI e da Iberdrola no capital da GALP SGPS». Apresentada pelo PSD, esta proposta foi por si justificada como um «imperativo de consciência» face à sua convicção de que o Governo «vai entregar, a muito curto prazo, à ENI e à Iberdrola, o controlo quase monopolista da oferta do sector energético português, suprimindo qualquer veicidade de concorrência que seria sempre benéfica para os consumidores». Octávio Teixeira, expressando a opinião do PCP, considerou que o Governo impulsionou a fusão das empresas dos sectores do petróleo e do gás, criando um monopólio para depois o «despachar para a ENI».

Provedor de Justiça

O Grupo Parlamentar do PCP anunciou que irá votar contra a nomeação de Nascimento Rodrigues para o cargo de Provedor de Justiça. A ausência de perfil para o cargo foi a razão invocada pelo líder parlamentar comunista para o sentido de voto dos deputados comunistas no decorrer do sufrágio previsto para hoje. Ex-ministro de um governo da Aliança Democrática e ex-presidente do Conselho Económico e Social, o nome de Nascimento Rodrigues foi sugerido pelo PS e PSD, tendo já acolhido o apoio do CDS/PP. Em sentido contrário vai a opção do BE, que também anunciou o voto contra dos seus dois deputados.

Rui Godinho



Rui Godinho é o decano do município de Lisboa e um dos grandes veteranos na história autárquica do País. Cessa agora funções após mais 20 anos de trabalho contínuo, deixando a sua reconhecida marca numa Lisboa que 10 anos de governação à esquerda transformaram numa metrópole moderna, mais humanizada e aberta ao mundo. Obviamente, impõe-se a entrevista.

Avante!: - E claro que a primeira pergunta só pode ser: porquê a saída, após mais de 20 anos de trabalho autárquico?

Rui Godinho (rindo): - Só por si, 20 anos são uma boa razão para considerar que é chegada a altura de abandonar funções e dar lugar a outros! De qualquer modo, já estava previsto. No início deste mandato foi estabelecido entre mim e a direcção do Partido que, mais ou menos a meio, eu iria sair. A solicitação foi minha, foi isso que se acordou e... o compromisso que honrosamente assumimos, honrosamente cumprimos. Tão simples como isto!

Av.: - E o investimento pessoal na intervenção autárquica? Após 20 anos também está, simplesmente, satisfeito?!...

R.G. (rindo novamente): - Em certo sentido, sim! No plano do trabalho autárquico e das responsabilidades que tenho tido na Câmara de Lisboa, também significa que estão concluídos ou a chegar ao fim os grandes objectivos estratégicos por que me bati: foram formulados em estratégia e em programa político e tiveram consagração nos programas eleitorais e mandatos das coligações «Por Lisboa», «Com Lisboa» e «Mais Lisboa». No plano meramente pessoal, também os objectivos estratégicos e de mandato que tinham sido definidos estão praticamente concluídos, embora, obviamente, nunca se possa dar nada por concluído, por decorrência da própria vida, que é dinâmica.

Av.: - Portanto, o que está feito abre caminho ao que aí vem...

R.G.: - Nem mais. Creio que estão lançadas as bases e as sementes para que

se continue a desenvolver, de uma forma criativa, uma estratégia para a cidade de Lisboa e também para aquilo que a cidade representa na área metropolitana e no País, por forma a eu considerar que não há alternativa à esquerda na cidade de Lisboa, o que significa que se tratou de um projecto consistente, tudo aquilo em que participei.

Av.: - Qual o balanço pessoal de toda esta caminhada?

R.G.: - Em todo este trabalho - quer o que fiz durante os primeiros 10 anos, na oposição, durante toda a década de 80, quer nestes mais de 10 anos partilhando o exercício do poder na Câmara de Lisboa -, e entre os bons e os maus momentos que aqui passei, o balanço é extraordinariamente positivo e gratificante.

Já agora (mais risos), também quero dizer claramente que não há em mim nenhum capital de queixa relativamente àquilo que alguns, às vezes, apresentam como «grande sacrifício», insinuando que estão aqui com «grande prejuízo» disto ou daquilo. Haja ou não haja, isso é comigo, as opções que tomei ao vir para aqui tomei-as livremente e, portanto, assumindo todos os riscos e responsabilidades que isso comporta. Não apresento contas nenhuma, o que fiz, fi-lo por convicções, por princípios e porque achava que podia contribuir para transformar Lisboa numa cidade moderna, capital de Portugal, que se possa orgulhar de ombrear com as outras cidades e as outras capitais europeias e mundiais.

O grande salto

Av.: - Vamos, então, a outros balanços.

R.G.: - Bom, 20 anos têm muita coisa para dizer, mas podemos dividir a coisa em dois períodos: 10 anos de oposição à direita e 10 anos de poder com a esquerda na cidade de Lisboa.

Av.: - Começando pelo princípio...

R.G.: - Durante os 10 anos em que fomos a verdadeira oposição ao projecto de direita que governou (ou desgovernou...) a cidade na década de 80 (e quando digo «nós» refiro-me, naturalmente, ao PCP no quadro da APU e, depois, da CDU), demos

20 anos ao serviço de Lisboa

Uma mensagem

Nesta última entrevista que dou ao «Avante!» como vereador com as responsabilidades que tenho na Câmara de Lisboa, quero dirigir uma mensagem de cumprimentos e de satisfação aos militantes e dirigentes do Partido com quem tive o privilégio de trabalhar e de contactar ao longo destes anos e desejar a todos a continuação de sucessos. O militante do PCP Rui Godinho, fora das responsabilidades que tem hoje, não vai «arrumar as botas». Vai continuar activo, a ter opinião, a intervir, a reflectir, a manifestar ideias como sempre fez nestes anos, sobre aquilo que entendam que devem ser os melhores caminhos para Lisboa e para o País. Quero também cumprimentar e agradecer a todos os representantes das instituições públicas e privadas, aos trabalhadores da CML, aos dirigentes da CML, a todos com quem tive o privilégio de trabalhar, aos eleitos em todos os órgãos de Freguesia, Câmara e Assembleia Municipal com quem me cruzei em todos estes anos, e dizer-lhes que retirei sempre dos contactos e da forma de concordarmos ou discordarmos, de trocarmos opiniões e confrontarmos ideias, retirei sempre, repito, proveito para a minha actividade e para a minha formação enquanto homem e enquanto cidadão.

um salto qualitativo muito importante: nunca fomos oposição só por ser oposição. Não foram poucas as propostas que apoiámos e os projectos em que nos envolvemos, mesmo com a direita, quando esses projectos ou propostas eram indiscutivelmente a favor da população. Não tínhamos nenhum preconceito quanto a isso. E, ao mesmo tempo, começámos a construir paulatinamente, projecto a projecto, acção a acção, área a área, sector a sector, uma alternativa global àquilo que era a gestão da direita na cidade de Lisboa.

Av.: - A mudança é uma construção, como já te ouvimos dizer.

R.G.: - Nem mais. Quando a esquerda chegou ao poder tinha a cidade pensada, tinha um projecto e um programa para a cidade de Lisboa. E, em boa medida, esse projecto, esse programa eram aqueles que nós fomos construindo nos 10 anos em que nos opusemos à direita liderada pelo engenheiro Abecasis.

Av.: - Qual foi o «segredo» da Coligação para conquistar a cidade à direita?

R.G.: - Quando chegámos a 1989 e se abateu o tal tabu de que comunistas e socialistas não se poderiam unir para derrotar a direita, vencemos não apenas as eleições mas também três tabus de uma assentada ao conseguirmos, de facto, unirmo-nos, vencermos a direita e gerimos melhor a cidade que a direita. Quanto ao «segredo», é simples: sabíamos o que fazer, como fazer e com quem fazer e devo dizer que tive muito orgulho e satisfação em participar na construção desse projecto alternativo, tal como depois foi, e tem sido, uma extraordinária experiência pô-lo em prática durante estes 10 anos em que temos exercido o poder.

Av.: - E como tem sido esse exercício do poder?

R.G.: - Nestes 10 anos, em termos gerais, eu diria que a cidade de Lisboa deu um grande salto qualitativo, em que a cidade deixou de ser pensada e olhada de uma forma pontual e casuística. Passámos a fazer um grande esforço para ver a cidade como um todo, onde cada projecto, cada intervenção, cada plano é algo que tem a ver com tudo e não apenas com a área ou

sector onde estamos a intervir, aplicando à escala da cidade ou, se quisermos, à escala metropolitana o princípio de pensar globalmente e agir localmente. Isso foi sempre um princípio e uma prática que procurei pôr no exercício das minhas funções.

Av.: - Nestes 10 anos, as tuas funções foram não apenas vastas como de grande importância para a vida da cidade. Como as resumes?

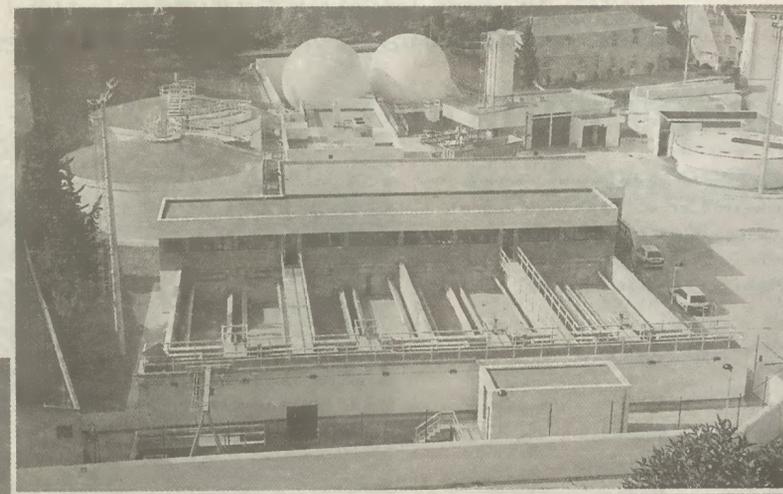
R.G.: - Ora aí está um exercício semelhante ao tal que me teo o Rossio na Rua da Betesga! Bom. Como é sabido, eu tive pelouros tão importantes como o da reabilitação urbana dos núcleos históricos que, de alguma maneira, fundei no primeiro mandato, tive e tenho os pelouros do ambiente, dos espaços verdes, da higiene urbana, da limpeza, dos resíduos sólidos, do saneamento e outros que têm a ver com a vida interna da Câmara.

Que destacar? Nem pela rama!

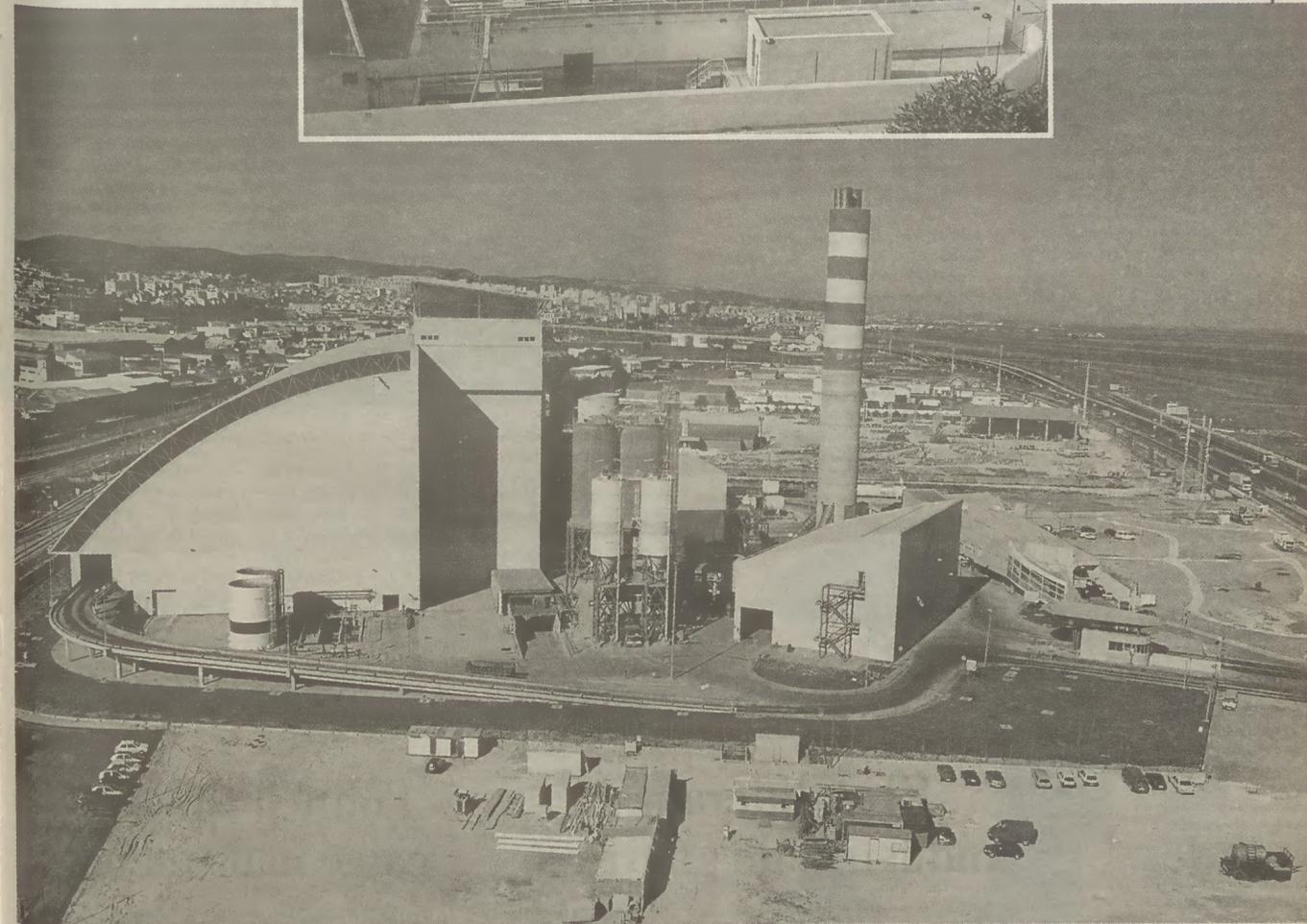
Av.: - Lá terá de ser...

R.G.: - Prefiro dizer que, após todo o trabalho realizado através dos pelouros atrás referidos, estamos numa fase de integração. A palavra-chave é a integração, ou seja estabelecer as correlações em termos de efeitos de todas as políticas sectoriais: correlações entre a política de resíduos e a de gestão racional dos recursos naturais, entre a despoluição do estuário do Tejo, a gestão integrada do sistema de esgotos da cidade de Lisboa e as estações de tratamento com os espaços verdes através da irrigação com efluentes tratados até níveis muito avançados, a interligação de tudo isto com as outras políticas ambientais que têm a ver com a qualidade de vida das pessoas (ruído e poluição atmosférica), construindo progressivamente indicadores de qualidade. A criação de indicadores de ambiente urbano em particular são elementos estruturantes daquilo que nós chamamos uma Agenda Local 21, ou seja, um projecto para o século XXI numa cidade como Lisboa, aplicando princípios de desenvolvimento sustentado. O que deve estar no horizonte é sempre isto: **temos obrigação de entregar a cidade aos nossos filhos melhor do que a encontramos.**

• Henrique Custódio – texto
• Jorge Caria e arquivo – fotos



Na foto maior, perspectiva do complexo da Valorsul, com o mais sofisticado e moderno sistema de reciclagem e reutilização dos resíduos sólidos urbanos. Na outra foto, pormenor da ETAR de Chelas



A «revolução tranquila»

«Nas áreas onde creio poder dizer que fizemos uma revolução tranquila na cidade de Lisboa», afirmou Rui Godinho. E explicou. «Refiro-me, em concreto, àquilo que é hoje o sistema integrado de gestão dos resíduos sólidos urbanos que serve a cidade de Lisboa. Quando chegámos à Câmara em 1990 era um sector que estava praticamente em ruptura, não havia linhas estratégicas. Hoje, podemos dizer que Lisboa tem um sistema de gestão e tratamento dos seus resíduos sólidos urbanos dos mais modernos da Europa. A saber: **Primeiro:** Lisboa passou a ter um sistema de remoção de resíduos - uma parte de recolha indiferenciada e outra de recolha selectiva - com a aplicação das mais modernas recomendações e conclusões da Conferência do Rio sobre a reciclagem, a reutilização e a redução da produção de resíduos, que é uma orientação ambiental estratégica em qualquer cidade do mundo. **Segundo:** No que concerne ao destino final dos resíduos, Lisboa tem este problema resolvido para um horizonte de 20 anos. Aqui pontificam dois elementos fundamentais, a recolha selectiva através duma rede de mil ecopontos e o processo de reciclagem e reutilização instalado na Valorsul (uma estrutura regionalizada, envolvendo os

municípios de Lisboa, Loures, Vila Franca de Xira e Amadora para o tratamento e destino final dos resíduos sólidos urbanos), para onde o papel e cartão, o vidro, as embalagens, as pilhas, os «monstros» e muitos outros materiais são encaminhados para dali serem reutilizados como matéria-prima, quando na década de 80 atirávamos tudo fora. Hoje o lixo passou a ser um recurso a gerir racionalmente. **Terceiro:** As acções de sensibilização e de educação ambientais que fomos pondo em prática nestes 10 anos foram decisivas para mobilizar a população desde a escola primária até à terceira idade na adopção de novas atitudes e comportamentos em matéria ambiental. «Ou seja, conseguimos pôr a funcionar um sistema ecologicamente equilibrado, tecnologicamente avançado, economicamente sustentável e socialmente adequado aquilo que é a composição social da população a que se destina. Quando temos a felicidade de poder pôr de pé um projecto que preencha todos estes requisitos, sinceramente cremos que podemos falar em sucesso e - por que não? - numa pequena revolução tranquila, retirando ao termo todas as conotações que ela possa ter. Só me atrevo a chamar-lhe revolução porque, de facto, é uma transformação completa relativamente àquilo que tínhamos antes.»



Apoio a Moçambique

A Comissão Europeia concedeu a Moçambique cerca de 49 milhões de dólares (10,7 milhões de contos) para apoio ao Orçamento Geral do Estado e à balança de pagamentos, anunciou esta semana o gabinete da União Europeia em Maputo. O montante deverá ser concedido através do Banco de Moçambique, que garantirá o acesso dos operadores comerciais à banca para aquisição de bens necessários à economia moçambicana. De acordo com as despesas inscritas no OGE, Moçambique necessita este ano de cerca de 14.476 milhões de contos moçambicanos (cerca de 960 milhões de dólares), dos quais cerca de 588 milhões de contos (cerca de 40 milhões de dólares) se destinam a financiar acções prioritárias de redução da pobreza. Os sectores sociais vão absorver 48 por cento do total da verba.

Água de má qualidade

A Comissão Europeia voltou a advertir Portugal para que aplique nos Açores as normas comunitárias relativas às águas para consumo humano. Esta posição, tomada na passada sexta-feira, surge na sequência de uma investigação efectuada no arquipélago que revelou uma desconformidade relativamente à directiva 80/778/CEE, do Conselho, a qual não estará a ser cumprida desde Janeiro de 1989. Anteontem, a deputada do PCP, Ilda Figueiredo, apresentou um pergunta escrita no Parlamento Europeu, onde solicita à Comissão que confirme o sucedido e que, em caso de resposta positiva, esclareça os termos e o número de advertências já formuladas junto das autoridades portuguesas (nacionais e regionais); o teor do parecer fundamentado remetido ao Governo; bem como qual será o previsível seguimento que a Comissão dará a este processo.

Mulheres nos cargos de direcção

A Comissão Europeia fixou na passada semana objectivos quantificados visando aumentar a proporção de mulheres nos respectivos postos de direcção. Para já pretende-se aumentar de dois para quatro o número de mulheres em cargos de directores-gerais do executivo comunitário, num total de 30. Nos cargos abaixo dos chefes de unidade e conselheiros, a Comissão fixou como objectivo 20 por cento de nomeações femininas. «O nosso objectivo é criar uma dinâmica que permita dispor dentro de alguns anos de tantas mulheres como homens em posição de aceitar uma nomeação nos postos de direcção», disse, à Lusa, Neil Kinnock, o vice-presidente da Comissão encarregue da respectiva reforma.

Os 28 estados membros da UEO são convidados a contribuir para a segurança da União Europeia

Europa reforça capacidades militares

A reunião ministerial da União da Europa Ocidental encerrou terça-feira no Porto com a assinatura de uma Declaração que consagra o início da transferência de órgãos e competências da organização para a União Europeia.

Perante a preocupação dos sete parceiros associados (Bulgária, Estónia, Letónia, Lituânia, Roménia, Eslováquia e Eslovénia) de deixarem de ter voz - por não integrarem a NATO, nem a União Europeia (UE) - nos dossiers da Segurança e Defesa europeias, a Declaração convida esses países - e os da Aliança que também não pertencem à União - a contribuir para a melhoria das capacidades militares da Comunidade.

O documento final da reunião ministerial de dois dias da União da Europa Ocidental (UEO) sublinha que o convite, no quadro do reforço da Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD), faz parte do conjunto de passos a dar no Conselho Europeu da Feira, em Junho.

Na Declaração, os ministros manifestam igualmente a sua satisfação pelas propostas de cooperação entre a NATO e a UE que permitam dar uma resposta militar apropriada a uma determinada crise que afecte os interesses europeus.

No que toca às relações

internacionais, a Declaração do Porto expressa a preocupação quanto às violações dos Direitos Humanos na República Tchetchena da Federação Russa e sublinha a urgência de uma resposta satisfatória a esse nível.

O aumento do poder militar da UE visa reforçar o pilar europeu da NATO

O documento regista também a importância atribuída ao diálogo e cooperação que a UEO tem desenvolvido com a Federação Russa e sublinha o papel da Ucrânia como um destacado parceiro europeu.

A necessidade de obter progressos efectivos na República Federal da Jugoslávia em matéria de adopção dum regime democrático e de respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais é outro dos pontos que consta da Declaração Final do Porto.

Contexto de mudança

O ministro Jaime Gama sublinhou que a reunião ministerial da UEO se realizou num «contexto de mudança» da organização, a



A importância do diálogo com a Rússia e da Ucrânia como parceiro europeu é sublinhada na declaração do Porto

ser assimilada pela UE, e da própria União, ao absorver as funções dos 28.

O facto de haver um secretário-geral comum à UE e à UEO, Javier Solana, «facilita a tarefa» de transferir «o *acquis* dos 28 para os Quinze, tanto no domínio das questões logísticas como da transição do pessoal».

Por sua vez, o ministro da Defesa, Júlio Castro Caldas,

informou que a reunião permitiu examinar as chamadas «lições aprendidas» do recente exercício «Crisex 2000» que a organização liderou, em Fevereiro último. O resultado é de «franco optimismo» quanto às capacidades operacionais da UEO que tenderão a ser assumidas gradualmente pela UE, referiu Castro Caldas.

O exercício - simulando a

eclosão de duas crises simultâneas, uma no âmbito do artigo V do Tratado do Atlântico Norte (defesa colectiva) e outra no quadro das missões de Petersberg (crise político-militar e humanitária) - «mostrou também que a UE e a NATO estão no bom caminho para actuar» em conjunto e «sem duplicação de esforços ou meios», assinou.

EUA lideram indústria de guerra

O futuro do Grupo Europeu Ocidental para o Armamento (WEAG) na nova Identidade Europeia de Segurança e Defesa (IESD) constituiu o núcleo de um relatório apresentado por Fotios Kikiras, na qualidade de presidente do Grupo, no encontro que abriu, na segunda-feira, a reunião de ministros dos Negócios Estrangeiros e da Defesa dos 28 países da UEO.

O general do exército grego, em declarações à agência Lusa, afirmou que para ser credível e efectiva, a política externa comum tem de estar apoiada por uma força militar cujo bom êxito depende dos recursos financeiros.

Fotios Kikiras lembrou, no entanto, que se os estados membros da União Europeia que decidirem gastar mais dinheiro com a Defesa num horizonte até 2003, poderão ficar com o seu desenvolvimento económico interno hipotecado.

Por isso, defendeu a ideia de que as encomendas de material bélico para os Quinze devem ser colectivas e não individuais por forma a racio-

nalizar recursos e harmonizar arsenais. Fotios Kikiras sustentou ainda que a investigação tecnológica europeia no sector das indústrias de Defesa deve melhorar substancialmente. Os norte-americanos - recordou - são actualmente os líderes neste sector, porque investem 33 mil milhões de dólares (6.600 milhões de contos) anuais, enquanto o conjunto dos Quinze não vai além dos 11 mil milhões de dólares (2.200 milhões de contos), ou seja, três vezes menos.

O problema, segundo o general, é que estes 2.200 milhões de contos são repartidos por diferentes planeamentos de 15 países do Velho Continente, enquanto os Estados Unidos orientam o seu gasto para um único programa.

Milhões em jogo

De resto, frisou, as indústrias de Defesa dos Quinze devem ser tanto mais estimuladas quanto, funcionando bem, absorverão mão-de-obra e ajudarão a combater o estig-

ma do desemprego. Caso contrário, a UE continuará a comprar equipamento bélico aos Estados Unidos e a outros países, deixando em mãos alheias os tão preciosos postos de trabalho nas fábricas de armamento.

Kikiras indicou que, em 1990, havia 1,9 milhões de europeus a trabalhar no sector e, hoje, o seu número caiu para 900 mil: «Se nada for feito, serão perdidos mais postos de trabalho, mas se houver cooperação, maior emprego acabará por surgir.» A concluir, Fotios Kikiras declarou que, por ora e a médio prazo, foi decidido manter o WEAG como está, embora decorram estudos no sentido de, futuramente, definir uma de duas possibilidades. Por um lado, conservar o WEAG como um fórum independente ou, por outro lado, transferir também parte das competências do grupo para a UE: a decisão crucial ficou sobre a mesa e vai estar no topo da agenda durante a conferência geradora de forças marcada para Novembro em Paris, na recta final da presidência francesa da UE/UEO.

Política comum exige mais meios

O Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas portuguesas, Gabriel Espírito Santo, defendeu em Bruxelas que o orçamento militar tem de ser aumentado para 360 milhões de contos por ano para responder aos novos desafios da política comum europeia de segurança e defesa (PCESD).

Citado pela agência Lusa, o general, que falava à entrada da primeira reunião do comité militar provisório, realizada quinta-feira da passada semana em Bruxelas, considerou que os actuais 260 milhões de contos anuais (1,3 por cento do Produto Interno Bruto - PIB) disponíveis para os militares portugueses são insuficientes para a sua participação na força de intervenção rápida a criar pela União Europeia até 2003. «Este valor tem que ser aumentado em termos globais, seja em meios humanos como materiais», destacou.

Na reunião, segundo o general estiveram em análise «o trabalho e a metodologia seguida até agora», bem como a avaliação das «capacidades militares necessárias para que a nossa missão seja cumprida», deixando claro que decisões mais concretas sobre a participação de cada Estado-membro apenas serão tomadas na cimeira de Santa Maria da Feira, que encerra em Junho a presidência portuguesa da União Europeia.

Conforme realçou, Portugal tem capacidades para integrar esta força militar de intervenção rápida dado que é um dos três membros da UE com experiência de combate, além de ter um bom quadro permanente de sargentos e oficiais. Por seu turno, o secretário de Estado do Conselho e Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum, o espanhol Javier Solana, destacou a importância desta reunião, considerando que ela é uma prova de que a UE «se está a mover a grande velocidade» rumo ao cumprimento das conclusões da cimeira de Helsínquia neste âmbito.



A perspectiva de alargamento da UE está a pôr em causa prioridades anteriores no domínio social

Comissão Europeia faz cortes para financiar alargamento

Orçamento restritivo

Os deputados do PCP no Parlamento Europeu opõem-se à proposta orçamental da Comissão que «põe em causa a função redistributiva e o princípio da coesão económica social na UE»

O anteprojecto da Comissão Europeia, apresentado na passada terça-feira, limita o orçamento para 2001 a apenas 1,07 por cento do produto nacional bruto comunitário, o que, a ser aprovado, se tornaria no orçamento de menos expressão relativa da última década e mesmo inferior, em termos reais, ao do corrente ano.

O valor proposto fica não só bastante longe do limite máximo dos recursos próprios da União Europeia, fixado em 1,27 por cento na Cimeira de Edimburgo e confirmado na Cimeira de Berlim, como está aquém dos 1,11 por cento decididos para as perspectivas financeiras de 2000-2006.

Para os deputados do PCP, a constante diminuição do peso relativo dos sucessivos orçamentos resulta de «uma inaceitável política de restrição decorrente da aplicação do Pacto de Estabilidade» e visa «criar uma margem de poupança com vista a financiar o futuro alargamento da UE».

Os comunistas portugueses

consideram que esta política põe em causa o princípio da coesão económica e social e «atenta contra prioridades indiscutíveis nos domínios social e ambiental, da promoção do emprego e da cooperação».

Cortes de milhões

Este orçamento é claramente marcado pela decisão de revisão das perspectivas financeiras, já anunciada aliás pela Comissão. Neste âmbito, salienta-se o corte de 600 milhões de euros na agricultura, em 2001 e 2002, e o corte de 1,4 milhões de euros na política de cooperação e desenvolvimento, entre 2001 e 2006.

Particularmente preocupante é a intenção de, para financiar o programa do Kosovo, efectuar uma redução de 230 milhões de euros na política de cooperação com os países pobres e que, para garantir verbas para o 5.º programa-quadro de investigação, se preveja cortes noutras políticas num igual montante de 230 mi-

lhões de euros, afectando as iniciativas de emprego (cerca de 150 milhões de euros) e a política ambiental (cerca de 45 milhões de euros).

Os deputados do PCP condenam esta revisão das perspectivas financeiras considerando que ela se destina a «financiar novas prioridades à custa de prioridades já existentes».

Com as novas regras mais restritivas que passarão a reger os fundos estruturais, os deputados do PCP manifestam a sua preocupação pelo perigo de estrangulamentos que poderão ocorrer face ao afastamento que começa a desenhar-se entre as autorizações de despesas e os pagamentos respectivos, ao nível desses fundos.

Por último, alertam que o Governo português deverá prestar mais atenção a uma possível maior transferência de verbas para Portugal de categorias orçamentais às quais o país não tem recorrido. Nestas (que representam cerca de 20 por cento das verbas do orçamento comunitário) incluem-se, nomeadamente, o programa de investigação, as questões sociais, o apoio às PME, o ambiente, a energia ou a cooperação com países de menos desenvolvimento.

PCP defende OCM da batata

A criação de uma Organização Comum de Mercado (OCM) é uma medida que os deputados do PCP apresentaram no Parlamento Europeu com vista a fazer face à crise que tem vindo a afectar este sector de grande importância para a pequena agricultura e agricultura familiar.

O objectivo fundamental é «garantir os rendimentos dos agricultores» e dar uma resposta mais concreta às frequentes crises cíclicas do sector recorrendo «a mecanismos eficazes de regula-

mentação e reequilíbrio dos mercados».

O texto apresentado alerta para as dificuldades de escoamento e para os preços baixos à da produção, sublinhando o facto de este sector não se encontrar regulamentado na UE, apesar da existência de um mercado interno.

A proposta de resolução considera ainda que o actual instrumento de transformação da batata em fécula não responde às necessidades gerais do sector embora con-

suma anualmente cerca de 220 milhões de euros do Orçamento comunitário, propondo por isso a sua integração na futura OCM.

Os deputados do PCP pretendem que esta proposta seja discutida na Comissão de Agricultura do PE e que em breve resulte num relatório de iniciativa, apelando à Comissão Europeia para que apresente uma proposta de criação de uma OCM num prazo de seis meses com os meios financeiros necessários à sua concretização.

A política de classe da Comissão Europeia

• Ilda Figueiredo

Nas orientações gerais para as políticas económicas dos Estados membros e da Comunidade em 2000, a Comissão Europeia reconhece que, ao longo da última década, apesar de ter sido implementada uma política monetária orientada para a estabilidade, apoiada em políticas orçamentais sólidas e numa evolução salarial moderada, o crescimento económico foi relativamente ténue, não se registaram quaisquer ganhos líquidos em termos de emprego, sendo a actual taxa de desemprego ainda superior à do início da década. Ora, uma das causas fundamentais está no facto do investimento real na União Europeia não ter registado praticamente qualquer aumento nos anos 90, apesar do crescimento da produção por hora de trabalho e dos

por unidade de produto, apesar de essa ser uma das vias mais importantes e directas para aumentar o emprego e reduzir o desemprego. Mas é no capítulo intitulado «Revigorar os mercados de trabalho» que a Comissão torna ainda mais clara a sua opção de classe quando considera que as principais medidas são: «modernizar a organização do trabalho em cooperação com os parceiros sociais, incluindo a flexibilidade do mercado de trabalho numa base anualizada, medidas destinadas a facilitar o trabalho a tempo parcial e uma análise da rígida legislação de protecção do emprego e o pagamento de elevadas indemnizações em caso de despedimento; compensar eventuais reduções no tempo global de trabalho, introduzidas por via legislativa ou pelos acordos sociais, por esforços

destinados a impedir um aumento dos custos de trabalho por unidade do produto, devendo ser tomadas em consideração as futuras necessidades de oferta de trabalho».

Direitos laborais em causa

Assim, não espanta que, quando se refere a Portugal, a Comissão insista na necessidade de «ser prosseguida a estratégia de aplicação de diversas leis destinadas a melhorar o desempenho do mercado de trabalho, incluindo a flexibilização dos despedimentos e das regras de afectação



de tarefas e a introdução de uma maior flexibilidade a nível dos horários de trabalho, com o objectivo de melhorar a flexibilidade do mercado».

E tudo isto, depois de reconhecer que os mercados de trabalho portugueses estão a obter melhores resultados do que em muitos outros Estados membros e que «um dos mais graves problemas relacionados com a continuação do processo de recuperação da economia portuguesa prende-se com o baixo nível educativo da mão-de-obra. Embora o nível educativo dos trabalhadores dos jovens tenha melhorado significativamente, quando comparado com as anteriores gerações, está ainda muito aquém do dos outros Estados membros». Depois destas citações, creio não restarem dúvidas sobre as orientações classistas da Comissão Europeia e dos seus reais objectivos: conseguir cada vez maiores taxas de rentabilidade do investimento, ou seja, cada vez maiores lucros para os capitalistas, fundamentalmente à custa da redução dos direitos dos trabalhadores.

Prioridade aos lucros

No entanto, a Comissão continua a insistir na prioridade de estabilidade dos preços a que se devem subordinar os aumentos de salários nominais e a afirmar que os salários reais devem aumentar em função do crescimento da produtividade do trabalho, mas de forma a assegurar que os ganhos de produtividade continuem a reforçar o nível de rentabilidade do investimento. Por exemplo, mesmo que reconheça terem existido aumentos de lucros, como testemunham os gráficos que acompanham o relatório, a Comissão considera que uma redução do tempo de trabalho não deve conduzir ao aumento dos custos reais do trabalho

Eleições no Zimbabwe

As eleições legislativas no Zimbabwe realizaram-se a 24 e 25 de Junho, anunciou o governo na segunda-feira. Em confronto vão estar o partido do presidente Mugabe, ZANU, no poder desde a independência da Grã-Bretanha, há 20 anos, e o Movimento Democrático para a Mudança (MDC). As autoridades decidiram ainda retirar a nacionalidade a 86 000 cidadãos que possuam igualmente passaporte britânico, alegando que a dupla nacionalidade é contrária às leis do Zimbabwe. Entretanto, no domingo, foi assassinado mais um fazendeiro branco. A onda de violência que se vive no país desde o início das ocupações de terras provocou já 18 mortos, quatro dos quais fazendeiros brancos; as restantes vítimas eram conotadas com a oposição.

«Capacetes azuis» libertados

As Nações Unidas informaram segunda-feira que os rebeldes da Serra Leoa libertaram 139 «capacetes azuis», que já se encontram na Libéria, mas mantêm ainda em seu poder outros 347. Numa tentativa de contribuir para a resolução do conflito partiu entretanto para a África Ocidental o reverendo Jesse Jackson, enviado especial do presidente norte-americano, Bill Clinton. Jackson negociou em 1999 um acordo de paz entre o governo do presidente Ahmad Tejan Kabbah e os rebeldes liderados por Foday Sankoh.

Israel ataca Cisjordânia

Cinco palestinianos morreram na vaga de violência que no fim-de-semana abalou os territórios da Cisjordânia e de Gaza, informa um comunicado oficial dos serviços de segurança palestinianos. Três palestinianos, entre eles um polícia, foram mortos pelas balas do exército israelita: dois em Nablus e um em Ramallah na Cisjordânia, precisa a mesma fonte. Os confrontos ocorreram as manifestações que assinalaram o 52.º aniversário da criação de Israel, qualificada de «Nabka» (catástrofe) pelos palestinianos.

Pressões no Chile

O presidente chileno, Ricardo Lagos, acusa a oposição de direita de exercer uma pressão inadmissível sobre os juizes do Tribunal de Recurso que vão pronunciar-se sobre o levantamento da imunidade parlamentar ao ditador Augusto Pinochet. Paulo Longeira, dirigente União Democrata Independente (UDI, direita) que apoiou o regime de Pinochet, pediu publicamente no sábado que os juizes «parem com a farsa» porque é «insustentável» acusar Pinochet de ser responsável pelo «sequestro» de mais de um milhar de prisioneiros políticos desaparecidos. As audiências do Tribunal de Recurso devem recomençar a 24 de Maio. Se o Tribunal privar Pinochet da imunidade parlamentar, este deverá responder pelas 101 queixas que foram apresentadas contra ele em Santiago.

750 000 pessoas exigiram domingo em Washington «medidas de senso comum» para o controlo de armas

Mães americanas contra a violência

«Não queremos proibir as armas, só queremos evitar que caiam em más mãos» - este o objectivo da Marcha de Um Milhão de Mães.

No domingo em que os EUA comemoravam o Dia da Mãe, centenas de milhar de pessoas escolheram a capital da maior potência do mundo para exigirem o que parece elementar ao senso comum, como diria Donna Dees-Thomases, a jornalista e mãe de dois filhos dinamizador da Marcha. «Podemos entender - afirmou Donna - que uma pessoa honrada, a

eram tão modestas quanto isso. O que se pretende afinal é que o Congresso aprove, antes das eleições gerais de Novembro, medidas que impeçam o acesso indiscriminado às armas de fogo.

Republicanos bloqueiam há um ano medidas de controlo de posse de armas

Uma pretensão que tem contado sistematicamente com a oposição dos republicanos, que há um ano bloqueiam a aprovação no Congresso das modestas medidas propostas por Clinton, e a que não é estranha a influência do poderoso lobby armamentista.

Segundo Clinton, que recebeu as promotoras da manifestação, uma lei aprovada no seu primeiro mandato - a lei Brady, que obriga as lojas de venda de armas a confirmarem junto das autoridades os antecedentes do comprador antes de entregarem a mercadoria

- evitou que meio milhão de delinquentes tivessem legalmente armas nos últimos anos.

Armas e repressão

Depois da carnificina de Abril de 1999 no Instituto Columbine de Denver (Colorado), protagonizada por dois adolescentes mentalmente perturbados, Clinton apresentou um conjunto de medidas que, não pondo em causa o direito ao porte de

arma consagrado na Segunda Emenda da Constituição, visam dificultar o acesso às armas de fogo. Entre as propostas conta-se a obrigatoriedade de ter uma licença de posse de armas e um maior rigor na venda de armamento, designadamente nas feiras ambulantes.

Os republicanos e a influente Associação Nacional de Armas (NRA) rejeitam o que consideram um atentado à Constituição, mais preocupados com os números dos seus negócios do que com a

alarmente situação que se vive no país.

A maioria republicana do Congresso e o seu candidato presidencial, George Bush, partilham a tese da NRA, a que preside o actor Charlton Heston, de que os EUA não precisam de mais legislação sobre armamento, mas sim que se apliquem com mão pesada as leis já existentes, aumentando e agravando os castigos dos delinquentes, independentemente da sua idade ou sanidade mental.

Questão de vida... ou de morte

Anualmente, morrem nos EUA 32 000 pessoas, das quais cerca de 5280 crianças e adolescentes, vítimas de disparos de armas de fogo. Este número é 12 vezes superior ao total das mortes infantis do mesmo género nos restantes 25 países mais industrializados do mundo. Os dados são do Centro de Prevenção da Violência Armada, de Washington, confirmados pelo Departamento de Justiça, cujos

estudos revelam ainda que 6000 estudantes são expulsos todos os anos das escolas por serem portadores de armas de fogo.

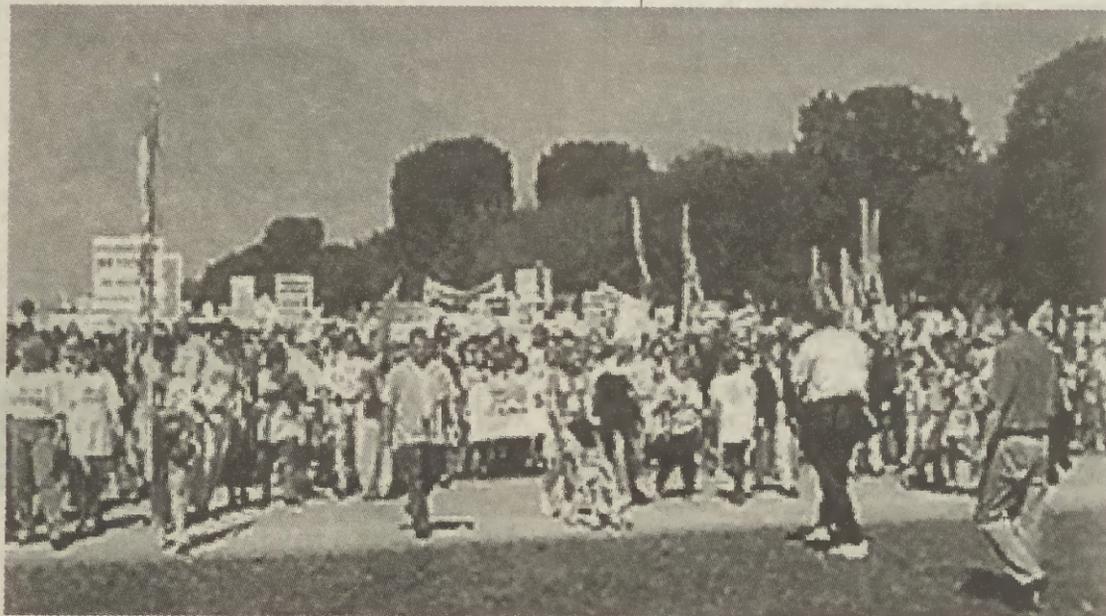
«Estamos a falar de vidas, não de estatísticas», disse, em Washington, Christine O'Brien, uma das organizadoras da Marcha de Um Milhão de Mães. Mas como as estatísticas e as sondagens fazem parte integrante da vida dos norte-americanos, a iniciativa foi aproveitada pelo *Washington Post* para revelar que em 45

por cento dos lares norte-americanos há pelo menos uma pistola, revólver,

uma carabina ou uma espingarda.

Esta terrível realidade, que justifica plenamente a massiva adesão popular à Marcha das Mães, permite no entanto uma leitura perversa que a NRA não deixou de fazer em seu proveito: que o direito constitucional ao porte de armas é muito popular nos EUA.

«Quando se sai de Washington, Nova Iorque ou Los Angeles e se chega à América real, a posse de armas, para o desporto, a caça ou a defesa pessoal, é a coisa mais normal para os cidadãos», afirmou Bill Powers, director de Relações Públicas da NRA. Sem resposta fica a questão de fundo, que é o acesso de crianças, adolescentes, delinquentes ou débeis mentais a essas mesmas armas, para o «desporto» da violência e da morte.



Washington acolheu domingo centenas de milhar de manifestantes na Marcha das Mães contra a violência

Alemanha Eleitores fogem das urnas

Na Alemanha os eleitores continuam a fugir das urnas. Nas eleições para o parlamento do Estado da Renânia do Norte-Vestefália verificou-se a maior abstenção da história da Alemanha Federal. Apenas 56 por cento dos eleitores decidiram votar.

A uniformização das orientações políticas da esmagadora maioria dos partidos políticos constitui a principal causa do desinteresse do eleitorado. Na Renânia do Norte-Vestefália, considerada o coração da social-democracia e onde o SPD chegou a atingir 52,1 por cento, dos votos, o partido do Schröder perdeu milhões de eleitores e baixou em relação às últimas eleições de 46 para 42,8 por cento. Trata-se da mais baixa votação no SPD desde que aquele partido substituiu a democracia-cristã no governo de Düsseldorf.

Os Verdes baixaram igualmente de 10 para sete por cento, perdendo centenas de milhares de votos, sendo a décima terceira derrota consecutiva do partido ecologista desde que o minis-

tro dos Negócios Estrangeiros, Fischer, decidiu apoiar a agressão da NATO contra a Jugoslávia.

A democracia-cristã também perdeu votos para os Liberais. Este último partido, o FDP, é o único que sobe, atingindo 10 por cento e beneficiando do desencanto de muitos eleitores democrata-cristãos perante a vaga de corrupção que atingiu o partido do antigo chanceler Kohl. Além disso, os Liberais contam com o apoio de sectores importantes do grande capital, interessados em garantir a continuação da política neoliberal da social-democracia, se necessário através de uma coligação SPD-FDP.

O PDS, que concorreu pela primeira vez para o parlamento da Renânia do Norte-Vestefália, obteve um por cento dos votos, resultado considerado satisfatório pela cabeça de lista, uma sindicalista prestigiada, particularmente por ter sido possível criar estruturas que permitiram a apresentação de candidatos em quase todos os círculos.



Trabalho clandestino cresce em Itália

O trabalho clandestino em Itália (a tempo parcial ou a tempo inteiro) envolve 5,5 milhões de pessoas, entre elas 300 mil menores, revela um estudo publicado recentemente pelo instituto de investigações económicas e sociais, Eurispes.

O relatório, citado pela Lusa, informa que o trabalho não declarado gerou, em 1999, riquezas estimadas em 273 mil milhões de euros (54,6 mil milhões de contos).

«Existe todo um mundo não só de adolescentes mas também de crianças que abandonam a escola, empurrado pelas famílias que têm necessidade de um contributo económico suplementar (...). Esses menores trabalham sem qualquer legalidade social, por um salário miserável de 10 mil a 15 mil liras por dia (entre 1040 a 1575 escudos)», refere o documento.

As crianças trabalham frequentemente nos sectores têxtil ou de electrodomésticos.

O relatório salienta ainda as diferenças entre o Norte e o Sul do país. «No Mezzogiorno (Sul, desfavorecido), o custo do trabalho é mais baixo trinta por cento do que no Centro-Norte, devido, nomeadamente, à não aplicação das convenções profissionais.»

A Itália tem uma taxa de desemprego de 11,2 por cento (contra os 8,8 por cento da União Europeia), mas a situação não é homogénea nas diferentes regiões do país, indo desde os 32,4 por cento em Enna (na Sicília), aos 2,5 por cento em Bolzano (no Norte). Além disso, nove em cada dez empresas negligenciam os regulamentos de segurança nos locais de trabalho, adianta o estudo que envolveu 230 empresas.



O défice paga-se com mais miséria

Dezenas de milhões em luta

Greve geral na Índia

Em protesto contra as privatizações e o aumento dos bens de primeira necessidade, dezenas de milhões de indianos cumpriram dia 12 uma greve geral.

A política ultraliberal do governo indiano está a gerar uma onda de protestos sem precedentes no país. Na semana passada, respondendo ao apelo conjunto das grandes centrais sindicais, por si já revelador do estado de espí-

rito que se vive na Índia, milhões de trabalhadores cumpriram uma greve geral que paralisou totalmente os sectores das Finanças e bancário, da Defesa, dos serviços públicos, as indústrias têxtil, siderúrgica, dos transportes e dos seguros.

Sob a direcção de K. Pandhe, secretário-geral do Centro dos Sindicatos Indianos (CITU - o sindicato próximo do Partido Comunista da Índia - Marxista, que conta com quatro milhões de filiados), os sindicatos formaram uma Pla-

Há 130 milhões de desempregados numa população activa de 400 milhões

taforma Nacional das organizações de massas que apresentou ao executivo uma carta reivindicativa.

O documento exige uma nova política «em prol da população», e reclama «o fim imediato da brutal penetração das multinacionais na economia do país, das privatizações e do desinvestimento do Estado no sector público».

Para o secretário-geral do CITU, que considera «uma vergonha» o facto de na Índia haver «130 milhões de desempregados numa população activa de 400 milhões de pessoas», os protestos visam a política «do governo que entrega o país às multinacionais, privatiza cegamente e abandona as indústrias em dificuldades e a criação de empregos para os

desempregados». Esta opinião é partilhada pelo responsável da federação indiana dos trabalhadores bancários, V. Naik, segundo o qual «sob a capa da mundialização e da privatização, o governo da União ignorou sistematicamente os problemas do simples trabalhador, forçando-o a ir para a greve».

A Plataforma sindical conta com o apoio de mais de 100 deputados da oposição, que se manifestaram em frente ao Parlamento da União denunciando a delapidação «dos bens nacionais do sector público» e exigindo a anulação «dos drásticos aumentos dos bens de primeira necessidade como os cereais e o combustível».

O rastilho que ateou a vaga de protestos foi o recente anúncio, por parte do governo, de um projecto de orçamento que, seguindo os ditames do Fundo Monetário Internacional, visa reduzir, à custa dos trabalhadores e da população mais carenciada, o actual défice orçamental de 5,6 por cento para quatro por cento do Produto Interno Bruto em 2001.

África do Sul

Batalha pelo emprego

Quatro milhões de trabalhadores responderam dia 11 ao apelo do Congresso dos Sindicatos da África do Sul (COSATU) cumprindo uma greve de 24 horas em protesto contra a massiva destruição de postos de trabalho e exigindo medidas para a dinamização da economia.

Desde 1984, cerca de um milhão de trabalhadores perdeu o emprego, situando-se actualmente o número de pessoas empregadas ao nível dos índices registados nos anos 70. A COSATU tem apelado insistentemente aos empresários e ao governo que tomem medidas urgentes para pôr fim a esta situação «catastrófica».

A greve geral, que mobilizou mais do dobro dos filiados na

COSATU (1,8 milhões de membros), contou com o apoio do Partido Comunista da África do Sul. Rejeitando as acusações de que a greve geral agravava a já debilitada economia, o dirigente comunista Blade Nzimande sublinhou que «não há nada pior para qualquer economia do que o desemprego massivo e a pobreza, que liquidam a vida familiar e privam os trabalhadores do seu único meio de subsistência. Não é a greve geral dos trabalhadores que é destruidora, mas sim o comportamento do patronato neste país».

Por seu turno, o secretário-geral da COSATU, Zwelinzima Vavi, considera que a resposta dada pelos trabalhadores da África do Sul ao seu apelo «prova uma vez mais que o

principal problema que o país enfrenta é o do desemprego». Segundo Vavi, o sucesso da luta foi uma realidade «apesar da intensa propaganda acusando a nossa greve de irresponsável ou de mal intencionada, e apesar da muita intimidação aos nossos membros para não se envolverem».

O presidente daquela poderosa organização sindical, Willie Madisha, avisou já que a greve não assinala o fim da campanha.

«A nossa luta por trabalho a tempo inteiro, por qualidade no emprego continua. Continuaremos a pressionar - nos centros de negociação, outra vez nas ruas se necessário - para que as nossas exigências sejam atendidas», afirmou Madisha.

David contra Golias

● Pina Gonçalves

O arquipélago de Porto Rico, constituído pelas ilhas de Porto Rico, Culebra e Vieques, está submetido ao domínio norte-americano desde que foi declarado seu território em 1902.

O município de Vieques, com cerca de dez mil habitantes, é utilizado desde 1941 pelos EUA como perímetro de tiro para treino da sua marinha de guerra. Desde então, 50 civis porto-riquenhos morreram em consequência dos «danos colaterais» causados pelos exercícios militares, que também inviabilizam o desenvolvimento da pesca e do turismo.

A mais recente vítima mortal foi David Sanes Rodriguez, um segurança civil porto-riquenho, atingido mortalmente por uma bomba em 19 de Abril de 1999. Gerações de crianças viequesenses convivem há décadas com o cerco da marinha de guerra dos EUA, sofrendo os pesadelos provocados pelo cenário de guerra em que são forçadas a viver, com o frequente e brutal estrondo das explosões das bombas e outras munições pesadas lançadas sobre a sua terra. Estas crianças

de telecomunicações das televisões presentes no local, sem que sobre este acto deliberado contra a liberdade de imprensa se tenham feito ouvir críticas ou protestos dos habituais «guardiões» do direito de informar e de ser informado.

Cercados, indefesos perante uma tão colossal força de combate, os pescadores, estudantes, padres, freiras, estudantes, artistas, sindicalistas, eleitos locais e líderes de partidos da oposição foram detidos e forçados a sair dos perímetros de tiro existentes em Vieques e, sob a acusação de invadirem propriedade privada no próprio solo pátrio, foram presos 140 porto-riquenhos.

Contra a infâmia sofrida, um porta-voz do movimento Vieques Libre declarou que «a luta de David contra Golias atingiu uma nova fase e irá seguramente continuar até que Vieques fique livre da marinha de guerra».

Presente envenenado

Para esta vergonhosa acção, Bill Clinton obteve o acordo do governador de Porto



e a população em geral enfrentam ainda o sofrimento trazido pelo aumento anormal das taxas de cancro em consequência dos químicos, tóxicos e urânio empobrecido despejados sobre a água que bebem, os alimentos que comem e o ar que respiram.

Luta desigual

A 8 de Maio de 1999, a população da ilha ocupou pacificamente os 12 perímetros de tiro de Vieques, que conseguiu dessa forma travar os bombardeamentos durante um ano. Movimentos e partidos pró-independência, sindicatos, partidos de esquerda, membros da igreja católica e trabalhadores organizaram-se para viver em locais de difícil acesso e onde o calor é sufocante, até ao abandono da ilha pela marinha dos EUA.

Bill Clinton, dando mais um exemplo do que são realmente as suas «preocupações humanitárias», ordenou em 3 de Dezembro de 1999 o recomeço dos treinos militares em Vieques a partir de Março de 2000.

Na madrugada de 3 para 4 de Maio, o governo dos EUA desencadeou a designada «operação acesso Leste», para a qual fez deslocar uma força de 1000 homens a bordo de navios de guerra, o FBI, o US Marshalls Service e a guarda-costeira.

Os agentes federais, apoiados por 250 marines, desembarcaram de helicóptero tendo como primeiro cuidado o de desligarem e apreenderem o equipamento

Rico, a quem prometeu disponibilizar 40 milhões de dólares para compensações e a realização de um referendo sobre a utilização militar do município de Vieques num prazo de três anos.

Para os falcões norte-americanos não interessa o facto de terem conhecimento do teor de um relatório efectuado pelo «Royal Military College» canadiano, onde se concluiu que as munições de pesado calibre, ainda que «inertes», ao explodir com o fósforo branco, TNT, RDX e urânio empobrecido utilizados nesses treinos, levam à dispersão das partículas libertadas que, transportadas pelas correntes de ar, atingirão também zonas povoadas, causando mutações nas células com altas probabilidades de provocar o cancro.

Um outro relatório, realizado pela organização norte americana «Military Toxics Project», enviado à procuradora geral dos EUA, Janet Reno, denunciou a relação existente entre as taxas anormais de cânceros registados na região de Cape Cod, Massachusetts, e a utilização de bombas «inertes» no perímetro de tiro aí existente.

Em resultado deste relatório, a Agência de Protecção do Ambiente ordenou a cessação dos exercícios de treino militar no local.

Desde 10 de Maio último, sujeitos novamente aos bombardeamentos que a sua luta logrou interromper, agora com bombas e projecteis «inertes», os porto-riquenhos perguntam com razão se as suas vidas valem menos do que as dos americanos de Cape Cod.

8.ª Convenção Ecológica
debate situação ambiental

Novos caminhos de intervenção

«Reflectir e traçar novas formas e abordagens para percorrer os caminhos do futuro» foi um conteúdo fundamental da 8.ª Convenção Nacional Ecológica que decorreu dias 13 e 14 de Maio, no Instituto Superior de Agronomia, em Lisboa.

O Partido Ecologista «Os Verdes» esteve em congresso no passado fim-de-semana. Um acontecimento de particular importância, em que, de par do debate de questões programáticas, estratégicas e estatutárias, foi eleita a nova Direcção para os próximos três anos.

O encontro serviu ainda para aprofundar a reflexão em torno dos desafios que se colocam aos ecologistas – como contributo para o reforço da sua intervenção –, nomeadamente através de um debate sobre «Os Desafios do Futuro» que reuniu diversas pessoas que têm dado um contributo relevante à causa ecologista em Portugal.

No decurso dos trabalhos foram aprovadas diversas moções e deliberações, nomeadamente sobre o Nuclear, «rejeitando qualquer hipótese de instalação futura de um cemitério nuclear junto à fronteira» espanhola. Em moção aprovada sobre os Organismos Geneticamente Modificados, «Os Verdes» reclamam que seja estabelecida, a nível europeu, uma moratória de cinco anos, a criação de uma Comissão independente e a revogação de todas as autorizações entretanto concedidas para cultivo, importação e comercialização de OGM.

Aprofundar conhecimentos e encontrar caminhos

Na perspectiva de aprofundar conhecimentos e encontrar caminhos de intervenção, a Convenção de «Os Verdes» decidiu mandar os órgãos executivos eleitos para criar as condições e promover a realização de um Encontro de Reflexão e Debate, «capaz de encontrar caminhos para agir e intervir na sociedade portuguesa

sa e aos mais diversos níveis de poder». Quatro grandes questões deverão ser abordadas nesse encontro, que deverá ter lugar nos próximos meses – segurança alimentar, alterações climáticas, água e resíduos.

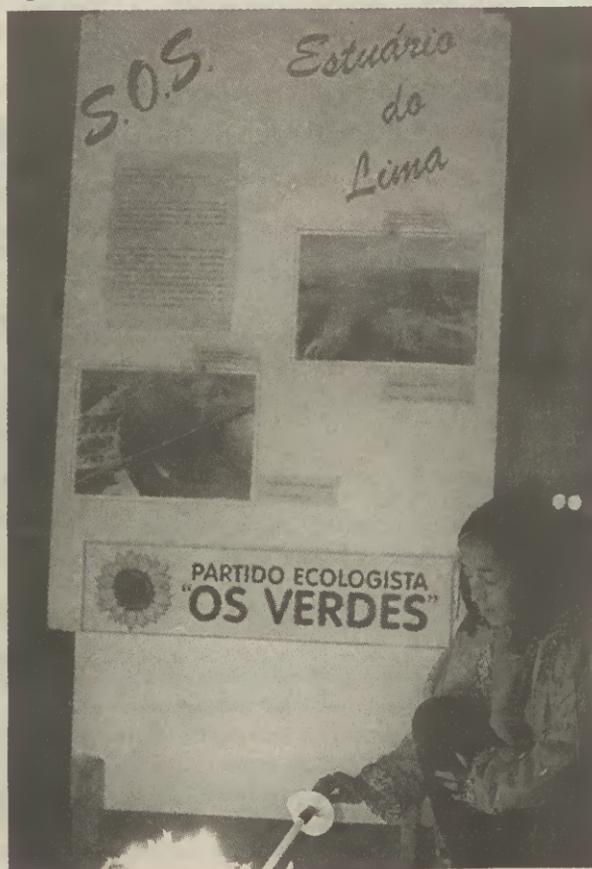
A segurança alimentar surge como uma das grandes preocupações do Partido Ecologista

E porque «hoje, mais do que nunca, as nossas posições e opções necessitam de ser sustentadas

A segurança alimentar surge como uma das grandes preocupações do Partido Ecologista, que propõe nomeadamente poder efectivo para a Autoridade Alimentar Europeia no que se refere à gestão dos riscos e decisões nesta área, a imposição do princípio de precaução, a criação de uma Comissão Independente de Biosegurança, a obrigatoriedade da certificação e rotulagem dos produtos alimentares.

Propostas e direcções de trabalho que irão dar sequência à actividade entretanto desenvolvida.

Nestes últimos quatro anos «Os Verdes» trouxeram para a discussão – como se salienta na Moção Global – «as gran-



«Os Verdes» intervêm muitas vezes em situações concretas, ao lado das populações

em conhecimentos tecnocientíficos», em áreas tão diversas como águas e resíduos, saúde e educação, biologia e sociologia. A Convenção Ecológica propôs a criação de um Conselho Consultivo, «um espaço de auscultação e troca de opiniões e de aproximação com pessoas cuja experiência, conhecimentos e reflexão possam vir a contribuir para a construção de um futuro mais Verde».

des questões nacionais e internacionais, como seja o Nuclear, a Conferência de Quioto, a Convenção sobre os Rios Internacionais, o combate à desertificação, a segurança alimentar, a Conferência OMS (Ambiente e Saúde), entre outros. Uma intervenção que se processa sempre em contacto e diálogo com as populações e suas organizações representativas.

Em defesa da Paz

Marcha da Rota

A XV Marcha Ibérica (Marcha da Rota) – Reconversão para a Paz, Nato Não, Bases Fora, realizou-se no passado domingo, dia 14, para Puerto de Santa Maria (Andaluzia, Espanha), contando com uma forte presença portuguesa.

A Marcha Ibérica é a mais importante manifestação de paz europeia, com carácter regular, e assume-se como um espaço livre para expressar o direito de

dizer não, dizer basta, à guerra, às armas nucleares, à «nova ordem mundial» imposta pelos EUA e NATO, à destruição ambiental, ao genocídio encoberto dos povos do sul, à prevalência da economia sobre o desenvolvimento humano, a tudo aquilo que de alguma forma impede a construção de um mundo livre, pacífico, justo e solidário.

A Marcha é convocada por

organizações de direitos humanos, de paz, ecologistas, sindicais, movimentos alternativos, comunistas e socialistas de Espanha, em particular da Andaluzia, e pelo Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC).

Puerto de Santa Maria alberga uma base militar dos Estados Unidos que serve de escala a equipamento militar nuclear.

A crise e as perspectivas

● Carlos Brito

Já não há retórica, por mais habilidosa, que disfarce a crise profunda em que mergulhou a governação PS.

A mais evidente manifestação, de causa e efeito, desta crise é o poderoso movimento grevista actualmente em curso e o surto de outras lutas que alastram por todo o mundo do trabalho, atestando um clima de conflitualidade laboral raramente verificado entre nós. Os movimentos de protesto e reivindicação estendem-se, também, a outras camadas sociais e, como quase sempre acontece, nestas situações, a crise também está a chegar às escolas. Mas há, além destas movimentações, outros focos de descontentamento, que ainda não saíram à rua, mas que podem tornar-se dos mais exasperados. Refiro-me à situação explosiva provocada pela subida das taxas de juro, a atingir com muita dureza o crédito à habitação, a que recorreram milhares e milhares de famílias no tempo dos juros baixos (em muitos casos induzidas pela propaganda governamental ou bancária) e que com a recente escalada se vêm na iminência de não poder pagar. Há, segundo a imprensa, numerosos casos de entregas de casas.

Tão revelador da crise como o descontentamento popular, é o esgotamento da capacidade de resposta do Governo, não conseguindo iludir que já nada de especial tem para oferecer aos portugueses.

É difícil não tirar esta conclusão das últimas intervenções públicas do primeiro-ministro: nenhuma esperança de melhorias salariais, pesadas preocupações com a evolução das taxas de juro, nenhuma garantia em relação ao comportamento da inflação. Nas escolas, nos hospitais, nas empresas, nas autarquias, por todo lado, António Guterres tem lançado um único e mesmo desafio: «Liguem-se à Internet!» O que, mesmo reconhecendo a importância da Net na economia e noutros aspectos do mundo contemporâneo, parece confrangedor como perspectiva de esperança apontada ao país e especialmente revelador de como o Governo PS se apresenta de bolsos vazios.

A questão essencial

Encontramo-nos, neste momento, em Portugal, numa daquelas situações em que a profunda decepção e o exacerbado descontentamento induzem à procura de alternativas. A questão essencial da hora presente é,

pois, a de trabalhar para que as grandes movimentações de protesto e luta popular contribuam para a impulsionar uma viragem à esquerda na vida nacional e não possam ser apropriadas para manutenção ou até a intensificação da política de direita, com outros actores. Este risco é real, como provam os últimos vinte e cinco anos, ao longo dos quais PS e PSD, transformados em partidos da alternância governamental, se têm revezado no poder – quando um chega ao limite do fracasso sucede-lhe o outro – para imporem ao país uma política semelhante, nas suas linhas essenciais, e, em certos aspectos, cada vez mais à direita.

A crise de liderança e as assanhadas divisões internas que dilaceram o PSD não são razão para afastar estas preocupações. Lembre-se o que se passou em 1985, quando num quadro, também, de grande descontentamento popular e de magníficas lutas dos trabalhadores, o PSD ultrapassou divisões internas igualmente agudas, rompeu com o governo do «bloco central», liderado por Mário Soares, de que fazia parte e, com todo o descaramento, apresentou-se como alternativa a esse mesmo governo. Foi o início do ciclo de dez anos dos governos de Cavaco Silva.

A perspectiva política

É uma evidência, que a melhor forma de impedir que os partidos da direita possam instrumentalizar em seu benefício a decepção e o descontentamento provocados pela política de direita seguida pelo Governo PS, é a demonstração, pela palavra e pela acção, de que é indispensável, inadiável e possível uma viragem democrática na política nacional. A grande convergência que se expressa, neste momento, no apoio à luta dos trabalhadores, da parte das mais variadas forças políticas e sociais, à esquerda do PS, confere uma grande actualidade a uma das direcções essenciais de trabalho para a construção da alternativa, apontada pelo XV Congresso do PCP. Refiro-me à ideia da «dinamização pelo PCP de um amplo movimento de debate, reflexão, diálogo e acção comum com correntes e sectores democráticos, com organizações e movimentos sociais, com todos os cidadãos que reconhecem ser indispensável a construção na sociedade portuguesa de uma alternativa à política de direita».

Creio que o desenvolvimento de um tal movimento, neste quadro de ascenso reivindicativo, poderá ser uma forma muito importante para abrir, às lutas em curso e aos diferentes focos de descontentamento, a indispensável perspectiva política, que anule as possibilidades de instrumentalização pela direita e opere a favor da viragem à esquerda na política do País.



Ensinho Superior

● Artur Pinheiro

PRODEP III

ou a «galinha dos ovos rosa»

No final do passado mês de Março, foi assinado, com toda a pompa e circunstância a que o Governo do PS nos habituou, o III Quadro Comunitário de Apoio (QCA). Um novo QCA, mais programas e intervenções operacionais que não passam de um conjunto de mecanismos, de acções e apoios ao funcionamento desta economia e desta lógica de crescimento económico, sem no entanto querer alterar significativamente as estruturas económicas e sociais. E em que o peso da comparticipação nacional (Administração Central e Local) é mais elevado que nos anteriores QCA's, e em contrapartida diminuiu o peso da comparticipação comunitária no total do QCA. Em termos de distribuição dos fundos estruturais diminuiu o peso percentual do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER) e aumentou o peso do Fundo Social Europeu (FSE). Porquê esta evolução? Quais as razões?

Esta evolução não se deve unicamente a razões ligadas ao facto dos tipos e montantes de recursos disponibilizados pela União serem limitados.

Está essencialmente marcada pelas opções políticas da União Europeia e dos seus governos, entre os quais o do PS em Portugal, que se limitaram a importar o modelo de funcionamento neoliberal da economia norte-americana e ao qual procuram através de pura retórica e discursos de circunstância dar uma fachada social, como ficou bem patente na recente Cimeira sobre o Emprego, realizada em Lisboa.

É um novo quadro financeiro em que a Comissão Europeia e o Governo do PS assumem de uma forma clara a submissão do crescimento e desenvolvimento de Portugal, em particular, e da Europa, em geral, à lógica de funcionamento económico dos mercados e dos interesses do grande capital.

Assim não é de estranhar o facto do III Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, mais conhecido como PRODEP III, ser um dos parentes pobres do III QCA.

Igualmente, não é de estranhar que as medidas destinadas ao Ensino Superior e os fluxos financeiros previstos, não passem de meras esmolas perante as necessidades actuais e futuras das instituições.

Foram anunciados milhões e mais milhões mas a verdade é que, quer em valor total, quer em valor de investimento médio anual, quer em termos de peso relativo no total do QCA III, o Investimento na Educação perde em todos os terrenos. A Educação tem menos dinheiro a distribuir por mais anos!?, senão vejamos:

Enquanto que para o PRODEP II estavam orçamentados 340 milhões de contos, a preços de 1994 e a distribuir até 1999, o PRODEP III tem mais um ano de duração, 7 anos em vez de 6, e tem menos dinheiro, 334 milhões de contos.

Ao actualizarmos o valor do PRODEP II para preços correntes a situação de desinvestimento na Intervenção Operacional para a Educação torna-se clara.

A preços de 2000, o volume de investimentos previstos no PRODEP II ronda-

ria os 404 milhões de contos, o que significa em valor total mais 70 milhões que o PRODEP III e mais 19 milhões de contos em termos de investimento médio anual.

Para ser equivalente ao PRODEP II em termos de investimento médio anual o PRODEP III teria que ascender a um montante próximo dos 470 milhões de contos, mais 135 milhões que os 334 agora apresentados.

Pouco mais de dez anos e apenas dois QCA's executados chegaram para que a Intervenção Operacional da Educação visse o seu peso em termos relativos reduzido para pouco mais de metade. Se em 1989 significava 7% do total das verbas, hoje representa menos de 4%.

A subqualificação da mão-de-obra disponível, evidenciada pelas baixas taxas de escolarização nos diferentes níveis etários tem sido apresentada como um dos pontos fracos do país e da sua força de trabalho, pelos sucessivos governos do PSD e do PS.

para com os alunos. Situação esta que ficou bem patente com o relatório acerca da qualidade das referidas instituições.

Desde 1997 que é crescente a divergência entre os orçamentos disponibilizados para as Universidades e os orçamentos padrões que deviam ser atribuídos às Instituições, de acordo com a fórmula de financiamento estabelecida.

Enquanto a Grécia, a Espanha e a Irlanda, no período de 1992 a 1996 registaram respectivamente subidas de 2,9%, de 6,1% e de 6,8% na proporção de população empregada com habilitações de nível superior, Portugal registou uma variação ridícula de 0,4%.

Foi por estas razões e por culpa do Governo PS que, em 1998 e em 1999, anos terminais do II QCA e do respectivo PRODEP II, muitos foram os projectos anunciados e apresentados pelas Universidades mas, porque já estavam esgotadas as verbas, não puderam avançar.

Naquele que é apontado como o derradeiro quadro de financiamento comu-

O valor previsto na Medida 6, além de financiar as novas infra-estruturas destinadas a financiar as despesas de recuperação e reestruturação das infra-estruturas já existentes, sem esquecer o apetrechamento das mesmas. Tendo em conta o número de estudantes, temos um «investimento» que não chega aos 250 contos por aluno em 7 anos.

O Ministério definiu uma «estratégia de promoção da respetiva qualidade e da expansão selectiva da oferta», o que pressupõe a continuação do carácter elitista do Ensino Superior e não permite, de uma vez por todas, garantir a todos os jovens que o desejam e pelo que lutam uma vaga numa instituição de ensino superior público.

A «expansão selectiva da oferta» será concentrada nas áreas da Saúde e das Artes e a grande aposta é o desenvolvimento do Ensino Superior Politécnico Público, visando uma distribuição equilibrada nas áreas já oferecidas e a gestão dos impactos económicos ao nível do ter-

ritório nacional.

Para além destas duas ideias e dos programas de investimento acima referidos, as medidas irão concentrar-se na qualificação dos docentes, no incentivo e intensificação de projectos de colaboração Universidade-Empresas.

Como é que com tão pouco dinheiro para o PRODEP III se pretende alcançar estes objectivos? É por estas razões que são apontadas metas concretas reduzidíssimas e que aqui não podemos deixar de denunciar.

Para mais de 300 mil alunos do Ensino Superior, distribuídos por

todas as instituições públicas e privadas, em sete anos estão previstas:

– unicamente dez novas infra-estruturas desportivas, quando são muitas as instituições que não têm sequer um pavilhão em condições;

– menos de 500 novos lugares em residências por ano, medida esta que beneficiará pouco mais de 1% dos alunos deslocados até 2006;

– pouco mais de 400 novos lugares em cantinas, por ano;

– 21 380 estágios para estudantes do Ensino Superior, que apesar do seu reforço não beneficiarão sequer 10% dos estudantes.

A «galinha dos ovos rosa» pôs mais um «ovo», pobre como é hábito, pois por «não cheirar a lucro» o «produto» público, gratuito e de qualidade não interessa.

Contra esta «galinha», contra esta política e contra esta (des)educação, a luta tem que continuar!



Para que ocorresse uma alteração estrutural das taxas de escolarização da população e do peso dos níveis de escolaridade atingidos pela população activa, era fundamental que o Estado apostasse nos níveis de escolaridade mais elevados.

Aposta esta na qual os investimentos no subsistema de Ensino Superior Público, em particular e os restantes investimentos do Estado em todo o sistema de Ensino Superior em geral, desempenham um papel fundamental.

A verdade é que a tendência de escolarização registada neste nível de ensino não resultou de medidas estratégicas para o sistema, nem de uma aposta clara, mas foi fruto da atitude desresponsabilizadora do Ministério para com o Ensino Superior, dando cobertura política ao crescimento desregado e num clima de impunidade total do ensino Superior Particular e Cooperativo, numa lógica de busca do lucro e de desresponsabilização das instituições

nitário era importantíssimo que estes projectos e muitos outros que fazem parte dos planos de expansão das Universidades Públicas e dos Institutos Politécnicos fossem possíveis de realizar.

Mas as verbas orçamentadas no PRODEP III não correspondem às necessidades de investimento do Ensino Superior em Portugal.

As verbas previstas para investimento são de 67 milhões para infra-estruturas do Ensino Superior (Medida 6) e de pouco mais de 13 milhões de contos para infra-estruturas de apoio social à mobilidade regional e inter-regional dos estudantes (Medida 7). Montantes estes que são para dividir por 7 anos e por todas as instituições.

Em média são menos de 12 milhões de contos por ano para as mais diversas instalações e infra-estruturas, para as cantinas e residências dos estudantes.



• Jorge Gouveia Monteiro

Lutas das populações Cidadania e frente social Contra a política de direita

1. Uma alta percentagem, que não pára de crescer, do povo português vive hoje em cidades, com relevo especial para as duas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto. Este impressionante crescimento urbano, é marcado no nosso país pelo crescimento desmesurado dos subúrbios, à custa da desertificação de vilas e aldeias e dos próprios centros históricos das cidades, com o consequente desenraizamento desses moradores. Verifico que quando falamos de lutas das populações, temos muitas vezes presente na nossa imagem e linguagem as lutas de pequenas povoações, marcadas por fortes laços de identidade e espírito comunitário. Ora, nos subúrbios, sobretudo nos mais recentes, esta identidade e espírito de pertença a uma comunidade de residência é coisa que não existe. Todos dormem lá, ninguém é, ou se sente, de lá. Daí a dificuldade de aí criar estruturas de moradores, associações e colectividades com funcionamento regular, lutas comuns para reivindicar melhoria das condições de vida. É nessas zonas suburbanas que mais tendem a arregiar-se estilos de vida marcados pelo consumismo, a indiferença face aos outros e à política em geral. É aí que a abstenção eleitoral mais depende dos feriados e pontes. É aí que as votações autárquicas mais dependem de factores nacionais. É aí que o peso da opinião pública se distancia mais da defesa de interesses profissionais.

2. Nas cidades, nestas cidades portuguesas, a luta pela cidadania é bem mais do que uma luta por direitos face à administração. É uma luta, que se trava nos órgãos autárquicos e fora deles, pela ocupação dos solos em condições que garantam padrões de vida dignos e humanos. Preços da habitação, espaços de lazer e zonas verdes, transportes públicos ao fim do dia e aos fins-de-semana, aplicação de índices de estacionamento actualizados, escolas, jardins de infância, centros de saúde e centros de dia, equipamentos de cultura e desporto são alguns dos problemas do dia-a-dia que põem face a face os interesses antagónicos de moradores e especuladores imobiliários, mediadores e construtores. É uma luta de classe, interessante mas nada fácil, das Sandras contra os Belmiros, onde está em jogo a apropriação do espaço da cidade e de fatias importantíssimas do rendimento das famílias trabalhadoras.

3. A construção quotidiana da frente social contra a política de direita, entendida como factor essencial da alternativa democrática, é marcada por dificuldades de convergência entre movimentos e lutas muito diversas e com dinâmicas muito próprias. Todos conhecemos a insuficiência da solidariedade urbana com trabalhadores da empresa A ou B em luta contra a dramática perda de postos de trabalho, ali tão perto. Todos nos interrogamos sobre formas de mobilizar muito mais gente em torno da defesa de causas justas, movimentos que podem contribuir para o reforço daquela frente social.

4. Uma das chaves para o problema pode estar justamente no trabalho político a fazer junto da massa de cidadãos que ocupa estes subúrbios ou para lá se transfere. Passa pelo reforço do posicionamento de classe do Partido, dos seus quadros e eleitos, quando se trata de abordar as questões da vida das Cidades e da ocupação do seu solo. Passa pelos conteúdos a dar ao trabalho de Comissões Concelhias e de Freguesia nestas zonas. Passa pela criação de associações cívicas que debatam estas questões e confrontem os órgãos do Município com as opiniões e reivindicações dos moradores. Passa por o próprio movimento sindical poder incluir na sua agenda algumas das questões que referi e que opõem claramente os interesses dos trabalhadores aos dos especuladores financeiros (o preço da habitação, a expulsão dos trabalhadores do centro para as periferias das cidades, a rede pública de ensino e saúde, etc.).

5. Tenho a consciência de não estar a dizer nada de especialmente novo. Mas julgo necessário aprofundar o estudo do que estamos a fazer nesta matéria que reputo importantíssima. E, sobretudo, penso que seria um erro crasso desvalorizarmos este tipo de combates, em nome de uma suposta contradição com a luta nas empresas. Quantas e quantas vezes um abaixo-assinado num bairro possibilita o conhecimento de trabalhadores de uma empresa, ou uma acção à porta da fábrica permite falar e conhecer problemas do local de residência. Criar movimento, ligar pessoas, engrossar a oposição à política de direita, essa é a questão.

• Sérgio Ribeiro

A evolução do euro, desde que existe como moeda única para 11 dos 15 Países da União Europeia, daria excelente motivo para uma peça de teatro. Não sei se para drama se para farsa, talvez para ópera bufa. Nascido a 1 de Janeiro de 1999, foi antes propagandeado como tendo, entre um sem-número de benfeitorias próximas e nenhuns malefícios a qualquer prazo, a virtude de ser uma moeda forte para se bater de igual para igual com o dólar, com que iria repartir, na pior das hipóteses, o domínio monetário internacional.

Pegue-se nesse aspecto da propaganda da nova moeda para fazer uma peça em três actos, este prólogo e um epílogo, com dois personagens. Os três actos são em tempo real, as situações e os personagens são ficção, e qualquer semelhança com a realidade (não) será mera coincidência. Até porque na propaganda da moeda única se usaram, na televisão, cenas parecidas em que, entre amigos ou no seio de uma família, se trocavam impressões sobre todas as maravilhas do euro que aí vinha.

E que aí está.

Acto 1 em tempo 1
(no 1.º de Maio de 1998)

Dois camaradas e amigos, o Manuel e o Joaquim, encontram-se, como todos os anos, na manifestação do 1.º de Maio da CGTP. De muitas conversas se fazem também os desfiles. Um dos temas foi o euro.

Manuel – Então, pá, qu' é qu' achas da moeda única, do euro ou lá como se chama? Não me cheira nada bem...

Joaquim – Estou como tu. Também tenho muitas dúvidas. Percebo pouco disso. Já li umas coisas no *Avante!* mas não fiquei esclarecido. Aquela linguagem dos economistas...

M. – Pois é... mas parece que é hoje que vai a votos no Parlamento Europeu, em Estrasburgo ou Bruxelas, e os nossos camaradas que por lá andam como deputados vão tomar posição.

J. – Também li. Mas não sei... Valerá a pena votar contra sabendo-se que vamos ser esmagados? E se calhar a moeda única nem é má de todo. Já ouvi camaradas que sabem destas coisas dizer que também têm dúvi-

das. O melhor seria abstermo-nos para não se dizer que somos sempre do contra.

M. – Não estou nada de acordo. Bem me importa o que os outros possam dizer... Não somos nenhuma Maria vai c'as outras! Sempre estivemos contra a construção desse instrumento para servir as multinacionais, e não era agora que fomos dar o dito por não dito.

J. – Talvez tenhas razão... mas sermos só nós a estar contra também não me parece lá grande coisa...

M. – Ainda que fôssemos! Mas olha que vai haver mais a estar contra. Do nosso grupo no parlamento e de outros grupos. Nem todos estão enganados ou iludidos. Além, claro, dos que só lá estão para fazer o frete aos capitalistas.

J. – Tá bem! Mas depois quem vai ter de aguentar com o tal euro somos nós. Vamos ter de tirar as castanhas do lume para que não se queimem ainda mais os trabalhadores, e vamos fazê-lo enfraquecidos porque votámos contra. Vão dizer que não temos nada que falar e querer intervir em assunto de que nos pusemos de fora.

M. – Lá estás tu com o que possas dizer. Essa cambada falaria de qualquer maneira. Estão sempre do outro lado. E não é do lado dos trabalhadores... Teremos ainda mais força para lutar contra as consequências do euro se as prevenimos e se votámos contra a sua introdução nestas condições.

J. – Talvez... mas não estou convencido.



O «duelo»
euro-dólar

Eurodrama ou eurofarsa?

O euro até é capaz de não ser tão mau como isso. A estabilidade cambial, o equilíbrio orçamental...

M. – Blá-blá. Sempre lutámos contra a desregra monetária, a inflação, e coisas que tais, e não será o euro que virá acabar com elas.

E seguiram, não se sabe se continuando no tema ou mudando de assunto.

Acto 2 em tempo 0
(passagem de ano 98/99)

Naquele centro de trabalho festejou-se a passagem do ano. Muitos camaradas apareceram, alguns depois de o terem passado em casa, com as famílias. É sempre bom dar um abraço aos camaradas... O Manuel e o Joaquim entraram ao mesmo tempo. Desejaram-se mutuamente bom ano (e boa lua, e bom trabalho).

Joaquim – Vamos beber uma taça de champanhe?...

Manuel – Vamos a isso. Vou abrir uma excepçãozinha porque o médico me proibiu que bebesse. Mas sendo hoje e por estarmos aqui...

J. – Não te fará mal se for só uma tacita... Então à nossa... Feliz 1999.

M. – Bom ano e, já agora, um bom nasci-

J. – Pera aí. Eu até estou. O euro vem enfraquecer o dólar e mina o imperialismo...

M. – Mas qual quê?! Não vai minar coisa nenhuma. Li que o euro nasce sobrevalorizado, ou lá como se diz, e que não vai aguentar. Que a sua força é artificial, que não tem nada a ver com a economia real. É uma moeda e elas servem para comprar melões... mas só se houver melões. É a economia especulativa, de casino, ao serviço das grandes transnacionais.

J. – Talvez... mas continuo com dúvidas. Sou capaz de apostar no euro. Algumas vantagens há-de ter.

M. – Ah... pois há-de. Terá com certeza vantagens, como instrumento que é. Também já ouvi falar das possíveis vantagens, num colóquio com um camarada do Partido. Não se disse só mal. Como todos os instrumentos, depende do uso que se lhe dê. Mas essa de apostares no euro, é boa. E se fizéssemos uma apostinha?

J. – Uma aposta?! Não estou a ver. Que res explicar?

M. – Foi uma ideia que tive agora. Vamos lá a ver... Tens 100 contos no banco?

J. – Por acaso, até tenho.

M. – Também recebi uma indemnização por me precarizarem o posto de trabalho e andava a pensar que fazer com a «for-

M. – Podia ser assim: daqui a uns meses, sei lá... no 1.º de Maio de 2000, vemos quem é que ficou com mais «massaroca» em escudos, e o que tiver perdido terá de somar, ao prejuízo, o preço de dois jantares, um para ele e um que pagará ao outro que, assim, ganha a aposta.

J. – É um bocado complicado... Explica melhor.

Ficaram os dois a acertar pormenores, um explicando o mecanismo da aposta que, de repente, lhe viera à ideia, o outro já a pensar no restaurante onde papar o jantar que iria ganhar à custa do euro.

Acto 3 em tempo 1
(no 1.º de Maio de 2000)

Apesar do mau tempo e das manifestações nas capitais de distrito, o 1.º de Maio de 2000 em Lisboa foi grandioso. Dando uma resposta à política do governo ao serviço dos interesses do capital transnacional. Os dois camaradas e amigos encontraram-se na Alameda e estavam animados. Cheios de força.

Joaquim – G'anda man!

Manuel – É verdade, pá! Isto vai, camarada, isto vai. Parece que a malta já percebeu a política do Guterres. E vem ele com

contos. Vês as vantagens da estabilidade?

M. – Estás a brincar comigo? Os meus 600 dólares valem, hoje, mais de 130 contos e a tal moeda que ia fazer frente ao dólar perdeu, num ano e quatro meses, 30%. Foi cá uma desvalorização! Bem razão tinham os camaradas que diziam que aquilo era só fumaça...

J. – Não estou a perceber. O que sei é que não perdi nada. Tinha 100 contos, tenho 100 contos...

M. – Eh pá, és teimoso. Perdeste a aposta, porque apostaste no euro e tens 100 e eu apostei no dólar e tenho 130. Ponto final. Pagas o jantar e não refilas.

J. – Lá isso de te pagar o jantar nem me importo. Mas não me parece que tenha perdido com o euro. Tenho o mesmo em escudos...

M. – Bolas, não queres é ver. Isto são moedas. Repara: há um ano, em cada 100 moedas, 50 eram meus e 50 eram teus, hoje, dos mesmos 100 melões, apenas 43 são teus e 57 são meus. Tão simples como isso. Fiz as continhas todas.

J. – Pronto, pronto. Estou convencido. Perdi! Ou melhor, o euro fez-me perder. Pelo menos o jantar...

Riram os dois. E o jantar foi animado.



mento para o euro. Que não venha chatear muito.

J. – É verdade... também nasce nesta passagem do ano. Lembra-te da nossa conversa no 1.º de Maio?

M. – Então não havia de lembrar! Ainda és europeísta?

J. – Eh pá, não gozes. Nunca fui europeísta. Tinha era dúvidas. E continuo a ter. Afinal aí o temos e tu próprio lhe desejas um bom nascimento.

M. – Só para que não chateie muito. Mas como viste não foram só os nossos três camaradas a votar contra lá em Bruxelas.

J. – Vi, vi. E li a declaração de voto que fizeram e estou de acordo. Mas se calhar o bicho nem vai ser tão mau como isso. Vai fazer frente ao dólar. Até o Fidel o diz, e acha positivo o seu aparecimento.

M. – O Fidel lá tem as suas razões, com os Estados Unidos à porta. Mas nós não estamos de acordo com ele.

tuna». Então podia ser assim: eu comprava dólares com os meus 100 contos, e tu abriás uma conta em euros com os teus...

J. – Mas posso fazer isso?

M. – Então tu, que és o «europeísta», não sabes? Pois podes. O euro já é moeda para os bancos e podes abrir contas, pagar e receber em euros, na cotação dos 200 escudos que foi fixada para valer a partir de hoje. Se apostas nele pões os teus 100 contos em euros, o que vale à volta de 500 euros e eu troco os meus contos por dólares, cerca de 600 dólares à cotação actual.

J. – Pois é... o euro vale quase 1,20 dólares. Começou bem!

M. – Eh! pá, tens cá uma fé... Até achas que começou bem. Apetece-me chamar-te o «senhor euro» ou «camarada euro». Mas apostas ou não?

J. – Deixa-te de graças, senão chamo-te «camarada dólar». Mas, vamos lá a ver, aposto o quê e como?

aquela da agitação dos comunistas nas vésperas do 1.º de Maio! É mas é resposta dos trabalhadores à política dele. É mesmo falta de vergonha vir com as conversas que ouvimos no fascismo. Nós é que fazemos tudo, nós é que agitados, nós é que temos a força toda. E, depois, cheios de lata, dizem que já não temos força nenhuma. Se calhar também fomos nós, com a nossa falta de força, que provocámos as manifestações dos «sem terra» e dos índios lá no Brasil, nas festas do tal «achamento»...

J. – Grande discurso. Não te interrompi porque até gostei. Essa dos comunistas não terem força nenhuma e de serem culpados de tudo, e tudo ser agitação, é boa.

M. – Pois. Mas não te esqueças que temos umas contas para acertar...

J. – Não esqueci, não. Também não tem grande importância. No fim de contas, nenhum perdeu. Eu não perdi nada. Os 500 euros valem os mesmos 100

Epílogo
(ou moral da história)

Tudo isto pode parecer complicado e exigirá, talvez, uma segunda leitura, com lápis na mão. Mas vale a pena. Porque não é só o caso dos dois camaradas. Ele pode servir para extrapolar. Isto é, para se ver como quem apostou no dólar beneficiou da fraqueza que se previa – embora não tanto, nem tão depressa... – que viria a ser a do euro sobrevalorizado face ao dólar. Os grandes exportadores. Mas também dessa criação artificial, «política» como foi dito, beneficiou quem soube utilizar o instrumento para fazer acordos ou contratos de importação em euros fugindo à valorização relativa que o dólar iria ter. E os que beneficiaram, quer num caso quer noutro, não foram nem os trabalhadores, nem os particulares, nem as pequenas e médias empresas. Estes foram prejudicados e muito.

O euro tem cumprido o seu papel de ajudar à concentração e centralização do capital financeiro transnacional.

Livros

Uma
Pequena Luz
Vermelha



Uma Pequena Luz Vermelha

A luz vermelha é sinal de avançar e de caminho já feito, nestes textos de **João Pedro Mésseder**. Uma luz que ilumina o passado para, sentindo-o, o compreendermos melhor, e indica os caminhos do futuro, os desvenda.

Falamos aqui de **Uma Pequena Luz Vermelha**, poemas e textos poéticos de que o autor, depois de haver sido distinguido com o 1.º Prémio do V Concurso Literário do Sindicato dos Professores da Região Centro, «25 Anos de Abril» para a primeira versão, dar à estampa esta versão, editada pelo **Sector Intelectual do Porto do PCP**, em iniciativa comemorativa dos 26 anos da Revolução.

Trata-se de uma belíssima edição, esta, a que as ilustrações de Fernando Oliveira, Isabel Cabral, Rodrigo Cabral e Roberto Machado vêm acrescentar mais arte, num livro que gostaríamos de ver mais divulgado.

Os textos, em prosa ou em verso, de **Mésseder** – poeta e escritor que contidamente usa as palavras, com o peso e a medida que a experiência e a reflexão fornecem, e conduz o seu discurso com serenidade através dos sentimentos e das razões deles – convida o leitor à partilha de uma leitura do mundo, o nosso, alumiado por essa luz vermelha que, por mais pequena que seja, «fere a noite». Entre os poemas e as prosas que aqui se juntam, evocando o passado onde moram as nossas alegrias e ainda latejam cicatrizes, e acenando ao futuro que se constroi em «tempo novo», escolhemos estes versos, onde **João Pedro Mésseder** «foi buscar» o nome que deu ao livro que hoje recenseamos:

«É quando as trevas se fecham/que o punho mais se fecha/e a pequena luz vermelha fere a noite/e as mãos dos algozes correm a apagá-la/essa luz que traz do abismo dos tempos/a ambição do sol.»

Crónicas da Idade Média

Ruben de Carvalho

Henri Cartier-Bresson
1946 – S. Francisco

As mães e as armas

Distraída que andava a Pátria e a sua Comunicação Social com o terceiro segredo de Fátima e o futebolístico campeão da época, o passado fim-de-semana foi de uma devastadora discórdia acerca de outras coisas que se passaram por esse mundo.

E uma das que passou decididamente despercebida (como aliás já sucedera com a sua preparação) foi a gigantesca manifestação realizada em Washington sob o lema «Um Milhão de Mães pelo Controlo das Armas» e que levou à capital americana milhares e milhares de manifestantes numa luta que os europeus têm alguma dificuldade em compreender, mas que, particularmente no momento presente, envolve aspectos de especial interesse.

O «Bill of Rights»

Como se sabe, o problema começa com o «Bill of Rights», documento integrado dois anos depois na Constituição americana de 1787 e que, no seu artigo 4.º, estabelece: «Sendo uma bem organizada Milícia necessária à segurança de um Estado livre, o direito do povo possuir e usar armas não pode ser violado.»

Tal disposição bebia a sua razão de ser (e, ao tempo, o seu carácter democrático) na realidade da Guerra da Independência, na qual ao exército regular da potência colonial britânica se opusera vitoriosamente um exército de voluntários habituados aos uso de armas pelo próprio tipo de vida imposta pela vivência na América de então: caça, insegurança, longas distâncias, ausência de um poder central e legitimado.

A complexa evolução social, económica e cultural dos EUA, com um processo de irregular, incerta e pouco normalizada ocupação territorial até adiantado este século, lado a lado com as violentas conflitualidades e contradições, deu sustentação àquela disposição enquanto um direito pessoal relevante.

Já se vê, entretanto, que além da óptica jurídica ou sociológica, se perfila aqui a económica, uma vez que a indústria de armamento, e em especial de armas ligeiras e individuais, norte-americana é a maior do mundo, tanto quanto é o maior do mundo o mercado para que trabalha.

Mas, para além de opiniões com fundamentos jurídicos ou históricos os mais variados, evidentemente que uma área de interesses não tem qualquer dúvida sobre as vantagens de manter o livre comércio das armas pessoais: quem as fabrica e vende, representado por um dos mais poderosos lobbies dos EUA, a National Rifle Association, teoricamente uma associação de desportistas, caçadores e etc., mas integralmente dominada pela indústria de armamento ligeiro.

Armas nas escolas

Crimes sujeitos a grande exposição mediática, como foi o caso dos assassinatos dos irmãos Kennedy, de Luther King e Malcolm X nos anos 60, deram alento aos defensores de um controlo na venda de armas, mas as circunstâncias alteraram-se brutalmente nos últimos meses, especialmente a partir do massacre efectuado por dois jovens estudantes, Eris Harris e Dyan Klebold, em 20 de Abril do ano passado, no liceu de Columbine, numa cidade do Colorado.

Este assassinato a tiro, com recurso a várias e sofisticadas armas automáticas, de 13



jovens (e ferimentos em mais 23) efectuado por dois adolescentes só na sua aterradora dimensão se revelou diferente, porque casos envolvendo mortes e tiroteios em escolas americanas tornam-se progressivamente mais frequentes.

Este facto veio dar nova força aos defensores do controlo da venda de armas, porque a situação tornou evidente um facto: as armas utilizadas nestes crimes não são compradas pelos próprios jovens que, pela sua idade, não o podem fazer; mas existem em tal abundância, são um objecto tão próximo e acessível, que a limitação etária se torna inteiramente inútil.

O desencadear do movimento que deu origem à manifestação do passado domingo nasceu sobretudo entre mulheres brancas da classe média e alargou de uma forma vertiginosa a todo o país – mas a verdade é que não nasceu do nada.

Os observadores têm sido unânimes em verificar que a actividade das comissões em prol do controlo de armamento surge como uma continuidade das comissões de activistas que há cerca de um ano se empenharam na campanha contra as legislações fundamentalistas sobre o aborto originadas pelo crescimento da direita em diversos estados e no Congresso. As duas causas não apenas atraíram centenas e centenas de milhares de mulheres habitualmente confinadas à sua vida profissional e doméstica, como constituíram um factor de convergência de movimentos de opinião os mais variados, dos gays aos direitos cívicos, da esquerda radical aos sectores mais progressistas do movimento sindical.

A proximidade da eleição das eleições presidenciais deu ainda particular alento à polémica, uma vez que o candidato republicano, o governador do Texas e filho de George Bush, é considerado «um amigo» pela National Rifle Association, enquanto o candidato democrata e actual vice-presidente Al Gore sempre foi favorável a medidas de controlo e

recebeu neste momento o apoio dos Clinton, especialmente de Hillary Clinton.

A vida e a morte

Mas se a questão eleitoral não pode ser afastada da dinâmica adquirida, a clivagem político-ideológica gerada adquire contornos novos.

De forma genérica, pode dizer-se que a campanha em torno do aborto se cristalizou nas linhas habituais, com a opinião de esquerda favorável ao direito da mãe escolher livremente e a de direita a defender o «direito à vida» e todo o cortejo de slogans e argumentos habituais.

Sucedem porém que a presente campanha vê a opinião de direita alinhar com os interesses da National Rifle Association e a de esquerda a defender exactamente o direito à vida dos seus filhos nas escolas e ruas da América!

A situação é tanto mais embaraçante para as forças conservadoras quanto a sua berraria «em defesa da vida» há uns meses, a que juntavam as acusações de «defensores da morte» lançadas aos activistas do controlo de natalidade, se vê agora confrontada com a incontornável acusação de serem elas as propiciadoras de inegáveis mortes nas escolas, enquanto com tranquila transparência as activistas da «Marcha do Milhão de Mães» falam em nome da vida!

E a tudo isto há a acrescentar que o radicalismo da direita terrorista responsável por situações como o atentado bombista em Oklahoma e outras acções da mesma índole constitui um incómoda e contraditória ponta de lança da proliferação armamentista e dos universos de violência a ela ligados.

O candidato republicano Bush, ainda por cima, é o governador estadual responsável pelo maior número de execuções à pena capital na história dos EUA.

Domingo passado, é capaz de terem acontecido mais coisas além da conquista sportinguista do título...

Religiões

• Jorge Messias

A velha igreja romana e o festival Opus Dei

A visita do papa teve o mérito de demonstrar que a igreja dominante continua a ser a velha companheira do fado e do futebol. Grande encenação, com aspectos fabulosos a par de outros caricatos. Jubileu renascentista, apocalipse de Wagner, desfiles de Nuremberga mas, também, rábulas do Herman José. Houve mesmo larachas que fariam corar o conselheiro Acácio. As promessas fatimeiras podem agora ser pagas pela Internet. Os lucros da transmissão dos próximos jogos de futebol serão transferidos para as IPSS católicas. Só o fado quase teve o fatal destino que há tanto tempo entoa. Foi colocado à margem. Outros tempos, outras músicas. Mas ainda esteve presente no espectáculo Tudo somado, ganhou novo alento o 24 de Abril.



Nem tudo, no entanto, foram risos e sorrisos. Houve aspectos graves nesta escalada de intenções. E é bom lembrar que, no código político-ecclesiástico, uma visita do Papa pode conter o sinal para uma nova arrancada. Basta observar a história deste pontificado. Os nós são sempre desatados a partir de uma visita papal. Foi assim em Santiago de Compostela, berço da recristianização, com a Virgem Negra polaca, com o périplo dos países da Teologia da Libertação e com tantos outros estados repentinamente convertidos aos objectivos do Vaticano e do FMI.

Numa análise puramente pessoal, concluo que o mais grave detalhe desta visita do papa residiu na presença de Jorge Sampaio, na qualidade de Presidente da República Portuguesa, nos actos de beatificação das pobres crianças. Não pelas declarações que tenha proferido. A sua presença física no acto foi suficientemente negativa.

«Não queiram fazer de mim um activista anticatólico», terá afirmado o PR a um jornal diário, acenando com uma imaginação que talvez só exista na sua própria consciência. Ninguém lhe pode pedir que combata uma reli-

gião ou um credo. O que se lhe impõe é que respeite, como Chefe de Estado e de acordo com a Constituição, o princípio institucional da separação de poderes.

Ao decidir estar presente em Fátima, Jorge Sampaio não pode alegar a seu favor a inocência da intenção. Aliás, em política, a inocência não existe. O actual PR tem perfeito conhecimento dos quadros políticos em que decorreu esta visita encenada pelo Opus Dei.

Na próxima revisão da Concordata mal se oculta a intenção de transferir para a igreja católica poderes que o Estado constitucionalmente retém. Mas, para que tal objectivo seja conseguido, é preciso criar previamente a fundamentação legal das decisões políticas a tomar. A tese do episcopado é esta: uma coisa é que o Estado português seja laico; outra,

bem evidente, é que a sociedade civil é católica. Posição que faz caminho e procura fixar as bases jurídicas de uma nova ordem política em Portugal. O Estado do futuro será um espectro do poder.

Jorge Sampaio está disto consciente. E é lícito suspeitar de que a sua presença em Fátima possa significar que, a curto prazo, o PR venha tentar justificar decisões próprias dizendo: «A Igreja tem razão, eu estive em Fátima e vi a fé das multidões, espelho da sociedade civil!...» Se assim for,

Jorge Sampaio deverá ser responsabilizado pelas consequências políticas da sua atitude.

O episcopado português prepara, simultaneamente, uma reforma canónica. Criação de uma província eclesiástica no Centro do País, ponderação do conceito de paróquia, eliminação da figura de pároco residente com limites administrativos e sua substituição por brigadas eclesiásticas móveis, atribuição de novas competências aos leigos católicos (subordinados ao poder da hierarquia), activação das organizações católicas financiadas pelo Estado ou pelos grupos empresariais da igreja, presença determinante na vida autárquica, etc. Se olharmos os pormenores deste projecto, veremos que ele se propõe antecipar, desde já, as formas de intervenção activa da igreja nos quadros legais da nova ordem que referimos e cujo estabelecimento é dado como adquirido. Ter-se-á, então, consolidado o alicerce principal de um Estado teocrático futuro.

É este o balanço pessoal, provisório e amplamente negativo da terceira visita oficial de João Paulo II a Fátima.

Pontos Naturais

• Mário Castrim

Zoo Diako

Carneiro

A hora é boa. Comparece. O cacho na vinha amadurece melhor, com a tua ajudinha.



Touro

Salário baixa patrão encaixa. Quem mais se agacha maior é a taxa.



Caranguejo

Se o Capital servir com devoção filial a Igreja está a cair em pecado capital.



Gêmeos

Ai é tão bom achar o lugar donde se vê o mar...



Leão

Já se conhece a receita. Cuidado com certa gente gente de direita com Hitler em ascendente.



Virgem

Sim à luta. Não ao engano. Abril é fruta de todo o ano.



Balança

Orador prolixo palavras pró lixo. Uma palavra fica? Vida mais rica.



Escorpião

Bestial, pá. Pelo que vejo ele, posto de escabeche, só prova que o percevejo é animal que ainda mexe.



Sagitário

Avança. Avança mesmo um passo esquivo. É a esperança que mantém Espártaco vivo.



Capricórnio

Quem à política vem por profissão então é porque tem patrão.



Aquário

Punho fechado. Puro. Dentro, consciente semente de futuro.



Peixes

Militão. Tempos glaciais. Morrer, e não com fins eleitorais.



Cartoon

• Monginho

FOI A VISITA DO PAPA
A REVELAÇÃO DO SEGREDO
O FIM DO CAMPEONATO
AGORA É A TAÇA ...

BOM ... PARECE QUE O PESSOAL SE CALOU UM BOCADINHO ...



Mj

Internet

• Jorge Figueiredo

Piratas & monopólios

Por que chamar os piratas de piratas? A expressão, quando aplicada ao software, tem uma inegável marca de classe. Os monopólios que dominam o software mundial têm um interesse inegável em caracterizar com esta expressão pejorativa todos os que copiam software. Brandem a arma do direito de propriedade para defender o seu privilégio de ter um fluxo de receita sempre elevado pela venda de softwares caros, pesados, inconfiáveis e com obsolescência programada. Eles não se contentam com um lucro justo e razoável: querem o lucro de monopólio. Para defender este privilégio mobilizam polícias e criam lobbies em todos os países.

E quem são os ditos piratas? São os pobres, os explorados, os povos de todo mundo que dependem dos sistemas operativos e aplicações detidas pelos magnatas. É ingénuo dizer que os superlucros da Microsoft, por exemplo, servirão para desenvolver melhor software. Eles servem, sim, é para esmagar a concorrência e perpetuar o monopólio. Até hoje as melhores invenções em matéria de software foram feitas por empresas pequenas e até por indivíduos isolados. Os superlucros do Sr. Gates também servem para estender a sua actividade a outros domínios que nem têm nada a ver com a informática. É o caso da sua pretensão de destronar a cortiça com a ideia aberrante de engarrafar o vinho com rolhas de plástico... Mas esta é a guerra dos enólogos (atenção José Quitério) e esta coluna é sobre Internet.

Há poucas semanas (Avante, 13/04/00) referi-me às vantagens do Linux e às enormes potencialidades dos sistemas abertos, ou seja, aqueles em que o código fonte é de domínio público. Citava-se especificamente a proposta de lei 495, atribuindo-a a deputados da Assembleia Nacional Francesa. Foi um equívoco, apontado por um leitor amigo: na verdade a proposta de resolução partiu do Senado e o mérito da iniciativa coube aos senadores Cabanel, Laffite e Tréguet. A referida proposta de lei foi alterada e agora tem o número 117. O seu artigo 3.º é importantíssimo e vale a pena transcrevê-lo na íntegra:

«O serviços do Estado, as colectividades locais e estabelecimentos públicos não podem utilizar a partir de 1.º de Janeiro de 2002, sob reserva das disposições do artigo 4.º, senão softwares cujo uso e modificação sejam livres e para os quais o código fonte esteja disponível.» O referido artigo 4.º trata da criação de uma Agência do Software Livre. O texto integral da proposta de lei 117 (e da anterior, n.º 495) podem ser vistas em:

<http://www.senat.fr/grp/rdse/page/forum/texte-loi.html>

É difícil salientar toda a importância deste assunto nas escassas 75 linhas x 60 batidas concedidas a esta coluna. Mas pode-se afirmar que se trata de uma questão importante também para Portugal. Se alguém tivesse dúvidas bastaria fazer uma estimativa das quantias que o Estado português (governo central+autarquias) gasta todos os anos com software & hardware. Depois

disso talvez algum deputado da Assembleia da República se animasse a apresentar uma proposta de lei semelhante à dos senadores franceses.

Software livre é aquele entregue com todos os seus códigos fonte completos e que são livremente utilizáveis, modificáveis e redistribuíveis. Os direitos de autor são protegidos por uma Licença Pública Geral passada por entidades como a Free Software Foundation (os autores recebem remuneração). O conceito «software livre» não é, assim, sinónimo de «software de domínio público» (este é totalmente gratuito). Um software livre tem uma dinâmica evolutiva e possui valor pedagógico e social. O estudo do seu código fonte permite compreender o seu funcionamento interno e melhor adaptá-lo às necessidades dos utilizadores. O software livre é baseado no trabalho cooperativo de numerosas pessoas que, sem fim lucrativo, contribuem para o seu desenvolvimento e melhoria constante. Mais informações em: <http://www.april.org/dossiers/prop-495/>

Sítio da Semana

Fundado em 1922, o Partido Comunista do Brasil é o mais antigo partido do país irmão. Tem uma história longa e acidentada, sempre perseguido e sempre combativo. Dos seus 78 anos de vida, teve de passar mais de dois terços na clandestinidade. Enfrentou com heroísmo os anos negros da ditadura militar iniciada com o golpe de 1964. Hoje enfrenta com resolução a política do neoliberalismo económico imposta pelo Consenso de Washington, que tem no Sr. F. H. Cardoso o seu fiel executor interno.

O PC do B está presente em todos os estados da federação, desde o longínquo Acre até ao Rio Grande do Sul. O seu combate desenvolve-se em múltiplas frentes: no movimento operário, no campesinato que luta pela Reforma Agrária, com os estudantes, com as minorias étnicas oprimidas, etc. No plano das ideias anima a «Princípios», neste momento uma das melhores revistas do Brasil. Assim, vale a pena visitar o sítio web do PC do B em:

<http://www.pcdob.org.br/>

Um visita a este sítio contribui para evitar a visão deformada, por vezes caricatural, que em Portugal muitos têm acerca das coisas do Brasil. Aqui não se vai encontrar o Brasil das telenovelas. Aqui está o Brasil real, o Brasil em que o salário mínimo é de 151 reais (16.800 escudos), o Brasil de um povo sofrido, esmagado pelo latifúndio e pelo imperialismo. Mas de um povo que resiste.

Comentários a este texto devem ser dirigidos a: <jffigueiredo@apexmail.com>



ração, desde o longínquo Acre até ao Rio Grande do Sul. O seu combate desenvolve-se em múltiplas frentes: no movimento operário, no campesinato

Pontos Cardeais

Lotarias

Em Vladivostok, no extremo oriental da Rússia, vai haver eleições autárquicas. Até aqui, nada de novo. A originalidade está na campanha eleitoral desenvolvida pelos candidatos ligados ao poder ali instalado e que consiste na distribuição de uma lotaria por todos os eleitores tendo por horizonte uma vasta panóplia de prémios: frigoríficos, televisões, vídeos e até viaturas, tudo fornecido pelo «tecido empresarial» local. Como ganhar um dos muitos prémios em concurso? É simples: basta ir votar (de preferência nos generosos patrocinadores da lotaria, evidentemente), porque a «roda» destes milhões vai andar em sincronia com o apuramento dos boletins de voto!

Já sabíamos que a grande Rússia está dominada por mafias. Só faltava vermos por lá o crime organizado a abandonar uma certa clandestinidade para vir a público sortear as próprias eleições...

Perigos

O Bastonário da Ordem dos Advogados, Pires de Lima, veio a público com uma afirmação no mínimo bombástica: a de que «a PSP é um perigo nacional». Toda a gente sabe do capital de queixa que existe sobre a actuação de elementos da PSP em diferentes situações, em alguns casos configurando abusos sérios e até criminosos sobre os cidadãos. Sabe-se, igualmente, que alguns elementos da hierarquia policial não têm sabido actuar com a eficácia exigível na prevenção desses abusos, resvalan-

do para comportamentos corporativos inadmissíveis. Sabe-se, ainda, que as autoridades governamentais que tutelam as forças de segurança andam, há anos a fio, a actuar panhotosamente na reorganização policial que urge e onde avultam – não esquecer – velhas e legítimas reivindicações dos próprios profissionais da polícia. O que não se sabe é onde foi o Bastonário da Ordem dos Advogados buscar a ideia de que é admissível pegar numa classe inteira de 20 mil profissionais, como é a PSP, e, tomando uma ínfima parte pelo todo, decidir que todos, no seu conjunto, constituem «um perigo nacional».

São afirmações ilegítimas, injustas e também perigosas. Dado que foram feitas pelo próprio Bastonário da Ordem dos Advogados, será admissível dizer que «todos os advogados são perigosos»?!....

Retiradas

Mário Soares afirmou que se irá retirar do Parlamento Europeu até Dezembro próximo, invocando a necessidade de dar assistência às duas fundações a que preside. Admite ficar até ao final da presidência francesa, que sucederá à portuguesa, mas não mais do que isso.

São razões legítimas, mas já existiam na altura em que Mário Soares se candidatou ao cargo. E nessa altura, como todos estamos lembrados, a presidência das duas fundações não impediu Mário Soares de garantir que a sua candidatura ao Parlamento Europeu era para um mandato a cumprir até ao fim...

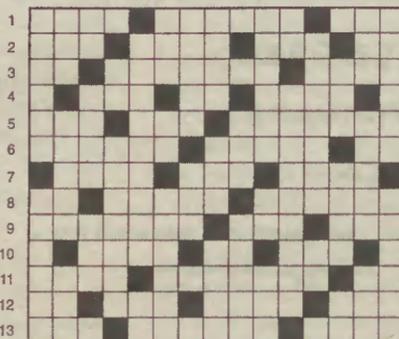
Palavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 – Leito; tornar bambo; remoinho de água. 2 – Espécie de sapo da região do Amazonas; aquele que diverte os outros com os seus ditos e modos; mealheiro; antes do meio-dia (abrev.). 3 – A mim; armadura para o peito; apre!. 4 – Anuência; seguir; sectário do babismo. 5 – Anel; belo; nevoeiro húmido e espesso. 6 – Escorpião; polipeiro marinho, de que se fazem colares, brincos, pulseiras, etc.; a unidade. 7 – Vil; irmã da mãe ou do pai; extremo ou ponta das vergas. 8 – Ruim; pratinho sobre o qual se coloca a chávena; variedade de uva preta. 9 – Rato silvestre; chegar; forma átona do pron. pess. nós que desempenha a função de complemento. 10 – Irritar; letra grega; estime. 11 – Acto de talar; dignidade ou cargo de emir; compaixão. 12 – Prep.; espécie de albufeira; abastado; contr. da prep. em com o art. def. os. 13 – Lista; cantiga de embalar; vimeiro.

VERTICAIS: 1 – Relativo ou pertencente ao campo; conservar. 2 – Unidade das medidas agrárias equivalentes ao decâmetro quadrado; encher até à borda; padrão. 3 – Mulo; base de pedestal; nome de homem. 4 – Cento e um (num. romana); restaurar. 5 – Tecido aveludado de algodão; caminhava. 6 – Ruminante bovino gregoriano; epiderme. 8 – Quantia que, entre os Hebreus, o noivo era obrigado a pagar ao pai da futura esposa; pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquém de; acto de pirar-se. 9 – Filtra; relativo a homem. 10 – Concluir; forma antiga de mim; pergaminho da pele de vitela. 11 – Letra grega; cheio de calor. 12 – Produzir um som muito agudo; pedra de amolar. 13 – Viscera dupla; unidade monetária do Japão; grito de dor. 14 – Lareira; a parte do corpo humano, da cintura para cima; dotes naturais. 15 – Gostavam muito; processo no qual um solvente atravessa uma membrana selectivamente permeável de uma solução diluída para uma solução mais concentrada e que só termina quando se atinge o equilíbrio, ou seja, quando as duas soluções atingem a mesma concentração.

SOLUÇÃO:
HORIZONTAIS: 1 - Leito; tornar bambo; remoinho de água. 2 - Espécie de sapo da região do Amazonas; aquele que diverte os outros com os seus ditos e modos; mealheiro; antes do meio-dia (abrev.). 3 - A mim; armadura para o peito; apre!. 4 - Anuência; seguir; sectário do babismo. 5 - Anel; belo; nevoeiro húmido e espesso. 6 - Escorpião; polipeiro marinho, de que se fazem colares, brincos, pulseiras, etc.; a unidade. 7 - Vil; irmã da mãe ou do pai; extremo ou ponta das vergas. 8 - Ruim; pratinho sobre o qual se coloca a chávena; variedade de uva preta. 9 - Rato silvestre; chegar; forma átona do pron. pess. nós que desempenha a função de complemento. 10 - Irritar; letra grega; estime. 11 - Acto de talar; dignidade ou cargo de emir; compaixão. 12 - Prep.; espécie de albufeira; abastado; contr. da prep. em com o art. def. os. 13 - Lista; cantiga de embalar; vimeiro. VERTICAIS: 1 - Relativo ou pertencente ao campo; conservar. 2 - Unidade das medidas agrárias equivalentes ao decâmetro quadrado; encher até à borda; padrão. 3 - Mulo; base de pedestal; nome de homem. 4 - Cento e um (num. romana); restaurar. 5 - Tecido aveludado de algodão; caminhava. 6 - Ruminante bovino gregoriano; epiderme. 8 - Quantia que, entre os Hebreus, o noivo era obrigado a pagar ao pai da futura esposa; pref. de origem latina, que exprime a ideia de aquém de; acto de pirar-se. 9 - Filtra; relativo a homem. 10 - Concluir; forma antiga de mim; pergaminho da pele de vitela. 11 - Letra grega; cheio de calor. 12 - Produzir um som muito agudo; pedra de amolar. 13 - Viscera dupla; unidade monetária do Japão; grito de dor. 14 - Lareira; a parte do corpo humano, da cintura para cima; dotes naturais. 15 - Gostavam muito; processo no qual um solvente atravessa uma membrana selectivamente permeável de uma solução diluída para uma solução mais concentrada e que só termina quando se atinge o equilíbrio, ou seja, quando as duas soluções atingem a mesma concentração.

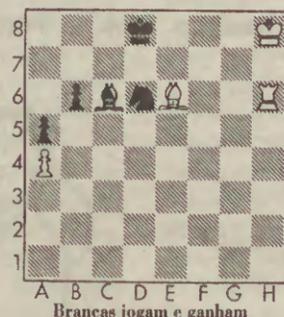
1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15



Xadrez

DCCLIII - 18 DE MAIO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D19
Por: J. Marwitz
«Tijdschrift v. d. KNSB»

Pr.: [5]: Pa5, b6 - Cd6 - Bc6 - Rd8
Br.: [4]: Pa4 - B66 - Th6 - Rh8



Branças jogam e ganham

[M. J. G. I. X. 19. 19. M.]
SOLUÇÃO DO N.º 2000D19
1. Bd5, Ba8; 2. Tg6! Bb7; 3. T:d9+
Rc7; 4. B:b7, R:d6; 5. Ba6 e g.

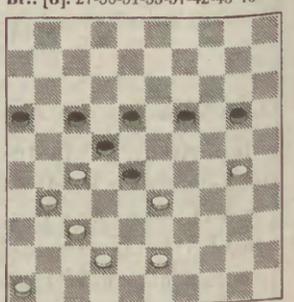
A. de M. M.

Damas

DCCLIII - 18 DE MAIO DE 2000
PROPOSIÇÃO N.º 2000D19

Por: P. van Dijk
NL, 1965

Pr.: [7]: 16-17-18-19-20-22-28
Br.: [8]: 27-30-31-33-37-42-43-46



Branças jogam e ganham

[P. van Dijk] 19. 19. M.]
SOLUÇÃO DO N.º 2000D19
1. 31-26, (28x48=D); 2. 37-32, (48x); 3.
30-25, (22x); 4. 26x37, (Dx41);
5. 46x37+

A. de M. M.

ALMADA
**VIII Assembleia
 da Organização Concelhia**
 Sábado, 20, às 10 horas
 no Grupo Amigos da Costa – Costa de Caparica
 Participa **Carlos Carvalhas**

★
 LOURES
**9.ª Assembleia
 da Organização Concelhia**
 Sábado, 20, às 10 e 30
 no Pavilhão dos Bombeiros Voluntários
 Participa **António Andrez**

ALCÁÇER DO SAL
**Almoço-convívio com Joaquim
 Miranda**, no CT de Casebres, domingo,
 21, às 13 horas.

ALGÉS
Encontro de quadros sobre o XVI
 Congresso do PCP e reforço da acção
 junto dos trabalhadores, com a
 participação de Francisco Lopes: dia 20,
 às 14h30 e às 18 horas, na Biblioteca do
 Parque Anjos (perto da estação de
 comboios).

ALPIARÇA
Reunião de militantes, no quadro
 da preparação do XVI Congresso
 do PCP, com a participação de Albano
 Nunes: dia 19, pelas 21h30,
 no Centro de Trabalho.

BARREIRO
Reunião de militantes da Célula
 da Autoeuropa e de outras empresas
 do parque industrial, com a participação
 de Valdemar Santos: dia 25, às 16h30,
 no Centro de Trabalho do Barreiro.

COIMBRA
Reunião de militantes para
 preparação do XVI Congresso do PCP.
 Em debate «O Partido» com a
 participação de Francisco Lopes e Sérgio
 Teixeira. Organização da Comissão
 Concelhia de Coimbra, Organismo de
 Direcção do Sector Intelectual,
 Organização do Sector Sindical,
 Organização de Médicos de Coimbra e
 Organização Regional da JCP. Dia 23,
 pelas 21h30, no Salão do Centro de
 Trabalho.

COUÇO
Reunião de militantes inserida no
 trabalho preparatório do XVI Congresso
 do PCP: dia 20, pelas 16 horas, no
 Centro de Trabalho.

LEIRIA
Plenário de militantes
 para debate no âmbito da preparação
 do XVI Congresso e preparação
 da VI Assembleia Concelhia, convívio
 gastronómico: dia 20, pelas 15h30,
 no Centro de Trabalho.

LISBOA
Plenário do Sector de Serviços sobre
 «A actualidade do Projecto Comunista»
 com a participação de José Casanova: hoje,
 dia 18, pelas 20 horas.

**Plenário de militantes da Freguesia do
 Beato**, sobre XVI Congresso do PCP e
 problemas dos bairros, com a participação
 de Luís Fernandes, dia 20, pelas 15 horas,
 na Junta de Freguesia do Beato.

**Plenário de militantes da Freguesia
 dos Olivais**, para preparação do XVI
 Congresso do PCP e informações: dia 20,
 às 15 horas, na Bedoteca (junto ao Shopping
 dos Olivais).

MARINHA GRANDE
Plenário de militantes para preparação
 do XVI Congresso do PCP, com a presença
 de Vítor Dias: dia 20, às 21h30, no Centro
 de Trabalho.

SANTA IRIA DE AZÓIA
Plenário de militantes para preparar
 a 4.ª Assembleia da Organização
 (que terá lugar dia 27): dia 19, às 21h30,
 no Centro de Trabalho.

SANTARÉM
**Encontro de eleitos e activistas
 da CDU** para balanço e definição
 de objectivos da actividade autárquica
 concelhia: dia 20, pelas 15 horas,
 no Centro Social da Póvoa da Isenta.

SINTRA
 Assembleias plenárias preparatórias
 da **IV Assembleia da Organização
 Concelhia**:

– **Belas** – dia 20, às 15 horas, no Salão
 Polivalente da Junta;

– **Cacém** – dia 19, às 21h30, Centro
 de Trabalho;

– **Casal de Cambra** – dia 19, às 21h30,
 na garagem do camarada Garcia;

– **Massamá** – dia 22, pelas 21h30
 (na casa do camarada Jorge);

– **Monte Abraão** – dia 19, às 21h30;

– **Montelavar** – dia 20 às 21h30,
 no Centro de Trabalho;

– **Rio de Mouro** – dia 20, às 15 horas,
 no Centro de Trabalho;

– **Sintra** – dia 20, às 21h30, no Centro
 de Trabalho.

Encontro Nacional do PCP Saúde e defesa da Cidadania

Sábado, 20, às 18 horas
 no Hotel Barcelona – Sala Belém
 com a participação de **Carlos Carvalhas**

ESPINHO «A actualidade do ideal comunista»

Colóquio com
Álvaro Cunhal
 no Teatro São Pedro, sábado, 20, às 21 e 30

IV Encontro de Quadros Técnicos e Científicos

Sábado, 20, no Hotel Sofitel
 com a participação de **Octávio Teixeira**



**Almoço-convívio
 dos jovens comunistas
 da freguesia da Baixa
 da Banheira**, no dia 20,
 às 13 horas, no Centro de
 Trabalho da Baixa da Banheira



Marcha mundial das mulheres
2000

EXPOSIÇÃO/VENDA de livros e obras de arte

Uma iniciativa da Marcha Mundial das Mulheres 2000
 Amanhã, dia 19, pelas 18 e 30
 na Sala do Governador no Castelo de S. Jorge

Festa-homenagem a José Carlos Ary dos Santos Canções, poemas, memórias

Domingo, 21, às 18 horas
 no Teatro Sá da Bandeira
 Porto

**Iniciativa do Sector Intelectual
 do Porto**, com a participação de
**Carlos do Carmo, Simone,
 Júlio Cardoso, Alexandre
 Falcão, Fernando Maciel,
 César Príncipe,
 José Luís Borges Coelho**



Viagem a Cuba – Brigada Europeia José Martí – a realizar de 9 a 30 de Julho – no Acampamento Internacional, a 40 Km de Havana
 TRABALHO – VISITAS – DEBATES – «NOITE EUROPEIA» – MÚSICA • Inscrições na Associação de Amizade Portugal-Cuba

ATVer

Um fotograma de «As Duas Feras», de Howard Hawks



As Duas Feras

(Sexta, 22.45, RTP 2)

Sem dúvida o melhor dos filmes do ciclo Katharine Hepburn, a mais requintada obra-prima da comédia norte-americana, um clássico da sedução e a demonstração de que... é sempre a mulher que escolhe! Além disso, estamos perante uma prodigiosa antologia de todos os grandes dispositivos geradores do riso, dos grandes diálogos para cinema, enfim, de uma imperdível obra de tomo de mestre Howard Hawks, com um par sensacional - Katharine Hepburn e Cary Grant - e um leopardo-bébé a fazer das suas! Chega?

Rebeca

(Sábado, 01.45, RTP 2)

Uma jovem tímida conhece em Monte Carlo um atraente lord britânico que perdera sua mulher em circunstâncias misteriosas. De regresso a Inglaterra, casados, o mistério da mulher falecida continua a pairar sobre a vida do casal. Explorando como nenhum outro o contraste entre um passado



Joan Fontaine e Judith Anderson, em «Rebeca», de Hitchcock

revela mais interessante é o estudo psicológico das duas personagens, ainda por cima interpretadas por Pacino e De Niro. Repare-se, só, nessa cena de antologia: o quase prazenteiro frente-a-frente, à mesa de um café!

Alta Jogada

(Terça, 02.05, RTP 1)

Crónica terrível da vida de um jovem negro que regressa a casa após uma comissão de serviço no Vietname, e enfrenta uma vida degradada de desemprego, a ponto de se envolver numa tentativa de roubo de um camião do Federal Reserve Bank que transportava dinheiro. Diz-se que este

filme dos irmãos Allen e Albert Hughes é uma obra de grande realismo, baseada em «factos reais», mas ao alegar-se, nas entrelinhas, estarmos perante uma história de «revolucionários afro-americanos», é caso para ficar de pé atrás quanto ao tratamento desta problemática. A confirmar.

... e ainda

Frenético, de Roman Polanski (Sábado, 23.20, SIC)

Jogo a Três Mãos, de Ron Shelton (Domingo, 02.20, RTP 1)

Larry, O Liquidador, de Norman Jewison (Segunda, 01.45, SIC)

Um Assalto Genial, de Howard Franklin e Bill Murray (Terça, 00.40, SIC)



Um diálogo essencial de «Heat, Cidade sob Pressão», de Michael Mann

diabólico (também personificado pela governanta) e um presente de fragilidade (a personagem da jovem esposa), Hitchcock não deixa de fazer cinema europeu e claramente britânico neste seu primeiro filme norte-americano. Os cenários sumptuosos, a encenação laboriosa e os papéis de Laurence Olivier, Joan Fontaine e, também, Judith Anderson tornam este filme ainda e sempre inesquecível.

Heat, Cidade sob Pressão

(Domingo, 00.30, SIC)

Em plena Los Angeles, um polícia obcecado e um assaltante implacável estabelecem um verdadeiro duelo entre a inteligência e a sagacidade, por um lado, e o rigor e a tecnologia por outro, num certo sentido evidenciando muito mais aquilo que os aproxima do que aquilo que os coloca em campos contrários. Por isso mesmo, aquilo que aqui se

Cabo e Satélite

«Grandes Erros Militares»

Assim se chama uma série transmitida pelo canal História e cujo episódio de hoje se debruça sobre um facto fundamental acontecido em 1944, quando um grupo de oficiais se aventurou num acto conspirativo que acabou por não resultar - «O Atentado Falhado a Hitler» - porque o ditador nazi saiu milagrosamente ileso da explosão de uma bomba que se destinava a liquidá-lo.

(História, sexta, às 10 e 16 horas).

À atenção dos melómanos!

É de não perder, seguramente, a oportunidade de assistir à representação de um espectáculo de grande requinte musical e teatral, com a transmissão pelo canal Muzzik, na segunda-feira 22, pelas 22 horas, da ópera «La Calisto» do compositor italiano Francesco Cavalli (1602-1676). Para uma estreia em Veneza em 1651, Cavalli compôs esta ópera em dois actos a partir de um libreto de



H
O CANAL DE HISTÓRIA

MUZZIK

Quinta, 18

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.40 «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 Coisas da Vida
22.00 Bacalhau com Todos
23.00 Aristocratas
24.00 Senadores
01.30 24 Horas
01.00 1ª. Página
01.30 «Os Gladiadores do Século 23» (de David Peoples, Austrália/1989. Ficção Científica)

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00 Ciclismo: Volta à Itália)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
20.40 Brigada Submarina
21.25 Acontece
22.00 Jornal 2

Sexta, 19

▼ RTP 1

07.00 Hora Viva
10.00 Praça da Alegria / Culinária
13.00 Jornal da Tarde
14.00 A Preciosa
15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.40 «Boa Tarde»)
19.00 Regiões
20.00 Telejornal
21.00 Remate
21.25 Coisas da Vida
22.00 Programa a designar
23.35 Aristocratas
00.45 A Caminho do Euro 2000
01.05 «Miami» (de David Frankel, EUA/1995, com Sarah Jessica Parker, Gill Bellows. Comédia)
02.50 24 Horas
03.15 1ª. Página

▼ RTP 2

07.00 Euronews (às 15.00 Ciclismo: Volta à Itália)
17.30 Informação Gestual
18.30 Informação Religiosa
19.00 Espaço Infantil-Juvenil
19.40 A Matemática e o



«Garrett», série portuguesa em estreia na RTP 1 (segundas)

22.45 «Revoltada» (de Mark Sandrich, EUA/1936, com Katharine Hepburn, Herbert Marshall. Drama)
00.20 «Pandora» (de António da Cunha Rêles, Port./Fr./1993, com Philippe Léotard, Inês de Medeiros, João Grosso. Melodrama)
02.10 Mistérios de Ruth Rendell

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Terra Nostra / A Muralha
22.30 Esta Semana
23.45 Sai de Baixo
00.25 «Sarilhos no Descapotável» (de Jeffrey Reiner, EUA/1993. Policial)
03.00 Último Jornal

▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
20.50 Pupilas do Sr. Doutor
21.35 Ri-te, Ri-te
23.35 Reis da Música Nacional
01.35 «Filhos do Desespero» (de Richard Michaels, EUA/1981. Drama)

Homem

21.30 Acontece
22.00 Jornal 2
22.45 «As Duas Feras» (Bringing up Baby, de Howard Hawks, EUA/1938, com Katharine Hepburn, Cary Grant. Ver Destaque)
00.35 Andamentos
01.05 Departamento de Homicídios

▼ SIC

08.00 Buérré
10.00 SIC 10 Horas
13.00 Primeiro Jornal
14.00 O Juiz Decide
15.00 Ponto de Encontro
16.00 Fátima Lopes
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Chuva de Estrelas
22.00 Terra Nostra / A Muralha
23.30 Jogo Limpo
02.00 Último Jornal

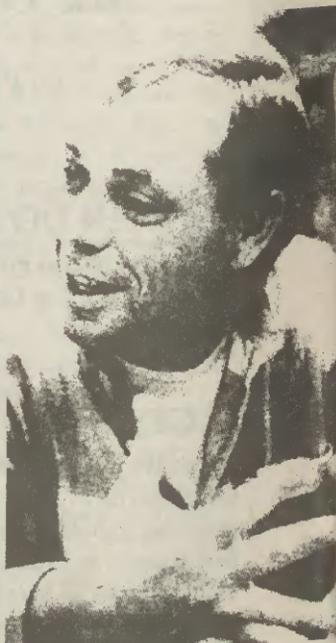
▼ TVI

09.00 Animação
12.40 O Direito de Nascer
13.30 TVI Jornal
14.30 Louca Paixão
15.45 Batatoon
19.00 Olhó Vídeo
19.30 Directo XXI
20.00 Combate Mortal
20.50 Pupilas do Sr. Doutor
21.35 Ri-te, Ri-te
23.35 Reis da Música Nacional
01.35 «Filhos do Desespero» (de Richard Michaels, EUA/1981. Drama)

Sábado, 20

▼ RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil
12.00 Automobilismo: G.P. Fórmula 1
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Top +
15.20 «Em Defesa da Vida» (de Albert Brooks, EUA/1991, com Albert Brooks, Meryl Streep. Comédia / Fantasia)
17.30 «A Tribo de Krippendorf» (de Todd Holland, EUA/1998, com Richard Dreyfus, Jenna Elfman. Comédia)
19.10 Jet 7
20.00 Telejornal
21.10 Santa Casa
24.00 Loja do Cidadão
01.00 Aristocratas
02.00 Máquinas



O «Artes e Letras» desta semana falará de António Lobo Antunes (domingo, RTP 2)

03.00 24 Horas
03.20 «Anjos e Demónios» (de Greg Spence, EUA/1998. «Thriller»)

▼ RTP 2

07.00 Euronews
09.00 Universidade Aberta
11.55 Arquivos do Entendimento
12.40 O Século das Descobertas
13.35 Quem Sai aos Seus
14.00 Parlamento
15.00 Desporto
19.30 Magazine 2001
20.00 A Outra Face da Lua
22.00 Jornal 2
22.45 Dinheiro Vivo
23.15 Allô, Allô
23.45 O Meu Herói
00.15 French and Saunders
00.45 O Lugar da História
01.45 «Rebeca» (Rebecca, de Alfred Hitchcock, EUA/1940, com Laurence Olivier, Joan Fontaine. Ver Destaque)

▼ SIC

07.30 Zip Zap
12.00 O Nosso Mundo
13.00 Primeiro Jornal
14.00 Big Show Sic
18.00 Vila Madalena
19.00 Esplendor
20.00 Jornal da Noite
21.00 Mundo Vip
22.00 Negócio Fechado
23.20 «Frenético» (Frantic, de Roman Polanski, EUA/1999, com Harrison Ford, Emmanuelle Seigner. «Thriller»)
02.00 Último Jornal
02.35 «Namorando com o Perigo» (de Jorge Montesi, EUA/1996. Drama)

▼ TVI

09.00 Animação
10.30 O Sótão do Pedro
11.00 Top Rock
12.00 Caras Lindas
13.30 Contra-Ataque
15.00 Futebol: Final da Taça de Inglaterra
17.00 «Lancelot, Guardian of Times» (de Rubiano Cruz, EUA/1997. Histórico)
19.00 Directo XXI
19.35 «Na Linha do Inimigo» (de Mark Griffiths, EUA. Acção)
21.45 Jardins Proibidos
22.50 «Recomeçar do Nada» (de Joyce Chopra, EUA/1998. Drama)
00.50 «Asilo» (de James Seale, EUA/1996. «Thriller»)



Domingo, 21

- ▼ RTP 1**
 07.00 Infantil / Juvenil
 11.50 3º. Calhau a Contar do Sol
 12.00 Jornal da Tarde
 12.55 Automobilismo: G.P. Fórmula 1
 14.50 Made in Portugal
 16.20 Coisas da Vida
 17.10 «Caravana para Este» - nenhuma informação actualizada em tempo útil
 19.00 Futebol: Rescaldo da Final da Taça de Portugal
 20.00 Telejornal
 21.20 Agora é que são Elas
 22.40 Domingo Desportivo
 23.15 Automobilismo: G.P. Fórmula 1 (Resumo)
 23.30 Nada é Sagrado
 00.30 Prazeres («A Televisão»)
 01.30 24 Horas
 01.50 Magazine Liga de Campeões
 02.20 «Jogo a Três Mãos» (Bull Durham, de Ron Shelton, EUA/1988, com Kevin Costner, Susan Sarandon, Tim Robbins. Comédia)
▼ RTP 2
 07.00 Euronews
 09.00 Programa Religioso
 10.30 Missa
 11.30 Falperra
 13.00 Iniciativa
 14.00 Onda Curta
 14.30 Desporto
 19.00 Rotações
 19.20 Jornal de África
 20.00 Bombordo
 20.30 Artes e Letras: António Lobo Antunes
 21.30 Horizontes da Memória
 22.00 Jornal 2
 22.45 Travessa do Cotovelo
 23.50 This Life
 00.50 Teatro: «O Senhor Portugal Tukoshima» - nenhuma informação actualizada em tempo útil
▼ SIC
 07.30 Zip Zap
 12.00 BBC Vida Selvagem

Segunda, 22

- ▼ RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Preciosa
 15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.50 «Boa Tarde»)
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Remate
 21.25 A Senhora Ministra
 22.00 Garrett (Estreia)
 23.00 Apresentação da Seleção Nacional (Futebol)
 23.35 Jogo Falado
 01.30 24 Horas
 01.55 1ª. Página
 02.15 «A Rainha dos Bandidos» (de Shekhar Kapur, Índia/Gr.Br./1994, com Seema Biswas, Nirmal Vivek. Drama)
▼ RTP 2
 07.00 Euronews (às 15.00 Ciclismo: Volta à Itália)
 17.30 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Universidade Aberta
 19.30 Espaço Infantil-Juvenil
 20.40 Segredos dos Oceanos (Estreia)
 21.25 Acontece

Terça, 23

- ▼ RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Preciosa
 15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.50 «Boa Tarde»)
 19.00 Regiões
 20.00 Telejornal
 21.00 Remate
 21.30 Coisas da Vida
 22.00 Não é Homem não é Nada
 22.35 Maria Elisa
 00.20 24 Horas
 00.45 1ª. Página
 01.05 Os Hughleys
 02.05 «Alta Jogada» (Dead Presidents, de Allen e Albert Hughes, EUA/1995, com Larenz Tate, Keith David. Ver Destaque)
▼ RTP 2
 07.00 Euronews (às 15.00 Ciclismo: Volta à Itália)
 17.30 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 20.40 Brigada Submarina
 21.25 Acontece
 22.00 Jornal 2

Quarta, 24

- ▼ RTP 1**
 07.00 Hora Viva
 10.00 Praça da Alegria / Culinária
 13.00 Jornal da Tarde
 14.00 A Preciosa
 15.45 Espaço Infantil-Juvenil (às 16.50 «Boa Tarde»)
 19.00 Regiões
 19.20 Ciclismo: Taça Europeia das Nações
 19.30 Futebol: Final da Taça dos Campeões Europeus
 21.50 Telejornal
 22.45 Remate
 23.00 Coisas da Vida
 00.05 As Lições do Tonecas
 00.35 24 Horas
 00.55 1ª. Página
 01.25 «O Apóstolo» (de Robert Duvall, EUA/1997, com Robert Duvall, Farrah Fawcett. Drama)
▼ RTP 2
 07.00 Euronews (às 15.00 Ciclismo: Volta à Itália)
 17.30 Informação Gestual
 18.30 Informação Religiosa
 19.00 Espaço Infantil-Juvenil
 20.10 O Universo
 Desconhecido dos Micróbios (Estreia)



TVisto
 Correia da Fonseca
Três dias com Fátima

Não há um problema religioso em Portugal: esta frase corresponde a uma fórmula quase tradicional no PCP e exprime a verdade de os comunistas não terem nenhuma hostilidade contra os católicos ou, se se quiser, contra os cristãos em geral ou os seguidores de quaisquer outras confissões religiosas. Aliás, como bem sabe quem o queira saber, há muitos católicos que militam no Partido, eu próprio me lembro assim de repente de dois Mários nessas condições, por sinal ambos excelentes, e de vários outros que não se chamam Mário. Esta situação não é de hoje nem de ontem, não é exclusivamente portuguesa, e muitas vezes me visitam a memória uns belos versos de Aragon, o grande poeta francês que se tornou alvo privilegiado da cainçada anticomunista por não querer trair o passado do seu partido: «Celui qui croyait au ciel / celui qu'y ne croyait pas / tous les deux aimaient la belle / prisonnière des soldats (...)» É um poema lindo e exemplar, vale a pena ir ler o resto.

Não há um problema religioso em Portugal, mas há em Portugal muitos e graves problemas políticos, alguns dos quais estão de algum modo ligados a acontecimentos da vida religiosa. Nos últimos dias da passada semana, a TV portuguesa trouxe à tona dos olhos, com grande e extenso relevo, um deles. Não estou a falar do desfecho empolgante do campeonato da I Liga de futebol, que também teve aspectos de natureza religiosa, mas sim, naturalmente, da peregrinação de João Paulo II a Fátima, que ocupou longas horas de antena, de quinta-feira a sábado, e da revelação pública daquilo a que as estratégias jornalísticas chamaram «o terceiro segredo de Fátima» e que não era mais que a terceira parte de uma coisa inevitavelmente polémica designável por «mensagem de Fátima». Sendo que, como bem se sabe, o próprio fenómeno de Fátima não é nada consensual no seio dos católicos portugueses, bem pelo contrário, e não se trata apenas da voz discordante do padre Mário de Oliveira, neste momento a mais mediática. Já agora, lembro palavras de D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto, datadas de 1970: «Na religião de Fátima ainda há muito de culto mágico. (...) Quem faz uma promessa faz um negócio por contrato.» Mas não me parece que os comunistas, enquanto tais, tenham alguma coisa a ver com isto.

«Meter-se na política»

Acontece, porém, que se os sentimentos religiosos se situam, também neste caso, numa esfera que as convicções comunistas respeitam, como aliás lhes cumpre, o problema é que o fenómeno de Fátima está recheado de incursões nos terrenos da luta política, e por aí a questão se complica. Usando uma fórmula de algum sabor popular mas que de todo está longe de querer ser desrespeitosa, direi, no sólido convencimento de assim ser rigorosamente objectivo, que desde sempre Fátima «se meteu na política», o que desde logo parece estar mal, e que se meteu de uma forma belicosamente alinhada e ultramontana. Começou o processo, se é que começou aí, com a divulgação de que a Senhora previra «a conversão da Rússia» e o fizera mesmo antes da Revolução de Outubro; e essa divulgação foi feita muito mais tarde, digamos que com efeitos retroactivos, e passada a escrita na década de 40, quando a Wehrmacht de Hitler já se movimentava para «libertar a Europa do bolchevismo». Tem agora o seu mais recente capítulo quando, a propósito da peregrinação de João Paulo que a TV tão largamente cobriu, como aliás se compreende e aceita, os *media* reeditam a velha e desmascarada impostura da falsa «pista búlgara» que estaria por detrás do atentado de que o Papa se salvou em 81, pelo que veio agora agradecer a Fátima, e que entende ser o significado do afinal críptico «terceiro segredo» cuja decifração a Santa Sé já disse caber aos especialistas do Vaticano. É assim que as transmissões dos recentes dias, que naturalmente se situam no âmbito da crítica de TV, arrastam questões políticas e eventuais reparos. Não, decerto, pelas imagens das sempre impressionantes multidões que se concentram no santuário ou durante dias se alongam nos caminhos para Fátima em sinal de fé, e também em testemunho do sentimento de fragilidade da vida humana, de angústias múltiplas que mordiscam gentes desprovidas de quase tudo excepto talvez de um implorado apoio sobrenatural. Nem pela qualidade quase sempre boa das reportagens visuais e áudio. Nem sequer pelo mérito estético, infelizmente sempre escasso dos cânticos religiosos compostos sem inspiração bastante, o que até parece inesperado. Mas sim porque, tratando-se naturalmente de trabalhos profissionais e objectivos, foi rara a recolha de depoimentos junto dos muitos que contestam algum dos aspectos de Fátima. Como a boa deontologia recomenda, mesmo nestes casos.

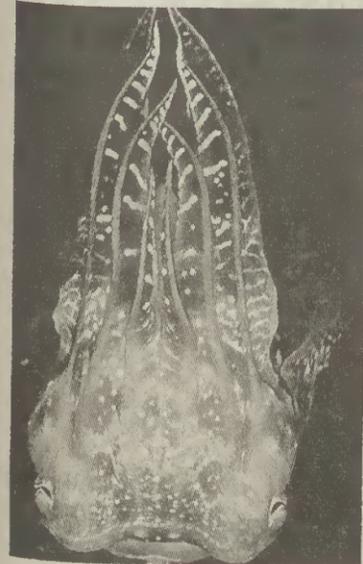


«Aristocratas», mini-série diária da BBC recentemente estreada (RTP 1)



«This Life», série de culto britânica, a espreitar e confirmar na RTP 2 (domingos)

«Segredos dos Oceanos», estreia documental na RTP 2 (segundas)



- 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 «Academia de Polícia 4, A Patrulha do Cidadão» (de Jim Drake, EUA/1987. Comédia)
 16.10 Rex, O Cão Polícia
 18.00 «Gêmeos» (de Ivan Reitman, EUA/1988, com Arnold Schwarzenegger, Danny De Vito. Comédia)
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Jornalistas
 22.10 Herman SIC
 00.30 «Heat, Cidade Sob Pressão» (Heat, de Michael Mann, EUA/1995, com Al Pacino, Robert De Niro. Ver Destaque)
 02.30 Último Jornal
▼ TVI
 09.00 Animação
 11.00 Espaço Religioso
 11.10 Missa
 13.00 Portugal Português (Castelo de Vide)
 14.15 Caras Lindas
 15.15 A Bola é Nossa (Especial)
 16.40 Futebol: Final da Taça de Portugal - Sporting-Porto
 19.20 Directo XXI
 19.50 Final da Taça de Portugal - Sporting-Porto (Resumo)
 20.40 Lux
 21.30 Jardins Proibidos
 22.40 «Viciados no Amor» (de Griffin Dunne, EUA/1997, com Meg Ryan, Matthew Broderick. Comédia Romântica)
 00.40 Os Médicos
 01.40 «Sim, Senhor Reitor» (de Kelly Makin, EUA/1995. Comédia)

- 22.00 Jornal 2
 22.45 «Contos Imorais» (de Walerian Borowczyk, Fr./1974. Erótico)
 00.40 Cupido
▼ SIC
 08.00 Buéréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena
 19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Terra Nostra / A Muralha
 22.10 Roda dos Milhões
 00.30 Sai de Baixo
 01.10 Último Jornal
 01.45 «Larry, O Liquidador» (Other People's Money, de Norman Jewison, EUA/1991, com Danny De Vito, Gregory Peck. Comédia)
▼ TVI
 09.00 Animação
 12.40 O Direito de Nascer
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 15.45 Batatoon
 19.00 Olhó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 A Grande Aventureira
 21.00 Crianças S.O.S.
 22.00 «Bora Lá, Marina!»
 22.30 Quero Justiça
 00.10 «A Raiz do Mal» (de Bill L. Norton, EUA/1997. Policial)
 02.15 «O Bar da Esquina» (de Steve Buscemi, EUA/1996, com Daniel Baldwin, Samuel L. Jackson. Drama)

- 22.45 «O Monstro» (de Walerian Borowczyk, Fr./1975. Erótico)
 00.35 Resistência
 21.00 Jornal 2
 22.00 Acontece
 22.20 «As Heroínas do Mal» (de Walerian Borowczyk, Fr./1975. Erótico)
 00.20 Sinais do Tempo / Zoom
▼ SIC
 08.00 Buéréré
 10.00 SIC 10 Horas
 13.00 Primeiro Jornal
 14.00 O Juiz Decide
 15.00 Ponto de Encontro
 16.00 Fátima Lopes
 18.00 Vila Madalena
 19.00 Esplendor
 20.00 Jornal da Noite
 21.00 Loja do Camilo
 21.30 Médico de Família
 22.40 Terra Nostra / A Muralha
 23.50 Sai de Baixo
 00.40 «Um Assalto Genial» (Quick Change, de Howard Franklin e Bill Murray, EUA/1990, com Bill Murray, Geena Davis. Comédia)
 02.40 Último Jornal
 03.15 Toda a Verdade: Ladrões de Automóveis
▼ TVI
 09.00 Animação
 12.40 O Direito de Nascer
 13.30 TVI Jornal
 14.30 Louca Paixão
 15.45 Batatoon
 19.00 Olhó Vídeo
 19.30 Directo XXI
 20.00 A Grande Aventureira
 20.50 Investigação TVI
 22.00 Testemunha (Mini-Série)
 01.55 «O Fugitivo de Alcatraz» (de Don Siegel, EUA/1979, com Clint Eastwood, Fred Ward. Acção)

Nota:
 A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edição.

A talhe de foice

• Henrique Custódio

O sigilo

Em entrevista ao Público, o director-geral da Polícia Judiciária, Luís Bonina, dá conta do aumento substancial da «lavagem de dinheiro» no nosso país e aponta como óbice à investigação desses crimes (e decorrente punição em tribunal) o entrave do sigilo bancário que vigora em Portugal e a morosidade dos bancos em facultar os elementos requeridos pelas autoridades judiciais em relação aos depositantes sob suspeita.

Resumindo e concluindo, a lavagem de dinheiro prospera em Portugal, a lei protege-a e os bancos não facilitam o seu combate. Convém recordar que o crime de «lavagem de dinheiro» não é uma infracção menor de âmbito saponário, como o higiénico **petit nom** parece induzir.

A «lavagem de dinheiro» tem por trás crimes tão repugnantes como o tráfico de droga, o proxenetismo à escala industrial, o contrabando de armas, a corrupção em grande escala, a exploração infantil ou a escravatura sexual, para darmos apenas alguns exemplos. «Lavar» o dinheiro dessas e de outras «actividades» correlativas significa, cruamente, que os Estados e respectivas instituições político-financeiras consentem que divisas colossais obtidas através desses crimes miseráveis se reintroduzam no circuito legal, legitimando de uma assentada a prática desses crimes, os lucros obtidos e a multidão de bandidos que movimentam o «negócio».

E legítima como? Precisamente através de ordenamentos jurídicos que divinizam a propriedade privada até ao absurdo de, em nome dela, se constroem abrigos inexpugnáveis para os crimes mais repugnantes ou, em versão mitigada mas complementar, se admitirem «paraísos fiscais» onde os criminosos desaparecem sem deixar rasto e o dinheiro dos crimes regressa, sem pecado, aos circuitos normais.

O sigilo bancário é uma peça-chave desta engrenagem, usado com desenvoltura pelos criminosos e mantido contraditoriamente por autoridades nacionais cuja obrigação primeira é travar o passo ao crime e proteger a sociedade dos criminosos.

As autoridades portuguesas continuam relutantes em olhar o problema de frente, apesar do aumento alarmante da prática deste crime e dos apelos dramáticos das autoridades de investigação. O máximo onde este e outros governos chegaram foi à admissão da investigação limitada de contas bancárias suspeitas por ordem judicial, mas aí entra a renitência dos bancos que, zelosamente, manietam as investigações policiais através de uma teia burocrática com séculos de experiência.

O resultado está à vista: a «lavagem de dinheiro» prospera e o combate à sua prática definha.

A quem interessa este estado de coisas?

Ao crime organizado, de certeza.

Aos criminosos de dentro e de fora, sem dúvida.

A parte do grande poder económico nacional, parece que também.

Resta-nos ver para onde pende, em definitivo, o interesse deste Governo em tal matéria.

Câmara de Lisboa Manuel Figueiredo substitui Rui Godinho

A partir do próximo dia 1 de Junho, Rui Godinho deixará de exercer funções de vereador na Câmara Municipal de Lisboa, onde foi eleito do PCP ao longo de mais de 20 anos.

A substituição de Rui Godinho por Manuel Figueiredo foi oficialmente anunciada anteontem, terça-feira, durante uma conferência de imprensa promovida pela Organização da Cidade de Lisboa do PCP.

Como foi referido, esta decisão «prende-se com razões pessoais inadiáveis e foi definida e acordada em devido tempo com a Direcção do PCP».

No documento distribuído à imprensa, o PCP «manifesta o seu profundo apreço por ter contado entre os seus eleitos com um autarca com o prestígio, a capacidade polí-

tica, técnica e de intervenção de Rui Godinho».

Da sua actividade em favor da população de Lisboa, o PCP destaca o período de oposição à direita na década de 80 e na preparação da alternativa vencedora em 1989, assim como na concretização das políticas de modernização e humanização da cidade na década de 90.

Apesar de deixar de ser vereador, Rui Godinho continuará a dar a sua colaboração a Lisboa e à sua população, dado que se manterá como representante da Câmara na Administração da Valorsul, cargo que já desempenha há alguns anos.

**Rui Godinho
continuará como
representante
da Câmara
na administração
da Valorsul**

No PCP, continuará a dar a sua contribuição como militante, mantendo-se nas funções que hoje exerce como membro da DORL e na Direcção da Cidade de Lisboa.

Durante mais de duas décadas, Rui Godinho exerceu funções autárquicas Lisboa, primeiro como vereador substituto (1979/1982) e, posteriormente, na Câmara como vereador na oposição (1982/1989) e, após a vitória da Coligação «Por Lisboa», em 1989, como vereador em áreas como a reabilitação urbana dos núcleos históricos, limpeza, higiene urbana, resíduos sólidos e saneamento, ambiente e espaços verdes, serviços eléctricos e mecânicos e gestão da frota municipal. Desde 1989, como primeiro eleito do PCP nas coligações, tem igualmente desempenhado funções de presidente substituto



O novo vereador

Manuel Figueiredo tem 44 anos e nasceu em Fermelã, concelho de Estarreja, no distrito de Aveiro. Residente em Telheiras, na freguesia do Lumiar, é economista, mestre em finanças empresariais e director de uma empresa do Grupo CGD/BNU.

Militante do PCP desde 1974, é membro da Direcção da Cidade de Lisboa, Presidente da Assembleia de Freguesia do Lumiar e dirigente da Associação de Residentes de Telheiras. Foi membro do Movimento da Juventude Trabalhadora (MJT) e militante da União da Juventude Comunista (UJC) e da Juventude Comunista Portuguesa (JCP).

Solidariedade com Chiapas

Expressar solidariedade para com o povo de Chiapas e a Frente Zapatista de Libertação Nacional é o grande objectivo que anima os organizadores da manifestação convocada para o próximo sábado, dia 20, às 15 horas, na Praça da Liberdade,

de Porto. Esta acção, promovida pelo Movimento de Intervenção Global (MIG), visa acima de tudo despertar um maior interesse pela causa do povo de Chiapas e pela heróica luta do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) contra

todas as formas de injustiça e de exclusão social perpetradas pelo regime de Ernesto Zedillo.

A recolha de assinaturas para uma petição a enviar ao governo mexicano e uma angariação de fundos para auxiliar os presos políticos

inscrevem-se ainda nos propósitos desta jornada de solidariedade, que pretende funcionar simultaneamente como uma alavanca capaz de contrariar o que entendem ser o «esquecimento e hipocrisia a que esta causa tem sido votada».

Protesto na CIMPOR

Activistas sindicais e trabalhadores concentram-se hoje, a partir das 11 horas, junto ao edifício da administração da CIMPOR, situado na Alexandre Herculano, em Lisboa.

Trata-se de uma acção pública de protesto, decidida em plenários de trabalhadores, em resposta à indisponibili-

de revelada pelos responsáveis da empresa em negociarem, entre outras, matérias salariais, agravada com a imposição por acto de gestão de questões não acordadas.

Para além de dirigentes sindicais do sector, estará igualmente presente Amável Alves, dirigente da CGTP-IN e da FESTRU.

Congresso da USP

Tem início amanhã, dia 19, o 6.º Congresso da União dos Sindicatos do Porto (USP/CGTP-IN). Sob o lema «Desenvolver o Distrito, Melhores Salários, Emprego de Qualidade e Contra a Precariedade», o Congresso decorrerá no Centro de Formação Profissional do Cerco.

Os trabalhos, com início às 10 horas, terão como pontos altos a apresentação do balanço de actividades e a discussão da Resolução para a Acção Sindical de 2000 a 2004.

Na sessão de encerramento intervirá o secretário-geral da CGTP-IN, Carvalho da Silva.

Ary dos Santos homenageado no Porto

O Sector Intelectual do Porto do PCP promove no próximo domingo no Teatro Sá da Bandeira uma festa-homenagem a José Carlos Ary dos Santos, intitulada Canções, Poemas, Memórias.

A sessão, que terá início pelas 18 horas, conta com as presenças confirmadas de Carlos do Carmo, Simone, Júlio Cardoso, Alexandre Falcão, Fernando Maciel, César Príncipe, José Luís Borges Coelho, entre outros.

Comunistas de Lisboa saúdam Sporting

A Direcção da Cidade de Lisboa do PCP saúda o Sporting Clube de Portugal pela conquista do título de Campeão Nacional de Futebol. Na nota distribuída, os comunistas de Lisboa salientam que «este título

alcançado pelo Sporting encontrou eco em milhares e milhares de portugueses e correspondeu a uma aspiração do Clube Lisboaeta e da nossa Cidade, culminando uma brilhante temporada futebolística».

Música e arte no Castelo de S. Jorge

Uma exposição/venda de livros e obras de arte terá lugar amanhã, a partir das 18.30h, na Sala do Governador no Castelo de S. Jorge, em Lisboa. A iniciativa é promovida pelas organizações que integram a Plataforma Nacional da

Marcha Mundial das Mulheres 2000, em que estão reunidas obras de António Domingues, António Trindade, Carlos Alberto Pé Leve, Cecília Guimarães, César Roussado, Eduardo Lima Teixeira, Eduardo Palaio, Ivone Ralha, Jorge Pinheiro, Luís Ralha, Luís Rodrigues, Manuela Morais, Margarida Tengarrinha, Umbelina Ribeiro, Cidália Rodrigues, Bela Rocha Sousa e Roberto Chichorro. À noite, no mesmo espaço, terá lugar um Café Concerto com música, canto e poesia. A entrada é livre.



Marcha mundial das mulheres
2000



51603199000445



00139